UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

Joana Tavares Pinto da Cunha

**DE BOLETIM A JORNAL SEM TERRA:
História, práticas e papel na constituição do MST**

São Paulo
2013

Joana Tavares Pinto da Cunha

**DE BOLETIM A JORNAL SEM TERRA:
história, práticas e papel na constituição do MST**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Estudo dos meios e da produção midiática
Orientadora: Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama

São Paulo
2013

Nome: CUNHA, Joana Tavares Pinto

Título: De Boletim a Jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovada em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Assinatura:_____

Prof.(a) Dr.(a)_____

Instituição:_____

Julgamento:_____

Assinatura:_____

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que melhorou não só
minha vida, mas a de milhares de pessoas.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa tem uma dimensão individual, solitária até, mas só é possível devido às inúmeras ajudas ao longo do caminho, desde o começo.

Agradeço ao grande amigo Naldo, que me incentivou a me aventurar pela academia. Mais que isso, por ter me ensinado que o estudo só faz sentido se for compartilhado. Certamente ele comemoraria comigo este momento e também me instigaria a continuar. Apesar da imensa falta que ele faz, seu exemplo segue me inspirando.

Agradeço ao Joel, Alexania, Neuri, Maria, Igor, Sílvia, Felipe, Helô, Jade e Tiago, especialmente pela fase de escrita e reescrita do projeto.

Agradeço de coração ao Marcelo Zelic, que teve a consciência da importância de resgatar a memória das lutas sociais e digitalizou praticamente todas as edições do Boletim e do Jornal Sem Terra, além de inúmeras outras publicações. Agradeço também por ter me confiado fotos do jornal Liga, essenciais para a pesquisa. Aproveito para deixar o convite para que conheçam esse trabalho maravilhoso, no sítio Armazém Memória (www.armazemmemoria.com.br).

Agradeço aos companheiros e amigos que me acompanharam nesses dois anos e meio, ouvindo tantas vezes sobre esta pesquisa e ajudando a construí-la de diversas formas, seja na estruturação do texto, seja nas opiniões, seja cozinhando e me fazendo companhia nessa travessia. Marcos, Tiago, Lu, Livia, Julia, Maria Júlia, Maria, Sílvia, Igor, Vivian, Vinícius, Diva, Fred, Maíra, vocês são incríveis.

Agradeço profundamente a meu pai, que leu todos meus textos até aqui, me emprestou livros, me passou seu prazer pelo estudo.

Agradeço por tudo a minha mãe. Sua companhia, seu apoio, seus comentários inteligentes e amorosos, sua paciência e incentivo, sua ajuda na estruturação de mais este trabalho.

Agradeço aos queridos Paulo e Cibele, que aumentaram para melhor minha família, pelo carinho, companhia e ajuda.

Agradeço ao Dudu e Liliam, pela revisão atenta deste trabalho. E ao Ruy, pela tradução do resumo.

Agradeço ao programa de pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes, aos professores e colegas que me provocaram novas perguntas e novos caminhos.

Agradeço à Capes, pela bolsa que me permitiu dedicar melhor à pesquisa. Agradeço a minha orientadora, professora Alice Mitika, que desde a entrevista de entrada me instigou com dúvidas e sugestões fundamentais para o trabalho.

Agradeço aos professores Dennis Oliveira, Maria Otília Bocchini, Larissa Bombardi e Leonilde Medeiros pelas sugestões valiosíssimas ao desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço em especial ao Bernardo Vaz, que entrevistou dois militantes do MST no Mato Grosso para me auxiliar na pesquisa.

Agradeço ainda a João Pedro Stedile, Neuri Rosseto, Maria Salete Campigotto e Vladimir Araújo, que dedicaram parte do seu tempo para responder minhas perguntas. Mas lhes agradeço mais a coragem de fazer essa história, de romperem com o esperado e com o senso comum, de acreditarem no potencial de transformação da sociedade brasileira. Em nome deles, agradeço a todos os militantes que seguem fazendo esse trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa contextualiza a emergência histórica do Boletim Sem Terra, sistematiza o conteúdo e forma da publicação desde a primeira edição – em maio de 1981 – até a consolidação do Jornal Sem Terra, como instrumento do então recém-fundado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O estudo parte de uma discussão conceitual sobre a comunicação de massa e hegemônica, passando pelos referenciais de cidadania, jornalismo alternativo, mídia radical e popular, para situar o objeto no conjunto da comunicação contra-hegemônica. Analisa a questão agrária e a luta pela terra no Brasil, com a apresentação de outras experiências de imprensa de movimentos sociais do campo. A partir de uma perspectiva histórica da ocupação da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, que originou o Boletim Sem Terra, sistematiza o conteúdo de 43 edições da publicação, divididas em quatro fases, até sua transferência de Porto Alegre para São Paulo, em maio de 1985. Por fim, analisa as práticas e formas de fazer do periódico, sua relação com a Igreja e seu papel na articulação do MST nacionalmente.

Palavras-chave: Comunicação popular, comunicação e história, contra-hegemonia, Jornal Sem Terra, MST.

ABSTRACT

This research contextualizes the historical urgency of "Boletim Sem Terra" (Landless workers Bulletin). It systematizes the contents and form of the publication, since its first edition, in May 1981, up to its consolidation as "Jornal Sem Terra" (Landless workers Newspaper), as a tool of the at the time newly founded Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, Landless Workers' Movement). The study starts from a conceptual discussion about mass and hegemonic communication, going through citizenship referential, alternative journalism, radical and popular media, to place the subject in the counter-hegemonic communication group.

This study analyzes the agrarian issue and the struggle for land in Brazil, introducing others rural social movements media experiences. Taking a historical perspective about the occupation of "Encruzilhada Natalino", in the state of Rio Grande do Sul, Brazil - where the bulletin was created -, this research systematizes the contents of 43 editions of the publication, divided in four periods, until it was transfered to São Paulo, in May 1985. Lastly, this study analyzes the periodical's uses and ways of being produced, its relationship with the Church and its role in MST's national organization and political articulation.

Key words: Popular Communication, communication and history, counter-hegemony, Jornal Sem Terra, MST.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Edição do Jornal Terra Livre com ABC do lavrador.	63
Figura 2 Capa do Jornal Liga, dirigido por Francisco Julião	69
Figura 3 Capa da primeira edição do Boletim Sem Terra	83
Figura 4 Capa da edição 41, que anuncia que o Boletim será regional.	100
Figura 5 Capa da edição 33, que comemora a vitória de Ronda Alta	106
Figura 6 Capa da edição 41 do Jornal Sem Terra, que anuncia o I Congresso do MST	115

LISTA DE SIGLAS

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CELAM - Conferência do Episcopado Latino Americano

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JST - Jornal Sem Terra

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

USP - Universidade de São Paulo;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – DA COMUNICAÇÃO DE MASSA À CONTRA-HEGEMONIA.....	16
1.1 Dos primeiros jornais à comunicação de massa.....	17
1.2 Ideologia, manipulação e simulacro.....	21
1.3 Contradições, brechas e potencialidades do jornalismo.....	27
1.4 Cidadania e jornalismo.....	31
1.5 Fora da ordem: sindical, alternativo e basista.....	37
1.6 Comunicação popular.....	40
1.7 Comunicação e contra-hegemonia.....	44
CAPÍTULO 2: QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	46
2.1 Colonização e controle da terra.....	47
2.2 Capitalismo e renda da terra.....	51
2.3 Lei de Terras e colonato.....	52
2.4 República e coronelismo.....	54
2.5 Campesinato e lutas no campo: banditismo e messianismo.....	56
2.6 Lutas camponesas com projeto e jornais – PCB e Ligas Camponesas.....	59
2.6.1 Terra Livre.....	60
2.6.2 Liga.....	66
2.7 Golpe militar e estatuto da terra.....	70
2.8 Mobilizações, ainda que clandestinas e a CPT.....	73
2.9 Luta pela terra no Rio Grande do Sul.....	76
CAPÍTULO 3: BOLETIM E JORNAL SEM TERRA.....	80
3.1. Ocupação Encruzilhada Natalino e Boletim Sem Terra.....	80
3.2 Boletim Sem Terra: primeira fase (maio de 81 a abril de 82).....	80
3.2.1 Observações sobre a primeira fase do Boletim Sem Terra.....	95
3.3 Boletim Sem Terra: segunda fase (abril de 82 a fevereiro de 83).....	96
3.3.1 Observações sobre a segunda fase do Boletim Sem Terra.....	102
3.4 Boletim Sem Terra: terceira fase (fevereiro de 83 a abril de 1984).....	102
3.4.1 Observações sobre a terceira fase do Boletim Sem Terra.....	110
3.5 Jornal Sem Terra: quarta fase (julho de 84 a março/maio de 85).....	111
3.5.1 Observações sobre a quarta fase: Jornal Sem Terra.....	117
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO BOLETIM E DA CONSTRUÇÃO DO JORNAL.....	118
4.1. Práticas do Sem Terra (formato, linguagem, públicos).....	118
4.1.1 Boletim mimeografado: publicação como assessoria de imprensa.....	118
4.1.2 Boletim em off set: editorias e ampliação das pautas.....	122

4.1.3 Sem Terra: transição do local para o regional	123
4.1.4 Jornal Sem Terra: do Sul para o Brasil	125
4.1.5 Jornalismo como ferramenta para a contra-hegemonia.	129
4.2 Do colono ao sem-terra, das articulações ao MST	133
4.2.1 De colono a Sem Terra	133
4.3 O Boletim chega antes que o Movimento (e pelas mãos da Igreja)	143
4.3.1 A cruz da Encruzilhada	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	153

INTRODUÇÃO

“Eram milhares de homens, mulheres e crianças, tomados por este sonho. Muita gente. Identificados pela mesma causa: A falta de terra.

[...]

Cada vez que levantávamos os olhos, enxergávamos o latifúndio bem ali, escondendo o pão que nos faltava. E estava tão perto, quase nos espremia. Era preciso que nossa união fizesse com que a coragem vencesse o medo.

[...]

Com o grito: Vamos em frente, os motores dos caminhões voltam a roncar em forma de comboio. Seu ronco passa a ser o único som que se escuta. Muitos debaixo das lonas não conseguem enxergar a quantidade de luzes enfileiradas, formando uma linda imagem em contraste com aquela estrada e o luar. Ao chegar no latifúndio, o zunido dos cinco fios de arame sendo cortados era como se fosse um ponteadado do início de uma música que toma coro com o grito desprendido da garganta de todos. Ao som das foices, facões e martelos na construção dos barracos de lona preta, se formou o Acampamento da Fazenda Annoni”

*Isaías Vedovatto, militante do MST
(publicado na edição 290 do Jornal Sem Terra, sobre ocupação de 1979)*

Sempre me fascinou no jornalismo – e também na literatura – o processo de tornar possível o contato entre realidades e histórias que não são alcançáveis ao próprio olhar. Esse tornar possível a apreensão de um mundo mais alargado do que o universo de cada um de nós, no entanto, é mediado sempre. Em primeira medida, pela linguagem. Depois, pelas escolhas de quem narra, não só das palavras, mas das nuances, das ênfases, do estilo, das maneiras de concatenar raciocínios e explicações.

Quando Isaías escreve que “cada vez que levantávamos os olhos, enxergávamos o latifúndio bem ali, escondendo o pão que nos faltava” podemos sentir a força da vontade, a força da necessidade, a força da coragem da luta pela terra.

E era isso que como jornalista, como pessoa, como pesquisadora, eu queria conhecer. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) já é, na nossa sociedade atual, bastante conhecido, discutido, analisado. Mas, no meu modo de entender, faltava uma parte, faltava a voz do movimento sobre ele mesmo, faltava destrinchar como ele foi se apresentando para a sociedade, qual foi seu percurso comunicativo para se constituir como essa organização grande que hoje é, gostemos ou não dele.

Desde quando era estudante de jornalismo na PUC Minas, no começo dos anos 2000, me intrigava uma pergunta: por que a cobertura dos meios de comunicação hegemônicos – talvez eu ainda não os chamasse assim – é tão raivosamente contrária às ações desse

movimento social? Pelo que eu aprendia em sala de aula, a pergunta deveria ser a seguinte: somos um país industrializado, avançado, uma economia poderosa e ainda existe gente vagando e se mobilizando para poder ter terra? Se esse movimento consegue mobilizar milhares de pessoas, que se colocam em marcha nas nossas vistas, sua mensagem deve ser ouvida. Ele tem algo a dizer. Do nosso país, da nossa história, da nossa realidade, de nós.

Sinceramente acreditava que deveria ter havido uma grande comoção nacional. Se nesses 500 anos de história não resolvemos uma questão tão básica para o desenvolvimento de qualquer país – a questão da terra e a reforma agrária – agora os próprios pobres do campo se organizam no país inteiro para explicitar essa questão. Quem são essas pessoas? Por que elas ocupam terras? Por que morrem tanto no campo? Quem os mata?

Talvez para tentar entender porque a mídia não se esforçava para ao menos tentar chegar perto do real e apresentar para o Brasil urbano o que era esse movimento social, meus dois esforços de pesquisa até o mestrado foram sobre este tema. Na graduação, minha monografia, escrita em grupo, foi sobre as estratégias de comunicação do MST para se inserir na esfera pública. Ali, partimos de um pressuposto teórico de que os grupos precisavam negociar suas pautas na esfera pública, aparecer nela, levar seus temas a terem visibilidade.

Mas não achei suficiente essa explicação. Não era culpa do próprio movimento suas pautas serem apresentadas de forma tão deturpada, tão violenta. Fui conhecê-lo mais de perto. Até que cheguei mais perto ainda, e acabei entrando para o MST. É possível que pessoas do meio urbano e de classe média, como é meu caso, entrem para o MST, porque é um movimento social amplo, que defende uma pauta civilizatória, que diz respeito a qualquer um. Não é porque não preciso de terra para viver e trabalhar que não tenho interesse na reforma agrária. Além de querer que as pessoas pobres do campo tenham seus direitos garantidos, quero também uma alimentação melhor, sem agrotóxicos, quero cidades menos inchadas e desiguais, quero um país mais justo para mim e para todos.

Já como jornalista do MST fiz minha especialização em estudos latino-americanos, na Universidade Federal de Juiz de Fora, e defendi minha monografia com o tema “O papel da imprensa na construção da hegemonia – uma análise da cobertura do MST nas páginas dos grandes jornais brasileiros”. Ao estudar conceitos relativos à comunicação hegemônica e a história dos quatro maiores jornais do país – Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Valor Econômico e o Globo – e especificamente a cobertura feita às ações do movimento, cheguei à

conclusão parecida a de muitas outras pesquisas¹ (obviamente muito mais aprofundadas): tendencialmente, a mídia hegemônica age para preservar a manutenção de uma sociedade desigual.

Foi por esse caminho que decidi estudar a forma de comunicação própria do MST, a partir do seu primeiro instrumento, o Boletim e posteriormente o Jornal Sem Terra. Desde que comecei a pesquisa, não faço mais parte da estrutura de comunicação do movimento, mas isso não me exime da identificação com o objeto. Até para ter mais distância teórica neste trabalho, a escolha do período a ser analisado não diz respeito a nenhum processo que eu tenha vivido como sujeito participante.

Minha premissa para a escolha é que é necessário ouvir a voz da organização, e se ela não pode ecoar com profundidade na imprensa de massa, é preciso ouvir a partir dela mesma. Existem inúmeros outros estudos sobre a comunicação do MST, tendo inclusive o jornal como fonte e base, mas creio que ainda não havia algo mais específico sobre a origem, sobre seu primeiro boletim mimeografado e sua transformação no órgão de informação oficial que é hoje.

Por isso, esta pesquisa se debruça sobre os anos iniciais da publicação, de maio de 1981 – quando circula o primeiro Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, que deu origem ao Boletim Sem Terra – até a edição número 43, de março/maio de 1985, quando ele se consolida como Jornal Sem Terra, com redação em São Paulo, onde está até hoje.

É sintomático que o MST tenha sido formalmente fundado em janeiro de 1984, quando o Sem Terra já estava na sua edição número 34. Isso demonstra que essa organização de trabalhadores rurais desde o início se preocupou com a dimensão da comunicação, tanto para fora como internamente, junto à sua base social.

Esta pesquisa pretende contextualizar a emergência histórica do Boletim Sem Terra, então localizado em um único acampamento no interior do Rio Grande do Sul, sistematizar o conteúdo e a forma da publicação, desde a primeira edição, em maio de 1981, até a consolidação do Jornal Sem Terra, em 1985. Outro objetivo é analisar como o periódico atuou para construir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em nível nacional.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, busco contextualizar a comunicação de massa como produto de uma classe em ascensão, a burguesia, seus limites e

¹ Alguns exemplos: Berger, 1998; Carter, 2010; Intervozes, 2011; Souza, 2004.

potenciais para a formação de consciência e luta política. Como contraponto a essa imensa fonte de poder para a manutenção de um *status quo*, apresento a tradição de imprensa alternativa, desde os jornais anarquistas, passando pela comunicação popular, jornais de enfrentamento às ditaduras e pelo referencial de contra-hegemonia.

Essa ideia, advinda da teoria de Antonio Gramsci, pressupõe que a dominação de uma classe sobre outra não se dá apenas por força, mas passa basicamente pelo consenso, pela aceitação majoritária a um conjunto de regras que permeiam a vida social. Mas como nenhum processo é estanque ou se dá sem embates, Gramsci apresenta que as classes oprimidas – reunidas sob o conceito de 'classes subalternas' – também se organizam para construir outras visões de mundo, em um processo denominado por seus seguidores de contra-hegemonia.

O capítulo 2 apresenta elementos para a compreensão da questão agrária no Brasil, com o levantamento de dados históricos e discussão de conceitos importantes para a análise posterior do boletim. Para isso, é feito um breve histórico sobre a centralidade da terra para a política no país, desde os tempos da colônia, do império, passando pela República Velha, Estado Novo e a ditadura militar.

Além da contextualização histórica, são apresentadas as lutas travadas no campo, desde as classificadas como “pré-políticas”, até aquelas organizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), os sindicatos e as Ligas Camponesas. São feitas algumas análises sobre os jornais dessas organizações – especialmente o jornal *Terra Livre* e o *Liga* – como forma de conhecer melhor a história que precedeu o Boletim Sem Terra e as discussões sobre a reforma agrária. Ainda neste capítulo, é apresentada a história da Comissão Pastoral da Terra, importante ator das lutas no campo no contexto da ditadura civil-militar no Brasil e elementos sobre a luta pela terra no Rio Grande do Sul, local da ocupação da Encruzilhada Natalino, onde circula o primeiro boletim.

No terceiro capítulo, é sistematizado o conteúdo das 43 edições do Boletim e do Jornal Sem Terra. Para organizar a análise, dividi a história da publicação em quatro fases, a partir de elementos técnicos da produção e da abrangência de cada uma delas. Os jornais foram consultados na Secretaria Nacional do MST, em seu acervo físico, o que permitiu a apreensão de detalhes da publicação, como as cores. No entanto, a maior parte desse material está digitalizada e pode ser consultada no site Armazém Memória.

O quarto capítulo é dedicado à análise de três elementos da publicação: as formas de fazer, seu papel na articulação regional e nacional dos sem-terra e sua relação com a Igreja. Além de cruzar as referências dos capítulos anteriores, são usados como suporte para a análise

temas levantados a partir das entrevistas de campo, realizadas com sujeitos de todas as esferas da produção do jornal (jornalista, dirigentes políticos, acampados).

Esse esforço de aliar a teoria com a discussão da prática – no caso, com a experiência do Boletim e do Jornal Sem Terra – é um desafio que remete à necessidade constante de atualizar as reflexões para que a ação seja incisiva sobre a realidade. Esta pesquisa se insere na angústia permanente de conhecer cada vez mais profundamente o mundo e na urgência de melhorá-lo.

CAPÍTULO 1 – DA COMUNICAÇÃO DE MASSA À CONTRA-HEGEMONIA

Apesar de se tratar de um estudo sobre uma forma de comunicação diferente das produções correntes da indústria da informação, identificada ora sob o nome 'grande mídia', ora como 'mídia tradicional', ou ainda 'grande imprensa' e 'mídia hegemônica', achamos importante iniciar a reflexão sobre o tema a partir da contextualização histórica do fenômeno da comunicação de massa, para situar o espaço político e conceitual do termo escolhido para o objeto da análise, o popular e a contra-hegemonia.

Essa necessidade se dá a partir da própria escolha do termo popular – que será justificada no decorrer do trabalho – devido a seu caráter de contestação. Só há comunicação popular porque há outro tipo de comunicação, em uma relação dialética em que um existe por causa, apesar e em relação ao outro. Assim, esse capítulo será organizado de forma a apresentar o debate teórico em que se insere a pesquisa. Primeiro, uma discussão sobre a história e o papel da mídia na constituição de uma esfera pública burguesa, a partir da contextualização sugerida por Marcondes Filho (2002) e Genro Filho (1987). A seguir, uma discussão sobre as principais críticas aos meios de comunicação de massa, com elementos levantados pelos autores acima citados, passando pela discussão de ideologia, de indústria cultural, simulacro e pela comunicação na pós-modernidade.

Ainda dentro do campo da mídia hegemônica, serão discutidas teorias a respeito de possíveis brechas dentro do sistema e da cobertura, a partir da discussão proposta por Genro Filho (1987) e pela apresentação da experiência de assessoria de imprensa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A seguir, faremos uma discussão sobre as possíveis conceituações para uma comunicação fora do parâmetro da mídia hegemônica. Como problematização do tema, será apresentado o conceito de cidadania, conforme levantado por Marshall (1949) e discutido por Carvalho (1996), Dagnino (2004), Hirschman (1992) e Saes (2000). Dessa discussão, apresentaremos a proposta e lacunas da ideia de jornalismo cidadão, conforme definida por Abreu (2003).

Passaremos para a contextualização da comunicação sindical, alternativa, comunitária e radical, para por fim apresentarmos a proposta de popular, a partir das contribuições de Celam (1988), Chauí (1986), Festa (1986) e de Peruzzo (2006). Finalizaremos o capítulo com a discussão sobre contra-hegemonia, a partir de leituras de Coutinho (2010) e Gramsci (2000).

1.1 Dos primeiros jornais à comunicação de massa

Apresentar a história da comunicação de massa requer o esforço de situar qual comunicação está sendo discutida. Trataremos aqui do fenômeno da comunicação a partir de produtos culturais produzidos e divulgados em larga escala, a partir do começo da Idade Moderna, no mundo ocidental, com o surgimento das técnicas de impressão, até o constante e atual desenvolvimento de inúmeras formas de comunicação propiciadas pela tecnologia digital. Para não correr o risco de traçar uma história essencialmente tecnológica, como se apenas a tecnologia fosse o motor das mudanças e não os processos sociais, históricos e políticos, serão apresentadas brevemente as teorias que acompanham os processos apresentados.

Segundo Briggs e Burke (2004), não há um 'marco zero' da história da mídia. Credita-se a invenção da prensa gráfica a Johann Gutenberg, em 1450. No entanto, séculos antes disso outros povos já teriam acesso aos métodos de impressão. Apesar das polêmicas em torno do real alcance e transformações possibilitadas pela edição em larga escala, o que nos interessa é que foi na transição da Idade Média para Idade Moderna, período também de transição para o capitalismo mercantil e ascensão da burguesia como classe, que foi constituída a mídia – entendida como conjunto de meios que fazem a conexão entre quem emite e quem recebe mensagens – como elemento atuante no tecido social.

A facilidade da impressão possibilitada pelos tipos móveis ampliou o acesso à leitura e fomentou a venda de livros e jornais, além de outros periódicos, como revistas, folhetins, veículos acadêmicos.

Genericamente, os jornais contribuíram para o aparecimento da opinião pública, termo que tem seu primeiro registro em francês por volta de 1750; em inglês, em 1781; e em alemão, em 1793. Esse desenvolvimento foi redefinido na última geração como o surgimento da 'esfera pública', graças a um influente livro de Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, lançado em 1962. Para ser mais exato, a expressão foi difundida pela tradução de uma palavra cunhada por Habermas: *Öffentlichkeit* (literalmente 'publicidade', no sentido amplo de 'tornar público') foi traduzida por uma expressão espacial mais explícita, uma transformação que, em si, nos diz algo sobre o processo de comunicação entre culturas (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 80).

Ainda segundo os autores, Habermas analisa o século XVIII (“um longo século XVIII, começando na década de 1690”) como o período em que aparece a argumentação racional dentro de uma esfera pública burguesa, aberta a participação de todos, e mediada pela mídia em sentido amplo (incluindo cafés, jornais, clubes e salões). Essa seria a mudança estrutural defendida por Habermas, com a substituição do Velho Regime pelas ideias racionais do Iluminismo.

Apesar das críticas ao utopismo ou romantismo de Habermas², sua periodização dos momentos do jornalismo, conforme discutida por Genro Filho e Marcondes Filho é interessante para a contextualização que pretendemos fazer da mídia e do jornalismo.

Marcondes Filho (2002, p.08) toma emprestado do teórico alemão a periodização em três fases, e acrescenta uma quarta. “A história do jornalismo reflete de forma bastante próxima a própria *aventura* da modernidade”. O autor desenvolve, a partir dessa frase de impacto, a ideia de que “o jornalismo é a síntese do espírito moderno”, como “filho legítimo da Revolução Francesa”, como processo que garantiu a derrubada do poder monárquico, do obscurantismo e a conquista do direito à informação. A “ideologia das Luzes” seria então a responsável pelo “mito da transparência”.

A primeira fase do jornalismo – entendido como produto da mídia voltado para a informação - vai de 1789 (apesar de ser frisado que já existiam jornais antes disso) até a metade do século XIX. A burguesia, como nova classe dominante, subverte a lógica aristocrática do controle da informação e passa a patrocinar a exposição de tudo. Essa fase corresponde à época do “jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 12). Nesse período, apesar da profissionalização do jornalismo e o surgimento das redações, o principal objetivo não é econômico, mas sim pedagógico. É nessa época que se funda, segundo, o autor a esfera pública.

A segunda fase, ou “segundo jornalismo”, acompanha a inovação tecnológica que transforma o jornal em grande empresa capitalista. A consolidação desse modelo da notícia como negócio se dá por volta de 1875, em países da Europa e nos Estados Unidos. O caráter de mercadoria da informação faz com que seu valor de troca – a partir da venda de espaços publicitários para garantir a sustentação econômica – seja prioritário em relação a seu valor de uso, ligado ao valor das notícias propriamente ditas.

É a imprensa de massa, objeto de uma troca singular mas não muito rara nem muito estranha na história da imprensa: desaparece a liberdade e em contrapartida se obtém mais entretenimento. Este será o substituto funcional que os donos de jornais encontrarão para preencher a lacuna criada com a supressão da liberdade de imprensa. Não obstante, também as funções “políticas” dentro do jornal são abaladas (MARCONDES FILHO, 2002, p. 14).

² Briggs e Burke (2004) ressaltam a ausência de um debate sobre a manipulação do público pela mídia, a extrema relevância dada pelo autor ao 'caso-modelo' da Grã-Bretanha e ao desprezo em relação aos excluídos dos debates, como as mulheres e homens comuns. Apontam ainda que as novas técnicas de comunicação mudaram o contexto da tese de Habermas, como o próprio autor reconheceu.

A terceira fase, já no século XX, corresponde ao desenvolvimento dos monopólios. Formam-se os grandes conglomerados de mídia, e aumenta-se volumosamente a tiragem dos jornais. Essa seria a fase do “desencanto”, da crise dos metarrelatos com a falência do projeto socialista e da emergência do projeto neoliberal, ou, numa palavra, a “era da pós-história”.

O autor acrescenta à periodização de Habermas um “quarto e último jornalismo”, que teve seu início por volta dos anos de 1970 e se caracteriza pelo desenvolvimento das tecnologias, que levam a uma confusão ainda maior entre interesses públicos e privados, a um excesso ainda mais saturado de informações “em tempo real”, a precedência de imagens sobre o texto. Nesta fase, a atual, há ainda o desenvolvimento da internet, que coloca a comunicação de massa em outro patamar.

Genro Filho (1987) discute a teoria de Habermas – e também a análise de Marcondes Filho – e critica a ideia romântica e positivista dos autores de que o verdadeiro jornalismo estaria centrado na primeira fase do debate e expressão de ideias. Critica ainda a visão estanque dos processos e apresenta a visão de que as duas primeiras fases seriam a “pré-história” do jornalismo, pois respondem “fundamentalmente às necessidades de classe da burguesia” (GENRO FILHO, 1987, p. 110).

No entanto, a crítica mais profunda de Genro Filho aos dois autores se dá pela conclusão feita a partir da contextualização histórica. Analisando a imprensa e o capitalismo como “pares gêmeos”, eles deixariam de ver as potencialidades e contradições do jornalismo para além de sua ligação íntima com a ideologia burguesa, reduzindo toda sua existência aos interesses da classe que o criou e desenvolveu. Mais adiante, será apresentada a visão do autor sobre as potencialidades do jornalismo para além de consolidar a ideologia burguesa.

Ele concorda, no entanto, que o nascimento do jornalismo está intrinsecamente ligado à burguesia, e coloca que esse processo se deu também em outros países fora do eixo central, como é o caso da América Latina, ainda que alguns anos depois. Citando Reyes Matta, aponta que no século XIX, quando a imprensa dos Estados Unidos já tinha um caráter sensacionalista, “a imprensa latino-americana seguia seu estilo literário e opinativo” (GENRO FILHO, 1987 p. 168). Foi com o surgimento do rádio, nos anos 1930, que se impôs o conceito de notícia objetiva. O autor afirma que esse processo se caracterizou ainda por uma dependência informativa dos grandes centros, seguindo o movimento de subordinação ao imperialismo dos países mais desenvolvidos do continente, entre os quais o Brasil.

Outros autores também enxergam a semelhança entre o desenvolvimento do jornalismo na Europa e na América Latina.

O surgimento das colônias na América Latina reproduziram as relações da imprensa mais o Estado. Em algumas colônias latino-americanas, os representantes da coroa controlavam a imprensa, enquanto o primeiro jornal só chegou a ser impresso no Brasil em 1808, com a chegada da família real (CAPARELLI, 1986 p. 51).

Ainda segundo Caparelli, nessa primeira fase, a imprensa teve um caráter fortemente político, com a circulação de inúmeros informativos, muitas vezes de fabricação artesanal e caráter autoral, que ficaram conhecidos como jornal-tribuna, ou “*one man paper*”. Eram pequenos jornais, geralmente ligados a partidos políticos e que atuavam no debate público em torno de campanhas, como a abolicionista e a republicana. A partir dessas características, podemos relacioná-lo à primeira fase do jornalismo, conforme a descrição anterior.

A passagem para a segunda fase, no Brasil, se deu no final do século XIX e início do XX. Para Werneck Sodr, foi a “transição da pequena à grande imprensa”.

Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço, o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte (SODR, 1966, p. 315).

Com a consolidação da República e a ascensão da burguesia, o jornal se transforma em uma empresa capitalista. “ agora muito mais fcil comprar um jornal do que fundar um jornal; e ainda mais fcil comprar a opinio do jornal do que comprar o jornal” (SODR, 1966, p. 315). Sodr mostra que a concentrao dos meios de comunicao impediu sua multiplico, j que se tornou muito caro produzir um jornal. Com isso, o que possibilitou a posse e a permanncia de alguns grandes veculos foi sua transmisso por herana.

Tnia Regina de Luca (2008) aponta que essa fase tambm significou uma alterao no sentido do jornal, que passou a assumir a funo de difundir a informao, “a verdade dos fatos”, em detrimento da doutrinao poltica explcita. Comea tambm nessa poca a transformao para o “jornal-empresa”, preocupado com as vendas e lucros, seguindo os fundamentos da economia de mercado.

1.2 Ideologia, manipulao e simulacro

A escolha desses conceitos para problematizar o papel da mídia hegemônica na sociedade se dá por entender que a tradição marxista e crítica acumularam elementos essenciais para abordar a questão da comunicação de massa na sociedade atual.

Um elemento que os diferentes autores sinalizam de forma semelhante é a ligação do jornalismo com a nova classe em ascensão no período moderno, a burguesia. Da origem de classe e de seu papel social de difundir e formar opinião resultam parte das críticas feitas aos meios de comunicação hegemônicos.

Um dos conceitos centrais para analisar a mídia, sob o ponto de vista da classe que a criou, é a ideologia. Não há como falar do conceito sem passar pela formulação de Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, livro escrito em 1846, mas publicado apenas em 1933, onde se lê:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (MARX, 2007, p. 48).

A noção de ideologia como tipo de consciência de classe influenciou fortemente estudos de outros teóricos, e gerou seu inverso, a “ideologia socialista”, que corresponderia a um conjunto de valores e crenças próprios da classe trabalhadora, com seu instrumento de imprensa partidária.

Não é à toa que Lênin responde na obra *Que fazer*, de 1902, que cabe aos revolucionários construir uma ideologia socialista, pois “o problema coloca-se exclusivamente assim: ideologia burguesa, ou ideologia socialista” (LÊNIN, 1988, p. 31), e daí a importância da existência de um jornal como um propagandista e agitador coletivo, ou ainda mais, organizador coletivo.

Outro ponto fundamental acerca da noção de ideologia é a legitimação de certa ordem social. Assim, ela atua quando determinado discurso esconde, manipula, descontextualiza e se utiliza de preconceitos para garantir que as grandes estruturas do sistema não sejam abaladas.

Marilena Chauí dá especial atenção a esse caráter do conceito. A partir da teoria de Marx e Engels, a autora situa a ideologia como parte do processo advindo da divisão social do trabalho, especialmente da divisão de trabalho material/manual do espiritual/intelectual. Ela explica que a partir dessa separação, criou-se uma “aparente autonomia” do trabalho

intelectual. Assim, as ideias, e, no caso, as ideias dominantes, aparecem como autônomas da realidade, apartadas das relações de produção. A partir daí, as relações sociais aparecem naturalizadas, “existentes por si mesmas e não como consequência da ação humana” (CHAUI, 1980, p. 64).

As ideias são tomadas então como *anteriores* à realidade concreta. A ideologia cumpre assim o papel de ocultar as contradições reais e explicar as contradições do mundo material como um descompasso com as ideias. Por exemplo, a ideologia burguesa apregoa a liberdade de expressão como direito universal, mas na prática exclui às maiorias desprovidas de recursos econômicos das condições materiais de terem seus próprios instrumentos de comunicação de grande alcance.

O papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidos em sua realidade concreta. Para tanto, é função da ideologia ocultar a existência das divisões da sociedade como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação (CHAUI, 1980, p. 103).

A ideologia existe em *relação*, e por isso não é um todo completo, homogêneo, onipotente e fechado. Dentro da própria classe dominante existem disputas de projeto e visões de mundo, e por isso a ideologia dominante possui também suas heterogeneidades e inconsistências. Como resume Eagleton (1997):

As ideologias são, de modo geral, formações diferenciadas, internamente complexas, com conflitos entre vários elementos que precisam ser continuamente renegociados e resolvidos. Aquilo que chamamos de ideologia dominante é tipicamente a ideologia de um bloco social dominante, formado de classes e facções cujos interesses nem sempre estão de acordo, e essas concessões e divisões irão se refletir na própria ideologia. Pode-se dizer, com efeito, que parte da força da ideologia burguesa reside no fato de ela “falar” a partir de uma multiplicidade de situações, e por assim sutilmente difusa não oferece nenhum alvo isolado a seus antagonistas (EAGLETON, 1997, p. 51).

Marx (2007,p.50) sublinha ainda a necessidade de a ideologia apresentar “um interesse particular como sendo o interesse geral”, ou como os “únicos universalmente válidos”. . Isso faz como que as classes exploradas julguem seu próprio comportamento a partir dos critérios daqueles que os dominam.

Autores ligados à linha marxista de interpretação da realidade se debruçaram especificamente sobre a questão da comunicação de massa, produzindo conceitos importantes. O principal deles é a “indústria cultural”, formulado por autores reunidos na Escola de Frankfurt. Iremos discutir aqui brevemente as análises de Adorno e Horkheimer. Não

trataremos de outras teorias, como as desenvolvidas, por exemplo, por Marcuse e Benjamin.

Segundo Freitag (1986, p. 34) “o fio vermelho que trespassa a obra de todos os autores é o tema do Iluminismo ou Esclarecimento”. A discussão central era o processo através do qual o ideal iluminista de emancipação humana por meio da razão foi invertido ao ponto de alcançar uma razão repressiva, que se expressa de forma técnica, forjando a razão instrumental. Esta atinge seu ápice na chamada “indústria cultural”, processo através do qual a cultura, as ideias, valores e arte se transformam em mercadoria, em valor de troca.

O termo foi escolhido para se contrapor às ideias de “cultura de massa”, “cultura popular” ou mesmo “cultura de elite”, que podem servir justamente para esconder seu caráter mais mercadológico.

As produções do espírito no estilo da indústria cultural não são mais *também* mercadorias, mas o são integralmente. Esse deslocamento é tão grande que suscita fenômenos inteiramente novos. Afinal, a indústria cultural não é mais obrigada a visar por toda parte aos interesses de lucro dos quais partiu. Esses objetivaram-se na ideologia da indústria cultural (ADORNO, 1962).

Para Adorno e Horkheimer, estudados por Freitag (1986), todo o processo de produção e distribuição dos produtos dessa indústria obedece à lógica de mercado. Assim, a produção cultural tem o efeito não só de esvaziar a arte de seu valor estético, mas de anestesiá-la os consumidores. A indústria cultural ocupa o lugar de lazer do trabalhador, cria uma ilusão de felicidade através do incentivo ao consumo e ainda dissemina os valores e formas de pensar da classe dominante. “Preenchidas essas funções, a reprodução das relações sociais como um todo está novamente assegurada, já que os indivíduos não têm mais oportunidade de se conscientizarem das relações de exploração em que vivem” (FREITAG, 1986, p. 73).

A principal crítica a essa linha de pensamento é justamente o caráter de manipulação total conferido à indústria cultural. Com efeito, Adorno (1962), chega a escrever que as mensagens são recebidas “sem objeção, sem análise”. Esse caráter de controle e manipulação quase onipotente da mídia é relativizado por Genro Filho. Apesar das críticas, o autor frisa que “Horkheimer, Adorno, Marcuse e outros, não estiveram anos a fio refletindo e escrevendo a respeito de uma miragem” (GENRO FILHO, 1987: 103).

Há, de fato, uma série de fenômenos peculiares da moderna cultura burguesa, produzida nos moldes industriais em larga escala, que foram denunciados e dissecados pela Escola de Frankfurt. O predomínio do critério mercantil desde a concepção até a produção das obras, o forte traço manipulatório da ideologia dominante nessa cultura, sua tendência à padronização e ao rebaixamento do nível estético da maioria de seus produtos são algumas das características indiscutivelmente reais da cultura burguesa atual (GENRO FILHO, 1987, pgs 103-

104).

No entanto, o autor afirma que a totalidade do fenômeno cultural não pode ser resumida ao caráter mercantil do conceito de indústria cultural, pois isso negaria a práxis da cultura e sua própria existência. Apesar da tendência crescente do capital em subjugar a obra de arte em nome da mercadoria e “avassalar e esterilizar a comunicação e a cultura” (idem: 104), esse processo nunca poderá se realizar integralmente e, além disso, ele mesmo cria suas “contra-tendências e abre brechas para que sejam ampliadas e radicalizadas” (idem: 105).

O autor sublinha ainda que a partir das premissas da Escola de Frankfurt é impossível um jornalismo crítico e desalienador, pois ele seria parte integrante e essencial da cultura de massa forjada no capitalismo. Voltaremos a essa discussão adiante, ao tratar das potencialidades do jornalismo.

Para além das críticas diretamente ligadas ao marxismo, ou ao método histórico-dialético, há ainda outras análises fundamentais, que também partem do ponto de princípio de “quem produz a informação”. Passaremos brevemente por algumas delas.

Há um campo de pesquisa conhecido como Estudos Críticos do Discurso, que relaciona a produção de discurso com a reprodução das relações de poder. Van Dijk (2010) resume: o controle da mente é indireto, mas a ação é controlada pela mente.

Enquanto o poder foi definido, tradicionalmente, em termos de classe e o controle sobre os meios materiais da produção, hoje tal poder tem sido em grande parte substituído pelo controle das mentes das massas, e esse controle requer o controle sobre o discurso público em todas as suas dimensões semióticas (VAN DIJK, 2010, p. 24).

Por esse ponto de vista, uma das formas de controle do discurso se dá pelo acesso a ele, medindo-se o poder de influência via meios de comunicação pelo acesso (ou falta dele) aos meios materiais de produção e aos jornalistas, seja pelos assuntos ou pelas fontes. O autor conclui que os meios de comunicação não são apenas porta-vozes da elite, mas fazem parte do próprio poder, a partir da administração de sua dimensão simbólica. (VAN DIJK, 2010).

Contribuições fundamentais foram feitas à análise crítica da maneira como operam os meios de comunicação na produção de mensagens. Os padrões de manipulação de que fala Perseu Abramo (2003)³ são análises tipificadas de como a grande imprensa atua para apresentar ao público uma realidade “artificialmente criada pela imprensa, e que se contradiz,

³O padrão de ocultação, de fragmentação, de inversão (da relevância dos aspectos, da forma pelo conteúdo, da versão pelo fato, da opinião pelo fato), de indução e o padrão global, específico de TV e rádio, são, em resumo, os padrões trabalhados pelo autor (ABRAMO, 2003).

se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece” (ABRAMO, 2003: 24).

Bourdieu (1997) traz a ideia de “campo jornalístico”, em que os jornais se pautam por eles mesmos, atendendo mais à lógica da concorrência do que à realidade, homogeneizando sua produção e discurso. Pela pressão do comércio, pelo mercado como instância legitimadora, opera-se uma troca de lugares comuns, um projeto de banalização e conformidade, sem que ninguém seja “sujeito” dessa realidade.

Ao analisar a televisão, ele aponta para o “perigo político” da possibilidade de construção do “efeito do real”.

Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. Capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, *to record*, como repórter, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização - ou de desmobilização- (BOURDIEU, 1997, p. 28).

Marilena Chauí (2006), ao analisar a questão do simulacro, aponta que a comunicação de massa não criou o espetáculo, mas tem o poder de capturar, produzir e enviar o espetáculo, transformando-o em simulacro, ou seja, operando a “nulificação do real e dos símbolos pelas imagens e sons enviados ao espectador” (CHAUÍ, 2006, p. 16).

A autora explica que as mudanças da sociedade resultaram na “destruição da esfera da opinião pública”, substituída pela expressão privada de indivíduos, grupos e classes, pela apropriação privada dos meios de expressão e pelo espaço ocupado preferencialmente pelos profissionais dos meios de comunicação, excluindo, pelos oligopólios, o acesso geral. (idem, 2006).

A caracterização do contexto em que se deu essa destruição da esfera pública e que amplificou o poder da mídia de fabricar simulacros é apresentada como “condição pós-moderna, isto é, a existência social e cultural sob a economia neoliberal” (CHAUÍ, 2006, p. 30). Ela se ampara em Harvey (1993) para destrinchar o que seria esse momento, de fase pós-industrial do capitalismo: fragmentação e dispersão da produção econômica, hegemonia do capital financeiro, rotatividade extrema da força de trabalho, produtos descartáveis, tornam-se obsoletas as qualificações laborais devido ao desenvolvimento da tecnologia e o desemprego estrutural. O efeito desse contexto produzido pelos meios de comunicação são a volatilidade, efemeridade e despolitização, com a primazia da imagem.

Harvey (1993) analisa ainda que a passagem da modernidade fordista para a pós-modernidade flexível, como ele chama, alavancou mudanças em todas as esferas da vida social, mantendo os elementos do capitalismo como sistema. Entre as mudanças, coloca a substituição da “metateoria, narrativa, profundidade, produção em massa, política de classe, racionalidade técnico-científica” para “jogos de linguagem, imagem, superfície, produção em pequenos lotes, movimentos sociais, alteridade pluralista” (HARVEY, 1993, p. 304). As respostas a essa operação de “compressão do tempo-espaço” variam entre a atitude blasé (niilismo), a negação da complexidade e um alto grau de simplificação e a busca por um “nicho intermediário para a vida intelectual e política que recusa a grande narrativa, mas nem por isso deixa de cultivar a necessidade de uma ação limitada” (idem, 315). Esta terceira resposta seria o ângulo progressista do pós-modernismo, que valoriza as iniciativas de resistência locais e regionais.

Achamos importante sublinhar essas características aqui, pois elas forjam o contexto social em que se insere a luta do movimento social escolhido para pesquisa, com o reflexo de seu jornal. Além das mudanças específicas dos meios de comunicação e seus impactos sobre a luta política, é importante observar que a sociedade como um todo, em seus aspectos econômicos e culturais, operou uma inflexão de sua visão de mundo, desprezando assim as metanarrativas, o referencial de classe social e o horizonte de uma mudança profunda, materializada em outros tempos sob a ideia de revolução.

É nesse vácuo de sentido coletivo que se insere a luta do MST como um movimento social de tipo diferente da pós-modernidade, que não se sustenta no discurso da alteridade ou dos localismos, e se ampara ainda em referenciais modernos de emancipação, com recorte teórico da luta de classes, com os olhos pregados em um vir-a-ser, em expressão emprestada de Harvey.

1.3 Contradições, brechas e potencialidades do jornalismo

A discussão anterior não exige a necessidade de se fazer uma análise sobre as potencialidades do jornalismo. A terminologia de Umberto Eco pode nos ajudar a fazer a discussão do tema. De um lado, estariam os “apocalípticos”, que não veem saída possível para

a alienação criada pelos meios de comunicação de massa, como os frankfurtianos e seu “conceito-fetice” de indústria cultural. De outro, estariam os “integrados”, que apontam as maravilhas advindas da massificação da informação. Eco coloca os avanços que a invenção da imprensa provocou na sociedade contemporânea. “Mesmo porque não é casual a concomitância entre a civilização do jornal e a civilização democrática, conscientização das classes subalternas, nascimento do igualitarismo político e civil, época das revoluções burguesas” (ECO, 2001 p, 14).

Já levantamos como a “civilização do jornal” é contemporânea à “civilização democrática”, pois foi na fase da consolidação da burguesia, dos ideais iluministas da razão e da constituição de uma esfera pública que se deu o nascimento da imprensa, cumprindo o papel de alargar o espectro do debate. No entanto, já apontamos também que mesmo nessa primeira fase da imprensa houve grupos aliados e grupos dominantes, que essa diferença se aprofundou na segunda fase e atingiu seu ápice no momento atual.

O que se pretende discutir aqui é a potencialidade de jornalismo, especificamente, dentro do complexo da comunicação hegemônica, em pautar contradições e potencializar a conscientização e o acesso ao conhecimento, inclusive ao conhecimento fora do padrão do *status quo* que sustenta os grandes meios de comunicação.

Genro Filho (1987) destaca que o jornalismo possui um papel de suprir as necessidades dos indivíduos, independentemente das relações mercantis e capitalistas, “embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas” (GENRO FILHO, 1997 p. 173). Mas em virtude do caráter de classes da sociedade burguesa, o jornalismo acaba cumprindo uma tarefa de “reprodução objetiva e subjetiva da ordem social”.

Apesar desse caráter fortemente presente na sociedade de classes, o autor defende que o jornalismo pode e deve ser encarado como uma teoria de apropriação da realidade e do conhecimento, a partir da categoria do “singular”, que leva à expressão das contradições fundamentais da sociedade. A partir da unidade básica da notícia, abrem-se diversas possibilidades subjetivas de foco, nuance, aspectos e combinações possíveis, que podem tanto reforçar o senso comum, a partir de uma visão positivista e funcionalista do mundo, quanto podem ser agrupadas sob outra particularidade e universalidade, apontando para uma perspectiva crítica.

O jornalismo moderno possui não só um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e o capitalismo, mas um 'potencial desalienador' insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes. Ele permite, pela natureza mesma

do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação social (GENRO FILHO, 1987, p. 179)

Além dessa visão de Genro Filho, pode-se constatar pelas observações de outros autores acima discutidos de que há contradições de classe na própria burguesia, e, mesmo nos veículos controlados em última instância por representantes de classe, há possibilidade de pautar temas e enfoques fora do padrão hegemônico. Essa discussão passa também pela ideia do público como parte integrante do processo, e não apenas como agente passivo que absorve acriticamente as mensagens. Outra possibilidade do jornalismo atuar de forma diferenciada é a inclusão de mais atores no processo.

Como exemplo dessa potencialidade contraditória da mídia temos a organização de aparatos de assessoria de imprensa, tanto ligados a meios patronais como a movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, que levam a crer que há brechas possíveis dentro do sistema – controlado, oligopolizado, voltado para os lucros – mas não tão fechado e homogêneo da mídia hegemônica.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de constituir formas próprias de comunicação, como será discutido adiante, possui também uma assessoria de imprensa. Fundado oficialmente em 1984, o movimento social de luta por reforma agrária começou a ocupar espaço na grande imprensa a partir de 1995. Souza (2004), em uma pesquisa sobre a cobertura da revista *Veja* em relação ao MST de 1995 a 2001⁴, constata que toda a mídia nacional tratou com “desdém” o movimento social pelo menos até o segundo semestre de 1995, mais de dez anos depois de sua fundação a nível nacional. Foi a partir de um massacre de camponeses e do terceiro congresso nacional da organização que os sem-terra entraram definitivamente na pauta da grande mídia nacional.

Em entrevista concedida para a autora (2008)⁵ Neuri Rosseto, da coordenação nacional do MST, explica que a preocupação com a comunicação interna foi constante desde no início do movimento. Em relação à mídia hegemônica, começou de forma mais estruturada em 1995, quando os grandes meios passaram a dar atenção e solicitar opinião das lideranças sobre temas diversos.

O trabalho do MST em relação à assessoria de imprensa passa por duas premissas. A

⁴O autor conclui que ao longo dos anos a revista se utilizou de quatro estratégias para lidar com o MST: o silêncio, a cooptação, a divisão e, por fim, a satanização (SOUZA, 2004).

⁵ Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Estudos latino-americanos: “O papel da imprensa na construção da hegemonia - Uma análise da cobertura das ações do MST nas páginas dos grandes jornais brasileiros”, defendido pela autora em 2008, na Universidade Federal de Juiz de Fora.

primeira, de que a grande mídia no Brasil possui identidade de classe. Conforme fala de Rosseto: “Eles não precisam ter fazenda para nos atacar. Não precisam ter publicidade dos fazendeiros, não precisa o governo mandar. Eles nos elegeram como inimigo de classe” (ROSSETO, 2008, informação verbal em entrevista à autora).

A segunda premissa é de que há brechas a serem disputadas dentro desse complexo de construção da opinião, que passam pela necessidade de os jornais ouvirem “o outro lado”, pela identificação de jornalistas mais sensíveis às causas e pela proposta de pautas sobre os avanços do MST e da reforma agrária. Assim, mesmo considerando que a mídia é um instrumento nas mãos da burguesia, o MST opta por ter um canal de diálogo com ela. Como afirma Igor Felipe Santos, da assessoria de imprensa nacional:

“O MST é acusado por setores conservadores de ser obscuro e ter interesses que ninguém sabe direito. O fato de ter uma assessoria de imprensa demonstra essa disposição para o diálogo e deixar claro quais são suas linhas, o que defende e quais são seus pontos de vista” (SANTOS, 2008, informação verbal em entrevista à autora).

O MST entende que é pior ser ignorado pela mídia, como era até 1995, pois as ações perdem a possibilidade de adquirir seu caráter de denúncia e impede que a sociedade conheça os dois discursos e possa se posicionar. No entanto, seus dirigentes afirmam que o terreno central de disputa não está na mídia, ou no discurso, mas nas ações diretas.

Naturalmente, isso [o trabalho de comunicação] só se torna eficiente quando o MST não elege o meio midiático como único ou principal terreno de lutas. Os símbolos e mensagens que uma marcha, por exemplo, produzem, atingem e são mais eficientes do que uma pequena nota na coluna de uma articulista político. As lutas de massas continuam e sempre serão os principais porta-vozes da organização e a melhor resposta à estratégia de criminalização das elites (STEDILE, Miguel, 2008, informação verbal em entrevista à autora).

Este exemplo demonstra que mesmo os grupos vitimizados pela falta de acesso aos grandes meios e comumente criminalizados nas coberturas da mídia brasileira entendem que é possível existir um jornalismo crítico, e que através dele se pode, em alguma medida, disputar a opinião de um público mais amplo. Apesar de não haver ilusões quanto ao caráter comprometido com o *status quo* da imprensa hegemônica, demonstra que a manipulação não é total, e ainda que, o jornalismo como ferramenta pode ser apropriado por pessoas de outras classes, como demonstra a ênfase em meios de comunicação próprios.

1.4 Cidadania e jornalismo

Outra contradição do jornalismo importante de ser discutida é em relação à cidadania. Genro Filho demonstra que a sociedade burguesa inaugurou a dimensão dos direitos, que diz respeito a uma “relação histórica real e efetiva”. No entanto, destaca que a igualdade que ela implica está presente apenas no campo jurídico-formal, pois se assenta sobre a base fundamental da necessidade do capital de “assalaridar e submeter trabalhadores livres” (GENRO FILHO, 1987, p. 171).

Existiriam assim duas dimensões da cidadania: uma real – assentada sobre a desigualdade e a exploração – e outra potencial. É nessa ambivalência que o jornalismo se coloca, na medida em que expõe – ou pode expor – a relação dialética entre a particularidade e a universalidade do modo de produção capitalista. O autor explica como se dá essa dupla potencialidade do jornalismo:

Por um lado, o jornalismo vem suprir necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade que, teoricamente, independem das relações mercantis e capitalistas, embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas. Não se trata, então, de carências meramente subjetivas ou ideológicas dos indivíduos que, através do jornalismo, teriam reforçada sua 'condição imaginária' de cidadania. Por outro lado, em virtude do caráter de classes da sociedade burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social. [...] É essa contradição que forma a base histórica para que o jornalismo seja um fenômeno ambivalente, já que esse conflito atravessa a lógica jornalística. É esse fenômeno que autoriza pensar num jornalismo informativo feito sob uma ótica de classe oposta e antagônica à ordem burguesa, assim como abre brechas para certas posturas críticas nos veículos controlados pelas classes dominantes (GENRO FILHO, 1987, pgs. 172 e 173).

A distinção apontada por Genro Filho entre “cidadania real” e “cidadania potencial” nos leva à necessidade de aprofundar do que se está falando quando se fala de cidadania. Os estudos voltados ao tema necessariamente se referenciam ou passam pela formulação desenvolvida por T. H. Marshall, em seu livro *Cidadania e classe social*, de 1949.

Cidadania, segundo Marshall, é a participação integral do indivíduo na comunidade política; tal participação se manifestando, por exemplo, como lealdade ao padrão de civilização aí vigente e à sua herança social, e como acesso ao bem-estar e à segurança material aí alcançados. [...] Marshall nos propõe, assim, uma classificação dos direitos individuais que equivale na prática a um quadro de indicadores concretos de cidadania (SAES, 2000, p. 3).

Esses indicadores concretos seriam os direitos civis (que garantem a liberdade individual: livre pensamento, movimentação, propriedade, acesso à justiça), direitos políticos (possibilidade de eleger e ser eleito) e direitos sociais (acesso a um mínimo de bem-estar e segurança material). No esquema do autor britânico, cada um desses direitos foi garantido em momentos específicos, através de uma aquisição em escala, quase como uma evolução natural. A crítica central aqui é a falta de consideração teórica à luta de classes, ou seja, a ausência de análise sobre o papel das classes dominantes, dominadas e a burocracia do Estado, sobre o conflito social e suas tensões (SAES, 2000).

Essa também é a crítica, ainda que sob outros termos, de Hirschman (1992) sobre a tese de Marshall do desenvolvimento da cidadania no Ocidente, em um esquema em que cada século assistiu à aquisição desses direitos. O século XVIII “testemunhou as grandes batalhas pela instituição da cidadania civil”, o século XIX ao aspecto político, centrado no direito ao voto, e o XX, com a ascensão do Estado de Bem-Estar Social, colocou na arena os aspectos sociais e econômicos da cidadania.

Devido às dificuldades de garantia da aplicação dos direitos sociais, o esquema otimista de Marshall enfrentou críticas que, na visão do autor, foram leves demais.

Não é verdade que não só a última, mas cada uma das três investidas progressistas de Marshall foram seguidas por contra-investidas ideológicas de força extraordinária? E que essas contra-investidas estiveram na origem de lutas sociais e políticas convulsivas que muitas vezes levaram a recuos dos programas progressistas entendidos, e também a muita dor e miséria humanas? Os contratemplos experimentados até agora pelo Welfare State podem ser de fato leves, se comparados aos furiosos ataques e conflitos que se seguiram à afirmação das liberdades individuais no século XVIII ou à ampliação da participação política no século XIX (HIRSCHMAN, 1992, p. 12).

Outro aspecto relevante de ser destacado na fragilidade teórica de Marshall, apontado por Saes (2000), é a falta de uma análise mais profunda em relação à sua concretude no capitalismo. Ele destaca que a cidadania política, por exemplo, não é garantida apenas pelo sufrágio universal e pela instauração do regime democrático, uma vez que isso “não implica o estabelecimento de um controle efetivo dos governantes pela maioria social” (SAES, 2000, p. 33). Ele cita diversos autores, tanto progressistas como liberais, que explicam como essa limitação acontece, para demonstrar que o principal gargalo da democracia participativa na sociedade capitalista “começa pelo reconhecimento de que um grande e persistente obstáculo barra essa escalada participativa das massas: a distribuição cronicamente desigual dos recursos políticos entre as classes sociais na sociedade capitalista, distribuição essa que

produz efeitos não só no plano macro-político como também no plano micro-político” (Idem, p. 41).

Para Saes, a condição de “democracia econômica”, que garantiria condições iguais de participação no poder político, é impossível em um modelo de sociedade capitalista. Podemos estender essa conclusão também aos direitos sociais, entendidos para além do mínimo necessário, mas em sua totalidade, ou seja, como direitos iguais de acesso aos bens materiais socialmente produzidos. Assim como os direitos políticos são necessariamente limitados nos marcos de uma sociedade capitalista, os sociais também o são. A conclusão que chegamos a partir dessa constatação é que o conceito de cidadania, por si só, não dá conta das contradições presentes na sociedade hoje, concordando com a proposta de Genro Filho (1987) sobre a “cidadania real” e a “cidadania potencial”.

Um autor que também faz críticas ao conceito esquemático de Marshall é Carvalho (1996), que aplica alguns dos conceitos à discussão da história do Brasil no século XIX. Ele apresenta quatro tipos de cidadania: aquela conquistada de baixo pra cima dentro do espaço público (caso francês); aquela de baixo pra cima, mas no espaço privado (caso dos Estados Unidos); um tipo de cidadania conquistada mediante a universalização de direitos, mas a partir de uma concepção do cidadão como súdito (caso inglês), e, por fim, uma cidadania construída de cima pra baixo no espaço privado (caso da Alemanha).

Para Carvalho (1996), o caso brasileiro se aproxima da ideia de cidadania construída de cima para baixo, com uma cultura política de tipo súdita ou mesmo paroquial, a partir da centralidade do Estado. Ele demonstra como o esforço de construção de uma pátria, de uma identidade nacional, partiu do Estado para os cidadãos, que reagiram de diferentes maneiras. O caso brasileiro possui especificidades em relação ao alemão e ao inglês (que também tiveram suas cidadanias construídas de cima para baixo), principalmente devido ao seu processo histórico.

Não é difícil apontar razões sociológicas para explicar a diferença brasileira. Entre elas, a escravidão, que negava a cidadania, mesmo civil, a boa parte da população; o patriarcalismo, que a negava às mulheres; o latifúndio, que fazia o mesmo com se fazia o mesmo com seus dependentes. [...] Diante dessa realidade, as elites ilustradas, agentes da modernização de cima pra baixo, se mostraram muito mais eficientes em cooptar setores dominantes do que em atrair a população para dentro do sistema (CARVALHO, 1996, p. 15).

A essas pessoas, excluídas do voto, da participação política e social, o autor deu o nome de “cidadãos em negativo”, devido à sua recusa em aceitar uma “regulação vinda de

cima, sem consulta e sem respeito por costumes e valores tradicionais” (CARVALHO, 1996, p. 14). Isso não quer dizer que recusavam a cidadania, mas tentavam pautar sua recusa em serem absorvidos por um projeto que não os incluía devidamente, a partir de suas tradições e leitura de mundo.

Dagnino (2004) também discute a limitação, ou melhor, a ambiguidade do termo cidadania. Ela apresenta as consequências da implantação do modelo neoliberal, em especial no que diz respeito ao deslocamento de sentido das noções de sociedade civil, participação e cidadania. Ela caracteriza como “confluência perversa” o processo de construção na democracia do país hoje, que passa tanto pela luta da sociedade civil organizada como pelo projeto de Estado mínimo, pautado e relacionado pelo modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. A confluência estaria no fato de os dois processos requererem uma sociedade civil ativa e propositiva. A perversidade está no fato de que o discurso e o vocabulário comum escondem diferenças fundamentais do que se entende por sociedade civil, que tipo de participação se espera dela e com vistas a que tipo de cidadania.

No caso do projeto neoliberal, Dagnino explica que há uma identificação do conceito de “sociedade civil” com as organizações não governamentais, tornadas quase sinônimas. Essas entidades, independentemente de suas intenções, acabam por esvaziar o espaço dos próprios sujeitos sociais e assim despolitizam sua participação. Esta última – a participação – acaba sendo entendida “a partir de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social” (DAGNINO, 2004, p. 102).

A noção de cidadania, para a autora, oferece o caso “mais dramático” de deslocamento de significado. Ela apresenta o conceito de “nova cidadania”, formulado pelos movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980, que era mais amplo do que a noção de cidadania liberal, a partir da ideia do “direito a ter direitos”.

Um segundo elemento, que implica o direito a ter direitos, é que a nova cidadania, ao contrário das concepções tradicionalmente vigentes no Brasil, não está vinculada a uma estratégia das classes dominantes e do Estado de incorporação política gradual dos setores excluídos, com o objetivo de uma maior integração social ou como uma condição legal e política necessária para a instalação do capitalismo. A nova cidadania requer – é inclusive pensada como consistindo nesse processo – a constituição de sujeitos ativos (agentes políticos), definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento como tais. Nesse sentido, é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “desde abaixo” (Idem, p. 104).

Esse trecho é importante porque retoma a discussão colocada por Carvalho (1966), de

uma parcela da população que se organiza, ainda que como não cidadãos, ou cidadãos em negativo, como ele chama, para ter sua própria concepção e construção da cidadania. Dagnino (2004) reforça ainda que essa nova cidadania tem como proposta não só a construção de um modelo político já dado, mas o direito de participar da própria definição do sistema.

O neoliberalismo atuou para redefinir essa noção de diferentes formas; seja resgatando a concepção liberal, seja esvaziando seu sentido coletivo. Mas o central foi fazer a ligação entre cidadania e mercado, identificando o campo de direitos como direito ao consumo. O trabalho, o Estado, a pobreza, tudo vira questão de mercado.

A gravidade do deslocamento de sentido dessas três categorias se dá por sua despolitização, por sua redução à esfera privada, pelo esvaziamento da própria noção de política e de democracia.

Aqui entra novamente o papel do jornalismo, como instância que constrói, legitima, ou problematiza essa operação de deslocamento de sentido.

A imprensa hegemônica pode construir um discurso que a coloque como defensora do plano ideal – ou ideológico, retomando a discussão anterior – da cidadania, como se ela pudesse ser estendida a todos da mesma maneira. A partir de uma visão também ideológica do conceito de democracia, coloca-se como representante do cidadão – em potencial – na defesa de seus direitos sobre os outros três poderes.

Essa ideia pretende recolocar o jornalismo como pilar da democracia, e defende sua atuação como principal mediador entre os indivíduos e o Estado, ou entre o indivíduo e a instância que pode fazer valer seus direitos. Essa é a visão que segue Abreu, quando diz que:

É evidente que a informação é um dos elementos fundamentais para que o indivíduo possa exercer plenamente os seus direitos. A imprensa é um veículo que fornece informações aos cidadãos e, simultaneamente, lhes dá a possibilidade de levar suas demandas até os responsáveis pelas decisões que afetam a vida em sociedade. A imprensa tem por função dar visibilidade à “coisa pública”, e a visibilidade é uma condição da democracia (ABREU, 2003, p. 26).

Ela afirma que a mídia, no caso brasileiro pós-Constituição de 1988, tornou-se o substituto da Justiça como “espaço preferencial da população para a busca de respostas ao atendimento de suas necessidades” (Idem, p. 29), devido a carências do próprio sistema jurídico. Ela atesta que, no regime democrático, a mídia opera com a ideia de utilidade social, ou seja, para “servir aos interesses concretos dos cidadãos e responder às preocupações dos leitores ou da audiência referentes a emprego, segurança, qualidade de vida, etc.” (idem, p. 30). Seria esse, então, o jornalismo cidadão.

Esse jornalismo se expressaria através de pautas de utilidade pública, abrindo espaços

para “reclamações do cidadão-consumidor”, para queixas individuais e como fiscalizador do poder público. Ela cita pesquisas realizadas com jornalistas e questiona então a efetividade da mídia em seu papel conscientizador.

Uma pesquisa revela um resultado curioso (curioso a partir do argumento levantado pela própria autora ao longo do texto, mas não a partir das leituras colocadas anteriormente): a população ouvida demonstrava “um total desconhecimento tanto dos seus direitos como de seus deveres”. Outro dado: “os direitos eram confundidos com expectativas de consumo”.

Para explicar essa aparente discrepância, Abreu recorre ao conceito de “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme dos Santos, segundo o qual a cidadania está ligada e imbuída à profissão, fazendo com que as mensagens sejam filtradas por grupos específicos, portadores de interesses específicos.

A conclusão da autora é que o jornalismo cidadão “deve ser entendido como um dos meios de o jornalista, na atualidade, preencher um papel da ativista político caracterizado pela defesa de valores como rejeição à corrupção, defesa dos direitos dos cidadãos, igualdade no tratamento das leis, etc” (Abreu, 2003, p: 38). Para isso, a posição pessoal do profissional seria mais importante do que o caráter comercial da mídia. Seus valores pessoais serviriam de apoio para a luta por justiça e cidadania, ou seria sua atuação na imprensa essa própria luta.

A conceituação de jornalismo cidadão apresentada por Abreu pode ser considerada insuficiente sob vários aspectos. Tomando as análises de Saes (2000) sobre a limitação do próprio conceito de cidadania, no que se refere à sua impossibilidade de concretude geral sob o sistema capitalista, percebemos como essa ideia de jornalismo cidadão se ancora sob a base frágil da cidadania como apenas acesso à informação, como um primeiro direito elementar de ser informado, escondendo, em um típico processo ideológico, a impossibilidade de concretização da cidadania plena sem alteração no processo de divisão do trabalho e da sociedade em classes.

O conceito apresentado não se aprofunda sobre o momento posterior ao acesso à informação: a simples recepção de um conteúdo voltado para os serviços muda a forma de participação das pessoas? Garante o acesso aos direitos pleiteados? Outro problema nessa construção teórica pode ser respondido pelas críticas apresentadas por Dagnino (2004), que explica como o neoliberalismo se apropriou de um vocabulário para esvaziá-lo. Quando aponta que a noção de cidadania foi substituída pela ideia de consumo, que o mercado passa a assumir o lugar central da atuação social vemos como o conceito de Abreu (2003) fica oco ao querer fazer das colunas de serviços ao consumidor um canal de cidadania. É o próprio

deslocamento de sentido demonstrado por Dagnino.

Mas a intenção de fazer do jornalismo uma possibilidade de expressão e busca pelo alargamento dos direitos foi assumida sob outras perspectivas, e estiveram identificadas sob outros conceitos, que não o de “jornalismo cidadão”. Entre eles, a imprensa sindical, alternativa e comunitária.

1.5 Fora da ordem: sindical, alternativo e basista

Conforme a periodização proposta por Habermas e analisada por Marcondes Filho (2002), desde a primeira fase do jornalismo havia manifestações da “imprensa sindical ou partidária”. Para o autor, esse tipo de imprensa não acompanhava o noticiário diário e superficial da imprensa comercial, e se voltava assim para um tipo de veículo de “persuasão, doutrinação e confirmação de ideias”.

Esse tipo de imprensa também se desenvolveu na América Latina e no Brasil. Inúmeros jornais de categorias profissionais e grupos anarquistas circularam nas fábricas em todo o território nacional. Giannotti levanta que cerca de 500 publicações operárias existiram de 1858 (ano em circula o primeiro deles, o *Jornal dos Tipógrafos*) até 1930.

Podemos dizer que a imprensa anarquista desse período cumpriu o papel de uma imprensa política. Uma imprensa ideológica alternativa. Uma imprensa que se colocava contrária à visão dominante da burguesia liberal da época. Como não havia partidos políticos de esquerda até 1922, quando nasce o Partido Comunista, era essa imprensa operária anarquista que exercia o papel de imprensa política alternativa (GIANNOTTI, 2007, p. 79).

Esse tipo de imprensa – identificada como operária ou sindical – remonta à ideia de Lênin de atuação para a conscientização, educação, propaganda e agitação política, com vistas a ser um organizador coletivo.

Com o objetivo de se contrapor à imprensa produzida pela classe dominante como instrumento de dominação, a imprensa operária vai buscar disputar espaço nas mentes e corações dos trabalhadores. A disputa não é pela informação, pois não na maioria das vezes não há estrutura para alcançar rapidez na aquisição de informação [...] Entretanto, é possível, a partir das informações da grande imprensa, que entidades sindicais as interpretem e apresentem para os trabalhadores com sua própria visão dos fatos, mostrando a manipulação da mídia e apontando uma perspectiva do olhar da própria classe sobre a informação (COSTA, 2010, p. 16).

Costa, amparada em Araújo⁶, coloca seis pressupostos para que uma comunicação se classifique como sindical: a existência de interlocutores da classe ou da estrutura institucional; a mediação profissional na produção de mensagens; o conteúdo deve repercutir os interesses imediatos dos trabalhadores; a imprensa deve estar ligada a uma ação estratégica; deve dar contornos gerais aos fragmentos das lutas específicas e admitir a diferença entre linguagem e discurso. Esse tipo de imprensa existiu desde o século XIX e segue atuante no cenário atual, com diferentes fases, de acordo com o momento político, que não é o caso de destrinchar aqui.

Como se pôde observar, há confusão entre os termos “sindical”, “operária”, “partidária” e “alternativa”. Como os meios de comunicação produzidos por organizações ou grupos de trabalhadores fogem à lógica da imprensa hegemônica, há uma tendência em agrupar todas essas produções sob o rótulo de “alternativo”.

No entanto, esse termo tem também sua especificidade. Está ligado a um tipo de jornalismo produzido em contraposição a contextos de censura e repressão política, como resistência a um autoritarismo de Estado. Na América Latina, está identificada com as produções de combate às ditaduras civis-militares da segunda metade do século XX, mas também tem sua origem antes disso.

Kucinski (1991) pesquisa jornais alternativos produzidos durante a ditadura no Brasil e explica que o fenômeno é anterior a esse momento:

Apesar de complexo, o fenômeno alternativo teve contornos nítidos no tempo, como outros surtos da história do nosso jornalismo, entre os quais o dos pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência, que atingiu seu apogeu em 1830, com cerca de cinquenta títulos, e o dos jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos. Nos três casos, pequenos jornais sem fins mercantis, produzidos precariamente, às vezes por um homem só, como eram muitos pasquins, dirigiam-se à sociedade civil e às classes subalternas criticando o Estado e propondo mudanças. A imprensa alternativa dos anos 70 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico (KUCISKI, 1991, p. 21).

Caparelli (1986) identifica que foram usados os termos “nânica” e “política” para definir esse tipo de imprensa, mas considera “alternativa” a conceituação mais correta:

É um dos termos mais apropriados, principalmente porque esse conceito sugere

⁶ARAÚJO, Silvia Pereira de. **Imprensa sindical**: instrumento de ação e objeto de conhecimento – 1976 a 1990. (Doutorado em Comunicação Social). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1991.

imediatamente referência ao contexto de seu aparecimento. Alternativa indica uma relação com outro, um alter que chama a si os que se desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional. Aqui, alternativa poderia ser do ponto de vista do produtor, que, não contente com a imprensa tradicional, se propõe elaborar ele mesmo seu produto. Ou do leitor, que no mercado capitalista das ideias, tem opção a uma maior diversidade de conteúdos, fugindo ao monopólio dos grandes grupos que reforçam o *status quo* (CAPARELLI, 1986, p. 45).

O autor apresenta um documento do Centro de Informações do Exército Brasileiro, da década de 1970, que busca também fazer uma conceituação do termo imprensa alternativa, levantando suas características e apontando sugestões para “coibir a atividade nefasta da imprensa nanica contestatória” (CAPARELLI, 1986, p. 116). Este exemplo reforça o entendimento que o termo “imprensa alternativa” possui, no caso brasileiro, uma ligação direta com a ditadura civil-militar.

Kucinski (1991, p. 13) destaca que “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço a oposição intransigente ao regime militar”. Ele propõe quatro elementos principais para caracterizar a imprensa alternativa:

[...] o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizar as transformações sociais que pregavam (Idem).

O autor resgata os principais jornais em circulação no período e levanta questões para situar esse tipo de imprensa em seu contexto histórico específico. Um elemento fundamental é que esses jornais tinham a intenção de dialogar com a sociedade como um todo, fazendo frente à grande imprensa, depois de terem sido fechadas as portas para a atuação profissional dos jornalistas críticos.

Havia um tensionamento político forte, fazendo que projetos concebidos inicialmente do ponto de vista jornalístico fossem disputados e apropriados por partidos políticos, e outros que já começaram vinculados diretamente a alguma organização. Em comum, repudiavam não só a ditadura, mas também o capitalismo, fazendo com que os empreendimentos sofressem de despreparo empresarial.

Apesar de ter tido seu período auge durante a ditadura, o autor aponta que ela não “foi a única razão de ser da imprensa alternativa” (KUCINSKI, 1991: XXV). Esses jornais comungavam com o ideal de construção de uma “contra-hegemonia ideológica”, para além de uma resistência conjuntural. Cada um por um motivo, os jornais desse período foram fechando suas portas, pouco a pouco. Com a abertura do aparato repressivo e por fim com a

redemocratização do país, um novo momento político é inaugurado, sinalizando o fim das “grandes manifestações de utopia”, como classifica o autor.

Além desses grandes empreendimentos de jornais alternativos, dos jornais anarquistas e da imprensa sindical, há outro tipo de comunicação presente durante todo esse período, denominada ora como “comunitária”, “alternativos basistas” ou como “comunicação popular”.

“Alternativo basista” é o termo escolhido por Kucinski para tratar de experiências de jornalismo ligadas aos movimentos de base, articulados em torno de lutas específicas e de alcance regional, a partir da década de 1970, potencializados pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), de uma parte da Igreja católica atuante sob a perspectiva da Teologia da Libertação⁷.

Surgiram desses movimentos de base várias centenas de jornais, boletins e folhetins populares, apesar do agrafismo das populações pobres e da inexistência de uma tradição de imprensa comunitária no Brasil. A maioria desses veículos sequer podiam ser classificados de jornais por sua precária materialidade. Eram boletins ou folhas xerografadas ou mimeografadas, com tiragens diminutas, com pouca agregação de trabalho jornalístico. Não expressavam uma articulação jornalística – eram apenas difusores de uma ou outra articulação de base (KUCINSKI, 1991, p. 97).

Segundo o autor, esse tipo de instrumento atraía principalmente jornalistas jovens, em busca de trabalho e que se articulavam em torno de um movimento de base, fazendo do jornal a própria forma de atuação política. Ele classifica esses empreendimentos de jornalismo basista como fruto da vontade de autorrealização de seus protagonistas, atendendo em segunda medida à necessidade de expressão dos movimentos populares. “É o fracasso dessa alternativa, mais do que o de qualquer outro, que aponta para o encerramento da possibilidade de uma imprensa alternativa”. (idem: 104).

No entanto, é necessário aprofundar a discussão sobre a comunicação popular, que, no nosso entender, não se resume às experiências descritas acima.

1.6 Comunicação popular

Na tentativa de conceituar a comunicação popular, Peruzzo (1998, p. 125) coloca que

⁷ Teologia difundida na América Latina após a Conferência de Medellín (1968), que realizou uma profunda crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista, colocando em primeiro plano a necessidade de “libertação” das classes pobres e marginalizadas. (CELAM, 1988)

ela “não tem um fim em si mesma, mas relaciona-se com um pleito mais amplo. É meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural de um povo”. A pesquisadora chama a atenção para o fato de que a comunicação popular não se dá de forma isolada, e deve ser estudada em sua relação com o entorno, com os meios massivos, com as contradições da sociedade em que está inserida. “E também se verá que o popular não é homogêneo, porque é pluralista e histórico” (Idem, p. 135).

São os meios grupais, impressos, visuais, sonoros e audiovisuais: festas, celebrações religiosas, teatro popular, música, poesia, jornalzinho, boletim, mural, panfleto, cartilha, folheto, cartaz, faixas, camisetas, fotografias, filmes, vídeos, cassete-fóruns, sequências sonorizadas de slides, discos, alto-falantes, carros de som, programas radiofônicos, troças carnavalescas, etc (Idem, p. 148).

Esse tipo de expressão das classes populares recebeu atenção da Igreja, que fomentou o surgimento de diversos instrumentos de comunicação, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, inspirados pelos ideais de libertação e participação. Coloca esse tipo de “terceira via da comunicação” com os termos: participativa, alternativa e popular, entendidos como “sinônimos para denominar um novo tipo de comunicação” (CELAM, 1988, p. 102).

A menor compreensão dos termos corresponderia à intensificação do protagonismo popular nas diversas fases do processo de comunicação, assim como à radicalidade do projeto de mudança social estrutural exigida por este tipo de comunicação, não só como efeito, mas também como causa. A comunicação como parte de um todo coerente, exigente e condicionante (CELAM, 1988, p. 102).

Como características comuns a esse tipo de comunicação, que faz o contraponto à “comunicação massiva”, o Departamento de Comunicação Social do Conselho Episcopal Latino-americano descreve seis elementos: o exercício efetivo do direito de receber mensagens; exercício do direito de emitir mensagens; direito ao diálogo; vinculação da comunicação a outras formas de participação social; ubiquação da participação comunicacional no marco de um projeto de nova sociedade que seja coerente (protagonismo do povo, sociedade justa).

Percebemos que esses elementos são basicamente os mesmos daqueles apontados por Peruzzo (2006), que dá ênfase à forma de participação dos envolvidos no processo. Segundo a autora, a comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica. Mas para ela o sentido político é o mesmo: “o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de

participação política” (PERUZZO, 2006, p. 2).

Em síntese, a comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (PERUZZO, 2006, p. 4).

A autora defende que o outro termo para classificar esse tipo de comunicação seria “comunitária”, na medida em que atenda a alguns critérios, “tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania” (idem, p. 9).

Festa (1988, p.10) é mais direta e coloca a comunicação popular como parte dos processos “que buscam compreender o fenômeno da comunicação no nível das bases sociais”. Já a comunicação alternativa seria aquela ligada ao “nível médio da sociedade civil”. Esse último tipo de comunicação diz respeito a publicações de caráter cultural e político, ligadas a grupos de oposição ao regime militar. Já a comunicação popular está diretamente ligada ao surgimento dos movimentos sociais, e, “sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo” (Idem, p. 25).

A autora destaca que a comunicação popular emergiu durante da década de 1970 no Brasil, “decorrente de processos anteriores” (idem, p. 18), principalmente das articulações e materiais promovidos pelas CEBs. Ela cita inclusive um boletim lançado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em apoio à reforma agrária. Aponta ainda que no início da década de 1980 a “imprensa chega ao campo” e cita “boletins e pequenos jornais editados por centros de educação popular, da corrente sindical” e outros, ligados à CPT. Havia também nesse período um núcleo de correspondência, que atuava como “primeira agência popular de notícias”.

Pelos elementos colocados acima, defendemos que o periódico analisado nesta pesquisa – o Jornal Sem Terra – se situa dentro desse campo de comunicação popular, ainda que com ressalvas e diferenças frente ao entendimento de todos os elementos do processo. Frente às problematizações em torno de “comunitária”, “alternativa” e outros, visto a falta de consenso conceitual entre os autores, ficamos com o termo popular pelo seu potencial

político, conforme explica Marilena Chauí (1986) ao buscar definir a cultura popular:

Embora de difícil definição, a expressão Cultura Popular tem a vantagem de assinalar aquilo que a ideologia dominante tem por finalidade ocultar, isto é, a existência das divisões sociais, pois referir-se a uma prática cultural como Popular significa admitir a existência de algo não-popular que permite distinguir formas de manifestação cultural numa mesma sociedade (CHAUÍ, 1986, p. 28).

A filósofa traça as diferentes visões a respeito da noção de “povo” e “popular”, colocando que há a perspectiva romântica, que vê o povo de um ponto de vista idealista, identificando o popular com o primitivo, simples, sensível, iletrado, comunitário, irracional, puro, natural. A cultura popular seria assim a resistência ao Iluminismo e à razão, vista como guardiã da tradição e do passado, peça de museu. Já o Iluminismo divide o “Povo” em uma concepção de verdade universal e legislador soberano, de um lado, e como “povinho ou populacho” a particularidade social dos pobres.

Essas duas visões influenciaram fortemente o debate brasileiro sobre “povo” e “cultura popular” e possibilitou ainda fusões: quando a Razão – na forma de vanguardas políticas – vai ao Povo para ilustrá-lo.

Para se contrapor a essa ambiguidade perigosa, Chauí traz o conceito de hegemonia, desenvolvido por Gramsci. Ela explica que a perspectiva marxista se diferencia da romântica e da ilustrada na medida em que não se centraliza pelo conceito de povo ou popular, mas pelo referencial de luta de classes, em que uma classe explora e domina a outra, com a legitimação e naturalização ideológica.

A novidade gramsciana consiste em considerar que o conceito de hegemonia inclui o de cultura como processo social global que constitui a “visão de mundo” de uma sociedade e de uma época, e o conceito de ideologia como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata. Todavia, o conceito de hegemonia ultrapassa aqueles dois conceitos: ultrapassa o de cultura porque indaga sobre as relações de poder e alcança a origem do fenômeno da obediência e da subordinação; ultrapassa o conceito de ideologia porque envolve todo o processo social vivo percebendo-o como práxis, isto é, as representações, as normas e os valores são práticas sociais e se organizam como e através de práticas dominantes e determinadas. Pode-se dizer que, para Gramsci, a hegemonia é a cultura numa sociedade de classes (CHAUÍ, 1986, p. 21).

Em seu estudo sobre a forma de existência da cultura popular – em relação com a cultura dominante, com contradições e assimilações – a autora destaca a importância de se falar também do termo “contra-hegemonia”, pois a hegemonia não existe “apenas passivamente na forma de dominação”. Como processo vivo, a hegemonia passa também por movimentos de oposição e luta que são em alguma medida controlados, incorporados ou

transformados pelo processo hegemônico.

Consideramos que a experiência de comunicação popular do MST, o Jornal Sem Terra, se situa como parte desse processo de resistência, oposição e embate com o projeto hegemônico, por isso a importância de se resgatar alguns elementos da contra-hegemonia.

1.7 Comunicação e contra-hegemonia

Falar de contra-hegemonia pressupõe levar em consideração os conceitos formulados por Antonio Gramsci. No entanto, como nos alerta José Paulo Netto (2008), a categoria “contra-hegemonia” não foi formulada pelo pensador italiano. Consideramos então, o manifesto de outros pesquisadores que, a partir de conceitos de Gramsci, colocam a contra-hegemonia como uma oposição radical da hegemonia, categoria que pressupõe a dominação de uma classe sobre outra não apenas pela força, mas fundamentalmente pelo consenso.

Dada a centralidade da mídia no processo de reprodução da vida social, são hegemônicos os intelectuais que fazem a apologia – direta ou indireta – do existente no campo da comunicação. Há, no entanto, pensadores de variados matizes teóricos e políticos que, sem perder de vista as relações materiais dominantes, desenvolvem uma reflexão crítica a respeito do papel da comunicação na cultura tecnocapitalista. Entre esses, há os que, inspirados no pensamento do italiano Antonio Gramsci, compreendem a cultura como uma instância da luta política, e os meios de comunicação, como instrumentos de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. Tal perspectiva admite, no entanto, a possibilidade de grupos subalternos construírem uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes. A essa resistência político-cultural é que Gramsci chamaria de *contra-hegemonia* (COUTINHO, 2008, pgs. 8 e 9).

Nesse sentido, a contra-hegemonia se coloca como um horizonte de conquista a ser alcançado, ainda que dentro de uma sociedade regida por padrões hegemônicos de outras classes, ou frações de classes. O papel da comunicação para a manutenção da hegemonia dominante ou para a construção da contra-hegemonia é central, levando-se em consideração o pressuposto básico da ligação de Gramsci com a teoria da economia política, das contradições fundadas sobre as relações capital-trabalho, que serão superadas apenas pela ascensão de uma nova classe na direção da sociedade e do Estado.

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais

precisamente, o programa da reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 2000, p. 19).

A partir desse pressuposto, Gramsci se dedica a uma análise das formas de dominação pelo consenso – aliado à coerção – que garante a manutenção do poder de uma classe sobre outra. Ainda na década de 1920, quando os meios de comunicação ainda não estavam tão estruturados e mundializados como hoje, ele identificava esses meios como “a parte mais considerável e mais dinâmica” da estrutura ideológica dominante. Em Coutinho (2010, p. 10) encontramos que:

para Gramsci, portanto, a comunicação aparece como um terreno decisivo na luta de classes contemporânea. A construção de uma *nova ordem* pressupõe a organização de uma nova cultura e, portanto, *meios* capazes de criar e expressar uma *vontade coletiva* contra-hegemônica.

Dito de outro modo, a expressão de grupos minoritários e excluídos do acesso aos grandes meios de comunicação representa a organização de aparelhos privados de hegemonia em sentido oposto ao dominante, buscando criar as bases de uma nova direção moral e intelectual, com vistas à derrubada do sistema capitalista. É óbvio que o veículo aqui analisado possui limitações que o distanciam desse objetivo mais amplo. No entanto, como será discutido nos próximos capítulos, o movimento social que o patrocina ambiciona essa transformação profunda e por isso lança mão de instrumentos de comunicação para disputar – principalmente junto à sua base e apoiadores diretos – a formação de opinião e forjar as condições para atingir um público mais amplo.

Downing (2002) utiliza o conceito de “mídia radical alternativa” para caracterizar as produções informativas dos grupos subalternos – considerando sempre que essas produções e esses grupos são e estão influenciados por valores e práticas também dominantes – e é interessante a descrição que faz da importância dessa mídia: “A mídia radical alternativa pode permitir que as pessoas engajadas em movimentos sociais comuniquem esses e outros discernimentos umas às outras” (DOWNING, 2002, p. 68).

Embora faça uma ressalva de que a mídia radical alternativa não se resume à experiência dos movimentos sociais, o autor enfatiza o papel dessas organizações na ampliação da conversa pública, ou mesmo na criação de “contra-esferas públicas”, segundo terminologia de Fraser, citado pelo autor.

Consideramos que a publicação analisada nesta pesquisa se situa exatamente nessa definição, na medida em que está inserida na vivência particular de um movimento social, com interesses distintos da lógica hegemônica da sociedade brasileira. Fundamental frisar que tanto o boletim Sem Terra como o MST estão inseridos em uma realidade mais ampla, em relação com a cultura dominante, ou seja, assim como qualquer outra experiência de mídia radical ou contra-hegemônica, “não se encontra isolada, de modo ordeiro, em um território político reservado e radical” (DOWNING, 2002, p. 39).

No próximo capítulo será feita uma contextualização da luta pela terra no Brasil, buscando inserir a experiência do Boletim Sem Terra no horizonte mais amplo dos embates fundiários no país. Esse processo é importante para situar a experiência de comunicação em seu contexto, na dinâmica histórica, social e política que o constrói.

CAPÍTULO 2: QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Este capítulo busca apresentar elementos para a compreensão da questão agrária no Brasil, com o levantamento de dados históricos e discussão de conceitos importantes para a análise posterior da publicação ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST). Para isso, é feito um breve histórico sobre a centralidade da terra para a política no país, desde os tempos da colônia, do império, passando pela República Velha, Estado Novo e a Ditadura Militar.

Além da contextualização histórica, são apresentadas as lutas travadas no campo, desde as classificadas como “pré-políticas”, até aquelas organizadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), os sindicatos e as Ligas Camponesas. São feitas algumas análises sobre os jornais dessas organizações – especialmente o jornal *Terra Livre* e o *Liga* – como forma de conhecer melhor a história que precedeu o Boletim Sem Terra e as discussões sobre a reforma agrária.

2.1 Colonização e controle da terra

Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, procurou analisar elementos da constituição nacional, em um momento fecundo de interpretações sobre o Brasil.⁸ Um dos aspectos trabalhados foi a questão rural/urbana, considerada fundamental para se pensar a “nossa revolução” (nome de um dos capítulos), a partir do entendimento de que seria necessário superar certas características de país agrário, amparado no trabalho escravo e em oligarquias personalistas, para que fosse possível uma transformação profunda.

Antonio Candido, em prefácio ao livro, destacou que a interpretação de Holanda trouxe uma novidade ao buscar o entendimento do passado a partir da psicologia e da história social, “com um senso agudo das estruturas” (CANDIDO 2002 p. 941), em contraposição à análise então corrente, amparada em aspectos biológicos e evolucionistas.

Não é minha intenção detalhar aqui o pensamento defendido por Holanda, mas apenas destacar a importância que o autor dá à compreensão do aspecto rural do Brasil, como pressuposto para entender o próprio país. “[...] se não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 2002, p. 982).

Para analisar um jornal de um movimento de luta pela terra contemporâneo é necessário, então, voltar ao passado e compreender as raízes rurais sob as quais se constituiu o

⁸Antonio Candido (2002), em prefácio ao livro, avaliou que uma geração aprendeu a refletir e se interessar sobre o Brasil em função de três livros: *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, e *Raízes do Brasil*.

país. Como destaca João Pedro Stedile, organizador da coleção *A questão agrária no Brasil* (2005), há várias maneiras de se interpretar o tema, mas os estudos científicos da área ainda são muito recentes, e produziram debates acalorados entre pesquisadores e partidos políticos de diferentes matizes.

Stedile (2005, p. 16) credita o atraso nos estudos sobre o tema ao “longo período de 'escuridão' científica que nos impuseram os 400 anos de colonialismo”.

Há certo consenso de que o primeiro grande embate envolvendo a posse e propriedade da terra se deu com a invasão do território brasileiro pelos portugueses. No entanto, o que diferencia as análises é o modo como se interpretou a forma de ocupação desenvolvida pelos colonizadores e o regime econômico que vigorou de 1500 até a abolição da escravidão, em 1888.

Darcy Ribeiro (1995, p. 103) frisa que a conformação do povo brasileiro se deu com um “genocídio de proporções gigantescas”, tanto da população indígena como dos negros escravizados. O autor estima⁹ que a população indígena original do território brasileiro chegava a cinco milhões de pessoas, que foram sendo dizimadas com as guerras e epidemias trazidas pelos europeus.

Conforme se vê, a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um genocídio de projeções espantosas, que se deu através da guerra de extermínio, do desgaste no trabalho escravo e das virulências das novas enfermidades que os achacaram. A ele se seguiu um etnocídio igualmente dizimador, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos 'brancos' (RIBEIRO, 1995, p. 144).

O Brasil como colônia de Portugal passou então a atender às necessidades do capitalismo mercantil da metrópole, e para isso se tornou território para a produção agrícola e mineral, organizada em forma de *plantation*: grandes fazendas de área contínua, de monocultura, voltadas para o mercado externo, com a utilização de força de trabalho escrava (STEDILE, 2005).

Em relação à propriedade da terra, a forma adotada pelos europeus foi a do monopólio da propriedade de todo o território pela Monarquia, pela Coroa. Assim, o fato de a propriedade de todo o território ter sido exclusiva da Coroa, não havendo

⁹ “O número de referência que utilizamos para toda a área (cinco milhões) deverá, por conseguinte, ser visto com reserva até que contemos com estudos diretos sobre o tema, com base na documentação disponível, de acordo com a nova metodologia da demografia histórica”. (RIBEIRO, 1995, p. 142)

propriedade privada da terra, determina que a propriedade da terra não era capitalista. Porém, para implantar o modelo agroexportador e estimular os capitalistas a investirem seu capital na produção de mercadorias necessárias para a exportação, a Coroa optou pela “concessão de uso” com direito à herança. Então, utilizando diversos critérios políticos e sociológicos, a Coroa entrega, a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terras – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por acidentes geográficos (STEDILE, 2005, p. 22).

Esse sistema – conhecido como sesmarias – foi a primeira forma de controle sobre a terra na colônia, que significava, desde então, uma forma de controle político. O nome vem de um sistema de ocupação do território instituído em Portugal no século XIV, como forma de “repartir as terras inexploradas e, ocupando-as, produzir cereais para conter a crise de abastecimento decorrente do êxodo rural” (NEVES, 2001, p. 114). A principal intenção dessa lei agrária era garantir a ocupação do solo, como estratégia para impedir a crise de produção, em um país devastado pela peste negra. Para isso, foi feita uma divisão em pequenas glebas, incentivando a produção e o cumprimento de uma função social para as terras vazias.

No Brasil, as sesmarias eram as terras entregues pelos capitães donatários para exploração de “particulares”, com anuência governamental. Segundo Neves (2001, p. 122), devido à enorme quantidade de solos exploráveis, “o que poderia resultar na inconveniente disseminação de produtores autônomos”, Portugal concedia o direito de utilização de áreas maiores para os donatários, o que diferencia o caso brasileiro do sistema de sesmarias adotado na metrópole.

Em tais circunstâncias, a propriedade, posse e uso da terra constituíam-se pressupostos fundamentais do controle de todo o aparato jurídico-político e socioeconômico da colonização. Para ocupar economicamente o novo território, o governo português reproduziu, no Brasil, o sistema jurídico fernandino de repartição fundiária. A vastidão do território conquistado na América, assim como sua distância em relação a Portugal, determinou algumas adaptações como, por exemplo, a ampliação das áreas concedidas e a isenção de foros e aluguéis aos colonos, não se cobrando também o sesmo original (NEVES, 2001, p. 123).

As doações – que significavam direito de posse, mas não de propriedade - eram ditadas por normas da Coroa, que, apesar de tentar regular o tamanho das fazendas, acabava por permitir que a mesma pessoa controlasse enormes extensões de terras.¹⁰ Como os limites determinados nas cartas de concessão eram vagos, houve também a apropriação indevida por

¹⁰ Uma das regras para a manutenção do controle sobre a sesmaria era a produção. Caso a terra não fosse cultivada em um prazo de cinco anos, tornava-se devoluta, ou seja, deveria voltar ao controle da Coroa. Como havia terra em abundância, algumas fazendas chegaram a ultrapassar 100 léguas (NEVES, 2001).

parte dos donatários, que possuíam ainda a prerrogativa de expulsar os posseiros que tentassem ocupar “suas” terras. Em Silva, estudada por Neves (2001, p. 130) encontramos que as restrições e controle das sesmarias, portanto “não eliminariam seu caráter de latifúndio inacessível aos lavradores sem recurso”.

Eram instaladas nas localidades que tivessem a categoria de 'vila' uma instância de representação política, conhecida como câmara municipal¹¹, composta por juízes e vereadores, que tinham atribuição sobre “todos os assuntos de ordem local” (LEAL, 2012, p. 76). Não havia a separação de poderes, e o domínio estava amparado numa estrutura de propriedade da terra e exploração do trabalho escravo. Não só a população pobre – trabalhadores livres e escravizados – era submetida a esse poder, como a própria Coroa por vezes tinha dificuldades em conter o poderio dos senhores de terras.

Pouco antes da independência, em 1822, Portugal extingue o tradicional regime de concessão de terras e suspende as sesmarias futuras. A primeira Constituição do Brasil, de 1824, garantiu a propriedade da terra. Uma nova lei que regulasse o tema só foi efetivada em 1850, a Lei de Terras, que estabeleceu o reconhecimento das concessões como condição para a propriedade, o que gerou uma série de conflitos (HOLSTON, 1993).

Pouco depois desse período, ocorre uma centralização ainda maior do poder, extinta a polarização Colônia X Metrópole. “O Sete de Abril¹² [...] assinala a completa transferência do poder para as mãos do senhorio rural, que deixava assim de operar no plano restrito das municipalidades para projetar sua importância econômica, social, e, portanto, política, em toda a extensão do Império” (LEAL, 2012, pgs. 84 e 85). A promulgação da primeira Constituição e as inúmeras tensões que se seguiram em relação ao exercício do poder local e nacional não mudaram um elemento definidor da participação política: a centralidade da questão da terra. Apesar de várias legislações específicas sobre as eleições e a divisão dos poderes, do Império até a República, era no controle da terra que se assentava o poder, conforme resume Nunes Leal:

O resultado final do domínio dos votos pelos governadores, que decidem da composição das câmaras federais e da eleição do presidente da República, é o compromisso que se estabelece entre o governo federal e os estaduais, com o fortalecimento, de todo o sistema, que vai assentar, em última análise, na estrutura agrária do país (LEAL, 2012, p. 226).

¹¹ As eleições para as câmaras eram indiretas e participavam dela os “homens bons e povo”, que não podiam ser os “mecânicos, operários, degredados, judeus e outros que pertenciam à classe dos peões” (LEAL, 2012).

¹² Em meio a crises no Brasil e também em Portugal, d. Pedro I abdica do cargo de imperador no dia 7 de abril de 1831, deixando o trono para seu filho Pedro, de 5 anos.

Não obstante seja quase um consenso a centralidade da concentração fundiária para se conhecer – e transformar – o Brasil, há diferenças de leitura sobre o caráter da estrutura agrária, especialmente no período discutido acima, que desembocaram em diferenças de programas políticos.

2.2 Capitalismo e renda da terra

A discussão do caráter do sistema econômico vigente do Brasil Colônia à República polarizou intelectuais, que divergiam se o regime de então era capitalista ou não. A tese defendida majoritariamente pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) era de que no campo brasileiro persistiam traços feudais, pois Portugal não teria estendido suas relações capitalistas-mercantis para a colônia, tentando reproduzir aqui estruturas do feudalismo, como os latifúndios e a servidão.

Na visão de Alberto Passos Guimarães (2005) e outros intelectuais do partido, Portugal teve dificuldades em transplantar para o Brasil todos os elementos do feudalismo clássico; mas operou aqui o mesmo monopólio sobre “o principal e mais importante dos meios de produção” (GUIMARÃES, 2005, p. 43), a terra, dada para homens de confiança do rei, e regredindo à exploração do trabalho escravo. Nessa linha de análise, enquanto vigorou a escravidão no Brasil, a sociedade era “pré-capitalista”, com configuração feudal e assentada sobre a propriedade agrária.

Já para seu opositor Caio Prado Júnior (2005, p. 82), também quadro do PCB, a formação econômica do Brasil foi desde o início capitalista. Ele não via relações de produção feudais ou semifeudais no campo, e defendia a ideia de que a “contradição fundamental” na economia agrária brasileira reside “na oposição de grandes proprietários e a massa trabalhadora efetiva ou potencialmente a serviço deles, seja qual for a forma das relações de trabalho vigente – salariato, semiassalariato, parceria ou formas mistas”.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi interpretada a partir de diferentes referenciais, em um processo de consequências não apenas acadêmicas, mas eminentemente políticas, na medida em que balizaram as posturas na questão da reforma agrária quando o tema veio à tona no país, já no século XX.

José de Souza Martins (2010) se debruçou especificamente sobre essa transição na obra *O cativo da terra*, publicada em 1978. Nela, faz uma revisão crítica tanto daqueles que

viam traços feudais na economia agrária brasileira como dos defensores da tese de que sempre houve relações capitalistas por aqui.

Uma das novidades da análise de Martins (2010, p. 25) é a leitura sobre o papel do escravo na sociedade colonial. Para o autor, além, ou mesmo antes, de ser um produtor de mercadorias, de valor, o escravo era ele mesmo uma mercadoria, um objeto de comércio, que precisa produzir lucro antes mesmo de começar a produção. Dessa forma, o escravo era um equivalente de capital, atuava como renda capitalizada, como capital investido, imobilizado, como penhor nos empréstimos e como contabilidade da riqueza. “Mais valiosos que a terra eram os escravos”, resume.

Com a crise do trabalho escravo, assentada inclusive no alto preço que a mercadoria adquiria com a hegemonia do capital comercial, houve a necessidade de transformar o polo capitalizado da produção, que passou a ser a terra. No mesmo ano em que se proibiu o tráfico negreiro, em 1850, criou-se a Lei de Terras, que limitava o acesso e à propriedade, garantindo assim seu monopólio de classe.

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso (MARTINS, 2010, p. 59).

A partir da nova legislação, a ocupação de terras devolutas estava proibida; as terras só poderiam passar para o domínio privado mediante a compra do Estado. “A terra tornou-se acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Generalizou-se, assim, o capital como o mediador na aquisição da propriedade territorial” (idem, p. 122).

Dificultava-se, deste modo, ao trabalhador livre a propriedade da terra, ainda que mantivesse em seu horizonte a possibilidade de compra e, assim, de garantia de liberdade e trabalho autônomo, ao mesmo tempo em que, se consagrou a grande propriedade, herdada das concessões do tempo da Coroa.¹³

2.3 Lei de Terras e colonato

A Lei de Terras acompanhou, assim, à abolição da escravidão, visto que foi promulgada no mesmo ano da lei que se proibia o comércio de escravos e poucos anos da abolição, efetivada apenas em 1888. Ela foi uma forma de salvaguarda para que os negros

¹³ Na mesma época, outros países aprovavam suas leis de terras, de caráter democratizante. nos Estados Unidos, em 1862, foi promulgada a Homestead Act, que consagrou a propriedade familiar e incentivou a colonização do oeste do país (CARTER, 2010).

libertos não se tornassem proprietários. Coincidiu também com a crise por que passava a Europa, onde crescia o número de camponeses pobres. O “trabalho livre” passou a ser então a forma prioritária de produção, amparada em imigrantes vindos de diversos países, com a promessa de que receberiam colônias de terras para também praticarem sua própria agricultura. (STEDILE, 1997). Resolvia-se, dessa forma, a questão prioritária da época, que era criar um sistema que garantisse força de trabalho para as fazendas de café.

Martins defende que essa mudança do trabalho escravo para o trabalho livre foi apenas uma manobra para preservar a economia colonial, a forma específica de realização do capitalismo no Brasil, que passava por relações capitalistas e não capitalistas de produção.

Com o trabalho livre, o escravo ganhou a propriedade sobre sua força de trabalho. Já ao imigrante, despojado do direito à sua terra, apenas lhe restou sua força de trabalho, condição para sua liberdade, pois através dela pode ter acesso à propriedade. Para os escravos libertos, a autonomia significa o não trabalho, já para os colonos, forjou-se uma nova ideologia para a exploração de sua força de trabalho, ligada à ideia do trabalho como virtude, como possibilidade de comprar a própria terra. Isso não significa que os trabalhadores então libertos não tenham continuado, em alguma medida, a viver e trabalhar nas fazendas.

Martins (2010) analisa mais especificamente a produção do café, e argumenta que o novo regime de trabalho, o colonato, tinha características próprias, distintas das relações escravocratas, mas também não era essencialmente capitalista. O trabalho, na sua visão, não podia ser considerado assalariado, “já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho” (MARTINS, 2010, p. 18). Além de um pagamento fixo pelo tratamento do cafezal, o trabalhador recebia ainda um pagamento proporcional pela quantidade de café produzido, trabalhava em alguma modalidade de trabalho gratuito e, o mais importante, produzia diretamente sua própria subsistência, através da produção de gêneros alimentícios, de forma consorciada ou não com o cultivo do café-mercadoria. Outra característica central e diferenciada era o trabalho familiar dos colonos.

Dessa maneira, consolida-se o que Martins chama de relações não capitalistas, necessárias e apropriadas pelo capitalismo em seu desenvolvimento desigual.

O autor explica como o governo passa, principalmente a partir de 1870, a subvencionar as viagens dos imigrantes, garantindo aos fazendeiros um “fluxo contínuo de trabalhadores sem o menor dispêndio de capital” (idem, p. 66). Assim, os fazendeiros contavam com subsídios do governo, e ainda com parcelas não pagas pelo trabalho do colono,

que, enquanto produzia sua própria subsistência, diminuía seu custo de reprodução a ser pago pelo patrão.

Celso Furtado (1975) defende que o modelo instaurado por Portugal na colônia foi o de “colonização produtiva”, baseada no trabalho escravo como suporte da economia. Com a falência do ciclo do açúcar e do ouro, a ênfase da economia na cultura do café muda o polo econômico. Além de trazer a novidade da monetarização, muda a relação com a força de trabalho, que passa ser predominantemente assalariada. Em relação ao trabalho dos imigrantes, destaca que a solução – encontrada em grande medida pelos próprios produtores de café – era extremamente favorável aos fazendeiros e prejudicial aos trabalhadores:

Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade. É fácil perceber até onde poderiam chegar os abusos de um sistema desse tipo nas condições de isolamento em que viviam os colonos, sendo o fazendeiro praticamente a única fonte do poder político (FURTADO, 1975, p. 126).

Essa relação política – denominada de 'coronelismo' – será tratada no próximo tópico.

2.4 República e coronelismo

A instauração da República, em 1889, não trouxe grandes novidades para a participação política no campo, pois manteve a sustentação no coronelismo. Os coronéis eram chefes políticos municipais ou regionais, em municípios do interior e predominantemente rurais, que controlavam o voto do eleitorado pobre, que ficava assim de alguma forma dependente deles. É importante sublinhar a análise de Nunes Leal (2012), que afirma que o poder dos “coronéis” só se sustentava pela reciprocidade oferecida pelo governo, inclusive o central, que também era dependente deles para sustentar sua estrutura de dominação. Assim, o coronelismo tinha um caráter essencialmente governista.

De acordo com Martins (1981), na primeira Constituição da República, em 1891, “as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias”. Desse modo, os detentores do poder político também tinham interferência direta no poder econômico, e passaram a desenvolver políticas de concessão de terras para grandes fazendeiros e empresas de colonização. Ao mesmo tempo, grande parte das terras foi simplesmente apropriada por fazendeiros, sem qualquer tipo de concessão.

Com o coronelismo, Martins aponta que os cidadãos eram livres, mas clientes. “Por isso, a liberdade do camponês é nessa época marcadamente exercida como liberdade de locomoção, de deixar uma fazenda por outra, uma região por outra” (MARTINS, 1981, p. 49).

Historiadores como Franciso Iglésias (1985) apontam que o coronelismo viveu seu momento de auge na República Velha, que durou até 1930¹⁴. Com a instituição do sistema federativo, que concedeu uma autonomia – relativa – aos poderes estaduais, houve um reforço das autoridades locais, em sua maioria, os grandes proprietários de terras.

Como no modelo feudal da Idade Média, os senhores detêm em suas pessoas todas as instituições sociais do tempo. O chefe, o coronel – muitas vezes têm o título conferido pela Guarda Nacional – domina tudo, é o opressor mas também amigo, espolia o trabalho dos dependentes, mas também dá alguma proteção, é o agente distribuidor de todas as graças. Opressor, mas padrinho, compadre, autoridade reconhecida. Só é lei o que ele estabelece, seja a pessoa nomeada ou a instituição que vem de fora (IGLÉSIAS, 1985, p. 161).

Esse modelo de fortalecimento das oligarquias locais teve sua expressão política na eleição de sucessivos presidentes representantes das pontas de lança da economia nacional, baseada no café. Com a decadência dos senhores de engenho do Nordeste e da cultura da cana-de-açúcar, Minas Gerais e São Paulo se revezam no poder, em um processo que ficou conhecido como “política do café com leite”.

Nas primeiras décadas do século XX, há o desenvolvimento da indústria no Brasil, com concentração de trabalhadores urbanos e formação de um operariado. Os produtores de café reclamam da falta de incentivos para a produção, e há um maior tensionamento político entre as elites do comércio, da indústria e do setor agrário. Com a crack da bolsa de 1929, as exportações caem vertiginosamente, há crise de superprodução de café e muitos barões vão à ruína.

Abre-se o caminho para um golpe de Estado, conhecido como Revolução de 1930, que leva Getúlio Vargas à presidência, inaugurando um novo momento político para o país, muito mais focado no meio urbano, sem, no entanto, resolver as contradições centrais do campo. Foi no período de governo de Vargas – permeado de contradições, inclusive recorrendo ao golpe e ditadura – que se consolidaram as leis e garantias trabalhistas. No entanto, eram estendidas somente ao jovem operariado, deixando os camponeses, novamente, de fora dos direitos básicos.¹⁵

¹⁴ Nunes Leal (2012) observa que traços do controle – por vezes violento – sobre votos e escolha de representantes vinha desde o Império e manteve algumas de suas características até as eleições de 1945.

¹⁵ Como será explicado adiante, somente em 1963 é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que previa direitos como previdência social e férias.

2.5 Campesinato e lutas no campo: banditismo e messianismo

Os colonos, os trabalhadores livres brasileiros, os ex-escravos, toda uma gama de trabalhadores rurais foram reunidas sob o rótulo de “camponês”. Como explica Martins (1981) o termo é recente no vocabulário brasileiro, e passou a ser incorporado a partir dos anos de 1950 para tratar das lutas que ocorriam no campo.

Martins descreve a constituição diferenciada do campesinato brasileiro no período colonial. Ele foi formado tanto por excluídos do direito de propriedade pelo morgadio¹⁶ como por mestiços pobres que tinham menos condições de adquirir a propriedade de suas posses, tornando-se agregados dos fazendeiros. A eles cabiam funções essenciais e complementares, como abrir novas fazendas de café e produzir gêneros alimentícios. Havia ainda os posseiros e sitiantes, que, assim como os agregados, estavam excluídos da participação da estrutura de poder do período.

O autor destaca que é também desse período a denominação corrente dos grandes proprietários como 'latifundiários', no lugar dos nomes mais específicos de fazendeiros, senhores de engenho e seringalistas.

Essas novas palavras – camponês e latifundiário - são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. (MARTINS, 1981, p. 22).

Não é o caso aqui de adentrar na densa discussão a respeito das especificidades do campesinato, ou mesmo no profundo debate sobre sua constituição ou não como classe no Brasil, apenas sublinhar – e concordar – com Martins quando coloca que essa classe de desprovidos no campo já nasceu expropriada do direito à terra, itinerante, migrante e insubmissa. Como o autor destaca, ao contrário do campesinato “clássico” russo, detentor de sua pequena propriedade, no Brasil essa população sempre buscou *entrar* na terra, e sempre recebeu uma reação de classe dos grandes fazendeiros e do Estado.

¹⁶ “Um terceiro grupo veio engrossar e diferenciar o campesinato durante o período colonial: o dos excluídos e empobrecidos pelo morgadio, regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro. Isso fazia dos outros herdeiros uma espécie de agregados do patrimônio herdado com base na primogenitura” (MARTINS, 1981, p. 32).

O autor sustenta que esse campesinato diferenciado foi protagonista das principais lutas da história contemporânea do Brasil, desconhecidas da população e pouco analisadas pelos intelectuais, que operam, assim, o que Martins classifica como “exclusão do camponês do pacto político”, ao reconstruir uma história essencialmente urbana do país.

Já foi relatado aqui o “etnocídio” da população indígena brasileira, e sobram exemplos dos casos de revolta de indígenas e negros escravizados, como representa a história do Quilombo de Palmares e tantos outros. Além das lutas dessas populações pelo direito à terra, os excluídos do campo durante o período colonial colecionaram inúmeras revoltas de caráter popular, além das ocupações de posseiros, que perpassam toda a história brasileira.

Durante o período imperial, também se registraram inúmeras revoltas, como a Cabanagem (no período de 1835 a 1840, no Pará, onde os revoltosos chegaram a tomar o poder), a Balaiada (1838 a 1841, no Maranhão) e a Praieira (1848-1850, em Pernambuco). (MORISSAWA, 2001). Houve ainda tentativas de construção de colônias apartadas da ordem geral, como a Colônia Industrial Francesa, a Colônia Cecília, implementada em Santa Catarina sob a influência do pensamento anarquista.¹⁷

Com a instauração da República e a crise do coronelismo, duas formas de mobilização ganham a cena: o messianismo e o cangaço. No primeiro caso, os exemplos mais fortes são o de Contestado (na divisa de Paraná e Santa Catarina) e o de Canudos (na Bahia). Ambos tinham como referência líderes religiosos (José Maria e Antônio Conselheiro), foram classificados como movimentos atrasados, contrários à República e destruídos pela repressão. Rui Facó (2009) acrescenta a esses movimentos - os “fanáticos”, com aspas do próprio autor - o Caldeirão, um pouco posterior, de 1936 a 1938. Essas revoltas lograram construir outras formas de ocupação da terra, com a organização da vida social e do trabalho de forma autônoma.

Facó destaca que a ebulição de movimentações no campo reunidas com a liderança de uma figura religiosa – influenciada pela Igreja Católica, mas formada basicamente por regras da religiosidade popular – operou uma “drástica separação entre a ideologia das classes dominantes e camadas médias urbanas e a ideologia dos setores empobrecidos da população rural” (FACÓ, 2009, p. 59).

Martins também chega à conclusão de que a própria repressão violenta a essas

¹⁷ A experiência é narrada por FENATI, Maria Carolina e DE PAULA, Delsy Gonçalves, no artigo *Utopia libertária – uma experiência anarquista no campo brasileiro*. In: DE PAULA, Delsy Gonçalves, STARLING, Heloisa, GUIMARÃES, Juarez (orgs). **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

manifestações foram uma reação de classe, pelo perigo que representavam para o regime de propriedade da terra.

É legítimo suspeitar que os militares a serviço do governo e da ordem constituída não tivessem lutado por equívoco. Quatro anos de guerra no Contestado, com sucessivas derrotas dos militares, significavam também uma luta contra o projeto de sociedade que os camponeses preconizavam e implantavam nos seus redutos. A intervenção militar em Canudos¹⁸ e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses de sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador (MARTINS, 1981, p.

A essa forma de luta camponesa, se soma o cangaço, com características distintas, mas partilhando essa revolta do pobre do campo contra o poder dos coronéis. Por vezes mais ambíguo que o messianismo, o cangaço¹⁹ priorizava a vingança pessoal, mas também tinha como “linhas divisórias do seu mundo linhas de classe” (MARTINS, 1981, p. 61).

O banditismo e o messianismo foram, assim, as duas manifestações de rebeldia camponesa na República Velha. À acusação de serem lutas 'pré-políticas', Martins responde que a localização dos conflitos apenas refletia as grandes tendências do processo político geral, que se definia nas localidades. Mesmo assim, a unidade com o poder central na repressão demonstrou seu caráter político e de classe. Essas revoltas expressavam a crise do coronelismo, também criticado pela Coluna Prestes, que percorreu grande parte do território nacional de 1925 a 1927.

A crise da cana havia feito com que os senhores de engenho arrendassem suas terras e eles buscaram retomá-las após a crise advinda da Segunda Guerra, expulsando um sem-número de foreiros, transformados em mão de obra temporária. O surgimento das primeiras ligas camponesas está diretamente ligado à expulsão desses foreiros.

A crise do café no Sudeste, especialmente em São Paulo, também significou a expulsão em massa de colonos, que engrossaram o caldo dos trabalhadores temporários, boias-frias e moradores das periferias das cidades.

Começam a surgir então novas lutas no campo, mais organizadas, como as ligas camponesas e os sindicatos. Martins (1981) destaca, no entanto, que a emergência dessas novas formas de rebeldia não significou o fim do messianismo e do banditismo, que

¹⁸ Registrada minuciosamente por Euclides da Cunha, como correspondente do jornal Estado de S. Paulo, e depois reunida no livro “Os sertões”, a repressão de Canudos foi repudiada pelo cronista e ex-militar, que mesmo assim não deixava de expressar seu preconceito contra os sertanejos (MARTINS, 1981).

¹⁹ Para Martins, há uma diferença entre 'jagunços', geralmente dependentes do patrão, e 'cangaceiros', camponeses livres e pobres.

continuaram existindo, às vezes ao mesmo tempo de outras formas de luta.

A queda do Estado Novo, em 1945, abriu um novo período na história do país e também para as lutas no campo.

2.6 Lutas camponesas com projeto e jornais – PCB e Ligas Camponesas

O novo período por que passava o Brasil a partir da década de 1930, com a potencialização do processo de industrialização que, nos anos 1950, já tinha sua dinâmica própria, também foi propício para jogar luzes na questão rural, no problema do “atraso” brasileiro e no latifúndio.

A emergência do tenentismo, a formação do Partido Comunista em 1922 e a própria constituição de uma questão trabalhista urbana colocavam algumas condições para que, embora de maneira ainda secundária, começasse a se falar dos trabalhadores do campo e se instituisse uma disputa em torno da própria definição das características do mundo rural e seu significado na constituição do perfil da nação (MEDEIROS, 1995, p. 60).

Além de começar a aparecer como demanda dos projetos políticos, a questão agrária entrou em cena por meio da ação dos trabalhadores rurais, que começaram a protagonizar lutas em diferentes pontos do país, de forma mais organizada do que as anteriores. Não é possível falar desse período sem passar pela atuação e formulação do PCB²⁰, um dos principais mediadores da luta política no campo brasileiro.

Medeiros (1995) contextualiza que os primeiros movimentos e organizações de esquerda – socialistas e anarquistas – priorizavam em suas falas públicas a questão do proletariado, ainda que eventualmente fizessem referência aos colonos do café. A fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, começou a colocar na pauta a importância da aliança com o “campesinato”, seguindo a linha da Internacional Comunista.

Os primeiros documentos do partido citavam a necessidade dessa parceria entre os trabalhadores do campo e da cidade, mas reconheciam a fragilidade da atuação no meio rural. Com a reorganização do partido a partir da legalidade em 1943, ganha força a intenção de transformá-lo em um partido de massas, evidenciando a necessidade de aprofundar sua atuação junto aos trabalhadores rurais. É nesta época que o termo “camponês” entra no cenário político como uma categoria específica.

²⁰ Fundado em março de 1922 com o nome Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB, em 1960 mudou o nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Em 1962, uma cisão interna fez com que fosse lançado outro partido, o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB. (KONDER, 2003).

Na III Conferência Nacional do PCB, em 1946, a bandeira da reforma agrária entra como uma diretiva para a organização, que passa a expressar reivindicações de transformações no campo e extensão de direitos aos camponeses. Como preparação para uma Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas, que seria realizada em Viena em 1953, o Partido realiza o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, no mesmo ano.

No ano seguinte, é realizada em São Paulo a II Conferência Nacional dos Lavradores, que “tinha por um de seus objetivos centrais criar uma organização de âmbito nacional que aglutinasse as diversas organizações de trabalhadores então existentes. Era um passo fundamental para a superação do localismo e do isolamento das lutas que se desenvolviam no campo” (MEDEIROS, 1989, p. 30).

A autora explica que a partir desse encontro a luta por reforma agrária se colocou no horizonte dos trabalhadores rurais, que tinham como principal adversário político o latifúndio e seus aliados, as companhias imperialistas que monopolizavam o comércio dos produtos agrícolas. Foi ali também que surgiu a proposta de criação de uma entidade que aglutinasse as lutas em âmbito nacional e dirigisse essas mobilizações: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab).

A I Conferência da Utab, em 1959, contabilizou que em 1956 havia 108 organizações de trabalhadores agrícolas, em 17 estados. Em 1959, aumentou para 122. Havia cinco federações de caráter estadual em 1956 e 9 em 59. Os sindicatos aumentaram de 30 para 50.

2.6.1 Terra Livre

Uma das ferramentas do PCB para o trabalho de organização rural era a edição de um jornal específico para o campo, o *Terra Livre*, que começou a circular em 1949. Medeiros destaca que, apesar de este ser o único periódico voltado “explicitamente para o meio rural”, o PCB editava inúmeros jornais em âmbito nacional e regional, como o Voz Operária, Imprensa Popular, Hoje, Notícias de Hoje e outros. Apesar de tratar também das lutas no campo, esses jornais eram voltados para as bases urbanas do PCB.

Eles eram o lugar por excelência das discussões doutrinárias, dos debates políticos. O **Terra Livre**, por sua vez, era o canal por onde se procurava fazer chegar, para os trabalhadores rurais mobilizados, numa linguagem mais simples, numa forma mais coloquial, a mensagem do partido. Foi nele que se revelaram mais explicitamente as tentativas de falar para o “*campesinato*”, descrevendo suas condições de vida e trabalho, incorporando dimensões do seu cotidiano, politizando sua cultura (MEDEIROS, 1995b, p. 16, grifos da autora).

Segundo Radoico Guimarães (1963), um dos primeiros redatores, o periódico nasceu como *Nossa Terra*, depois mudando para o nome que conservou até seu fechamento, em 1964. A redação era em São Paulo, ainda que por um período não fosse fixa, era feito e circulava “na mais absoluta clandestinidade”. O jornal tinha circulação mensal, ainda que ocasionalmente ficasse sem rodar e tivesse espaços de tempo maiores entre uma edição e outra, e chegou a alcançar a tiragem de 30 mil exemplares. Não circulava em bancas, sendo enviado por correios aos assinantes, militantes em todos os estados do país e apoiadores da causa. O próprio jornal incentivava assinaturas e contribuições financeiras.

O jornal, assim como os camponeses, nasceu pobre, mas lutando.

Em pouco tempo, apesar de todas as dificuldades, circulando com atraso, e só contando com o auxílio dos camponeses, dos operários, também pobres, e de um grupo de intelectuais, o jornal pequeno transformou-se no tira-sono dos latifundiários exploradores, dos norte-americanos donos das máquinas de algodão e dos frigoríficos e de inúmeros outros inimigos. Foi o mesmo que mexer em vespeiro o lançamento do jornal.

[...] Nesses anos muito contribuiu para a realização das conferências e congressos de camponeses, levantou a palavra de ordem de reforma agrária, com a terra para os que nela trabalham e ajudou na organização dos sindicatos e associações no campo. Esta é, em resumo, a história de Terra Livre. (TERRA LIVRE, maio de 1963).

No mesmo suplemento comemorativo dos 14 anos do jornal²¹, outro de seus diretores, Nestor Vera, explica que o jornal foi lançado “numa conjuntura em que o Brasil estava no auge da reação mais brutal que se conhece contra o movimento camponês”.

Era preciso orientar os camponeses em suas lutas, espalhar as experiências e protestar contra os crimes que os latifundiários e os governos praticavam contra os que lutavam por seus direitos no campo. E foi assim que apareceu TERRA LIVRE como órgão de luta, de organização e orientação, tarefa que vem sendo continuada.

[...] Com a ajuda desse valoroso órgão de imprensa, criou-se, em 1954, a UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL (ULTAB), que conta hoje com mais de 500 associações municipais e acima de meio milhão de associados. (VERA, 1963, p:1. Grifos do autor).

Ele cita também o papel do jornal na construção do I Congresso Nacional de Camponeses, em 1961, o incentivo à sindicalização rural e a divulgação de notícias e posicionamentos de temas nacionais e internacionais. Coloca-se como um instrumento de “ajuda e esclarecimento aos milhões de camponeses desamparados” do Brasil, estimados em 40 milhões.

²¹ O suplemento pode ser consultado na página:
<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=5260>

Segundo relata Medeiros (1995), a publicação era voltada para um público majoritariamente analfabeto, e era estimulada sua leitura em pequenos grupos, por leituras em voz alta dos alfabetizados, geralmente lideranças legitimadas²². Ela caracteriza o jornal como de “caráter bastante didático”, com linhas mais espaçadas e letras maiores que os demais jornais da imprensa comunista. No geral, havia quatro páginas em cada edição, às vezes acompanhadas de Suplementos Especiais. “Grande parte do periódico era dedicada à divulgação dos conflitos e à narrativa das condições de vida de determinados segmentos” (MEDEIROS, 1995, p. 209). A propaganda das teses do partido muitas vezes se dava de forma lúdica, com a apropriação de canais da cultura popular, como exemplifica o “ABC do Programa de Prestes”, com os principais pontos da plataforma do PCB divulgados em versos. Ilustrações também eram constantes no jornal.

Em seu estudo sobre o papel da imprensa partidária dos trabalhadores rurais na construção de uma identidade de classe, Medeiros (1995b, p. 01) destaca que vários processos ocorreram para que os conflitos e aspirações dessa população pudessem ser vistos e reconhecidos na esfera pública, devido a “alternativas organizativas com alguma durabilidade e à existência de canais de comunicação entre situações distintas que pudessem promover a formulação de pontos comuns”.

O jornal *Terra Livre* foi, segundo a autora, um instrumento na constituição da linguagem de classe dos trabalhadores rurais.

Se, em suas resoluções e documentos políticos, o PCB falava em “campesinato pobre”, em “semiproletariado”, a sua imprensa referia-se mais concretamente aos diferentes segmentos de trabalhadores com que o partido se defrontava no trabalho organizativo. Eram recorrentes as descrições das condições de vida e trabalho, enfatizando sua precariedade [...]. A dureza dessas condições era apontada como generalizada, abrangendo inclusive pequenos e médios proprietários (que não conseguiam financiamentos e eram asfixiados pelos impostos), arrendatários (acossados por constantes aumentos nas taxas e ameaças de expulsão da terra), posseiros (sempre ameaçados de despejo), agregados, parceiros, meeiros, assalariados agrícolas, colonos, flagelados, peões, trabalhadores florestais (MEDEIROS, 1995, p. 03).

²² Medeiros (1995b) relata que Elizabeth Teixeira, viúva do líder camponês João Pedro Teixeira, fazia essas leituras na Liga de Sapé (a experiência da Liga será discutida no próximo tópico). A história de Elizabeth e João Pedro foi contada pelo cineasta Eduardo Coutinho no filme *Cabra marcado para morrer*, de 1985.

Figura 1 Edição 67, 1ª quinzena de julho de 1956, do Jornal Terra Livre

Por esses temas retratados, é possível perceber como o PCB procurou expressar, por meio de seu jornal, sua visão da reforma agrária e da organização dos trabalhadores rurais. No início dos anos 1950, o partido pregava “o confisco de terras aos latifundiários, seguido de distribuição gratuita aos camponeses sem terra ou com pouca terra” (MEDEIROS, 1989, p. 53). No final da década, no entanto, é publicada a Resolução de 1958, em que o partido passa a defender a composição de uma “frente única”, que reunisse todas as forças – inclusive com representantes da burguesia nacional, incluindo os latifundiários com contradição com o

imperialismo – contra o imperialismo norte-americano.

A partir daí, o PCB passa a privilegiar formas legais de luta e organização, como o esforço para fortalecer o sindicalismo rural e caminho para um acúmulo de forças que pudesse levar a reformas democráticas. Defendia ainda a extensão de direitos aos trabalhadores do campo, já reconhecidos aos operários, como férias e previdência social.

Em um momento de efervescência das lutas no campo²³, essa linha passou a se confrontar com outras leituras de organizações em defesa da reforma agrária, como as Ligas Camponesas, cuja figura pública de maior visibilidade era o advogado Francisco Julião. Em um suplemento do *Terra Livre* de agosto de 1962 Giocondo Dias, “em nome dos comunistas”, escreve um artigo chamado “Francisco Julião, os comunistas e a Revolução Brasileira”, em que critica a visão do advogado, especialmente sobre a visão das classes sociais e da frente única.

Seguindo a linha do Partido da necessidade de uma construção de uma frente anti-imperialista e antifeudal, Giocondo ataca duramente a visão de Julião sobre o papel da camponesinato no processo de transformações radicais.²⁴

No que diz respeito ao proletariado e ao camponesinato são também [profundas] as incompreensões manifestadas pelo deputado Francisco Julião. Acha ele que “é possível sair para a revolução socialista com o camponesinato à frente”. Acha ainda que “quando a luta se inicia no campo ela toma imediatamente caráter político, o que não ocorre com a classe operária cuja dinâmica é o aumento de salário”. [...] Não se trata de “preferir” uma classe ou outra. Trata-se, sim, da realidade de como as coisas se apresentam concretamente na sociedade. O proletariado e o camponesinato têm suas características próprias, assim como interesses comuns. São as classes mais interessadas no triunfo da revolução brasileira, na derrota do imperialismo e do latifúndio, na formação de um poder que represente as forças nacionais e democráticas do nosso país. E ninguém pode pôr em dúvida que a revolução avançará tanto mais rapidamente para a vitória quanto mais firmemente se encontrar à sua frente a classe operária. As massas camponesas têm nisso o maior interesse (TERRA LIVRE, agosto de 1962).

Esse trecho demonstra a tensão que ocorria entre a leitura das Ligas e o PCB, especialmente sobre o sentido da “revolução brasileira”. Enquanto o PCB defendia a reforma agrária como etapa necessária para uma “revolução de caráter democrático e anti-imperialista” (MEDEIROS, 1989, p. 55), as Ligas defendiam que o camponesinato era a principal força para a necessária revolução, de caráter “imediatamente socialista”. A autora destaca ainda que, apesar das divergências de leitura, as práticas das organizações continham

²³ Algumas dessas lutas ganharam grande dimensão política, como Trombas e Formoso (em Goiás), o conflito de Porecatu (no Paraná), lutas de posseiros e foreiros na Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo, além de um aumento expressivo no número de greves (MEDEIROS, 1989)

²⁴ <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=5224>

elementos tanto da luta da legalidade (as Ligas do Nordeste também se amparavam em instrumentos jurídicos) como ações de rua e confronto (inclusive com a resistência armada organizada pelo PCB em Goiás).

Um momento simbólico, que marcou tanto o ascenso social que ocorria no campo brasileiro como as diferentes leituras táticas em defesa da reforma agrária, foi o I Congresso Camponês, realizado em 1961, na cidade de Belo Horizonte (MG). Convocado pela Ultab participaram diversas forças políticas que atuavam no campo, como as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), do Rio Grande do Sul. O tom do encontro, que teve a participação do recém-empossado presidente João Goulart, foi a defesa da reforma agrária radical, “na lei ou na marra”, como defendiam as Ligas Camponesas.

Apesar da “vitória” das Ligas, que imprimiram a palavra de ordem geral, a imprensa comunista procurou divulgar um caráter de unidade do encontro.

Não por acaso, nas diversas matérias que se seguiram a esse encontro, era sempre ressaltada a unidade, inclusive como crítica à grande imprensa que, segundo os jornais ligados ao PCB, procurava transformar discordâncias e debates em divergências inexistentes. Noticiando o encerramento do encontro, o jornal *Novos Rumos* assim se remetia à fala de Francisco Julião: “o grande discurso da noite foi o proferido pelo deputado Julião. Discurso de sentido unitário e de afirmação da importância decisiva da luta pela reforma agrária, da qual o congresso foi o estágio mais alto até agora...” (NR, 24 a 30/11/1961). Buscava-se assim minimizar as disputas e potencializar as alianças que, embora sem grande sucesso, se procurou selar no encontro (MEDEIROS, 1995, p. 230).

Para Martins (1981), os conflitos entre as Ligas e o PCB no Congresso significaram a exclusão daquelas do processo de constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), potencializada pela regulamentação da sindicalização rural, em 1962, e pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963.

O início da década de 1960 assistia, assim, a uma intensa mobilização no campo, com a movimentação de diversos setores e entidades representativas²⁵, em que o Estado também ensaiava tomar medidas de mudanças na estrutura fundiária, como a criação em 1962 da Superintendência de Política e Reforma Agrária. No entanto, não foram encaminhadas mudanças mais profundas que permitissem a desapropriação de latifúndios com pagamento de indenizações em títulos da dívida agrária. O decreto do presidente João Goulart, em março de

²⁵ Outro ator fundamental que entra em ação nesse período é a Igreja, que passa a se dedicar a um trabalho organizativo e mobilizador, incentivando a sindicalização no Nordeste e em outros estados. Seu braço formal seguia a orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de promover um “sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe” (MEDEIROS, 1989, p. 77). Ao mesmo tempo, conformam-se entidades de leigos, mais próximas do engajamento nas lutas, que desembocaram na Ação Popular e nas Comunidades Eclesiais de Base.

1964, que previa a desapropriação das terras localizadas 10 km ao longo das rodovias, açudes e ferrovias da União, foi o ponto máximo de medidas governamentais e foi também um dos aceleradores do golpe militar, naquele mesmo mês.

O golpe parece ter pegado de surpresa a imprensa comunista. Na última edição do jornal Terra Livre, de março de 1964, comemorava-se a greve dos trabalhadores sindicalizados de Governador Valadares (MG), com matéria de título: “Respeitem a lei ou a paciência acaba”. Havia ainda um chamado para os leitores do estado para se transformarem em “agentes” do jornal. O texto diz: “O movimento camponês avança em todo o país, seguindo caminhos cada vez mais curtos que levam à Reforma Agrária, medida que se faz dia a dia mais necessária à libertação do Brasil da condição de miséria em que vive” (TERRA LIVRE, março de 1964, suplemento especial).

2.6.2 Liga

A origem das Ligas Camponesas, que na década de 1960 se organizavam em mais de 10 estados brasileiros, está ligada à expulsão dos foreiros²⁶ com a crise da cana-de-açúcar, conforme foi mencionado acima. Em 1955, surgiu, no Engenho da Galileia, em Vitória do Santo Antão, uma associação de foreiros denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, uma sociedade civil, e não um sindicato, devido à burocracia da época para se registrar uma organização.

Ameaçados de despejo e endividados, os camponeses se reuniram em associação. Entre os dirigentes da entidade estava Paulo Travassos, antigo militante do PCB. O idealizador do movimento, José dos Prazeres, também havia sido dirigente do partido, e participara da criação da Liga de Iputinga. Segundo Medeiros (1989), a presença dessas pessoas significa a continuidade das lutas no estado, apesar das divergências das Ligas com o PCB.

A princípio a organização constituiu-se de uma “sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, cujos objetivos são, primeiramente, a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário [...]” (BASTOS, 1984, p. 19).

A partir da constituição de um grupo organizado, surgem as primeiras ações violentas de coerção. É nesse momento que “começam as intimidações, as chamadas à delegacia de polícia, as intimidações” (Idem, p. 19). Em decorrência, os trabalhadores atam o primeiro

²⁶ Os foreiros eram uma variante dos 'moradores' das fazendas. Tinham que pagar uma quantia anual – o foro – aos proprietários, além de do cambão, cerca de vinte dias por ano de trabalho gratuito (MEDEIROS, 1989).

contato com Francisco Julião, deputado estadual recém-eleito pelo Partido Socialista.

Julião torna-se o principal interlocutor da Liga Camponesa de Galiléia e, através das lutas judiciais, ganha fama e seu exemplo desencadeia rapidamente o surgimento de várias outras Ligas pelo país, o que surpreende o próprio deputado, pois “nascida de objetivos modestos – obter fundos para a criação de uma cooperativa de plantadores de verdura, pagar uma professora ou comprar caixões de defuntos – as Ligas se transformaram uma explosão de vida” (RANGEL, 2000, p. 100).

À medida que adquiria notoriedade, a Liga de Galiléia somava forças e com isso, em 1959, por meio da Assembleia Legislativa de Pernambuco, o engenho é desapropriado, um marco na luta camponesa pela reforma agrária.

O que marcou a ação das Ligas Camponesas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários. Ao mesmo tempo, lutavam pela desapropriação do engenho Galiléia, o que conseguiram do governo estadual em 1959. Tais ações projetaram as Ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p. 48).

Uma de suas frentes de ação também era a edição de um jornal, denominado Liga, que começou a circular em outubro de 1962. Francisco Julião, seu diretor até a última edição, de abril de 1964, escreve no editorial, assinado, de apresentação do jornal:

Agora já não é, apenas, Liga Camponesa. A ponte se constrói, a aliança se estreita, entra a cidade e o campo. É a hora da Aliança Operário-Camponesa, reforçada pelo concurso dos estudantes, dos intelectuais revolucionários e outros setores radicais da população. É hora da LIGA. [...] Dedicado a levar ao poder o Povo, *com a classe operária à frente*, pelo seu alto nível de organização de consciência política [...] (LIGA, outubro de 1962, grifo meu).

Mais adiante, expõe qual sua discordância em relação à tática do PCB:

A contenção do movimento popular tem sido pedida em nome de um frente única que tem tido como consequência a renúncia das classes trabalhadoras em dirigir o processo histórico brasileiro. A tarefa histórica das massas operárias e camponesas não é a de se atirarem à luta, de empenharem o seu sofrimento para que um setor da burguesia substitua o outro no poder, mas sim a de se unirem para liquidar todo o sistema de dominação (LIGA, outubro de 1962).

A crítica à tática do PCB também é feita por Martins (1981), que analisa que a classe de proprietários de terras não era composta por latifundiários *stricto sensu*, mas por

capitalistas. Não faria sentido lutar contra restos feudais ou apenas contra os fazendeiros improdutivos, visto que o arrendatário capitalista e o proprietário não compunham classes sociais diferentes.

O autor reforça que não só não fazia sentido uma aliança com a burguesia como esta efetivamente tomou proveito das mudanças promovidas, e inclusive pautou seu projeto de modernização do campo após o golpe de 1964. Apesar de não deixar explícito, o autor apresenta com certa simpatia o tipo de reforma agrária preconizada pelas Ligas Camponesas: radical, com a propriedade camponesa e sem alianças com a burguesia.

É importante considerar que as Ligas Camponesas enfrentavam disputas internas e que Julião representava uma parte da organização, talvez seu braço mais institucional. Apesar de suas propostas radicais e polêmicas, não há indicativos que Julião tenha tido participação efetiva nos esforços guerrilheiros que começavam a se articular nas Ligas. Em 1963, criaram-se duas seções nas Ligas Camponesas do Brasil, a Organização Política (OP) e a Organização de Massas (OM).

A OP traçou um plano de 6 meses de capacitação dos militantes e de construção orgânica na maioria dos estados brasileiros. Em junho de 1964, deveria se realizar o I Congresso das Ligas Camponesas do Brasil, para aprovar suas teses programáticas, seus novos estatutos e eleger sua direção definitiva, mas o golpe militar de abril interrompeu todo esse processo (MORAIS, 1969, p. 64).

No entanto, o jornal *Liga* refletia a linha tocada por Julião, que era seu diretor e assinava muitos artigos. A publicação tinha textos e ilustrações voltados para o camponês e seu modo de vida, além de denúncias de trabalho escravo e baixos salários, notícias de greves, novidades da revolução cubana, matérias de política internacional, cultura, artigos para estudo, uma coluna sobre a imprensa popular, informações sobre o movimento estudantil e artigos sobre a luta no Brasil.

Figura 2 Capa da primeira edição do Jornal Liga, de out. de 1962, dirigido por Francisco Julião

Nesse sentido, caberia estender também às Ligas a crítica feita por Martins do campesinato ser incluído no projeto dos outros, pois ele era visto como um elo importante na luta, mas ela seria levada a cabo mesmo pelo operariado urbano, que seria o condutor do processo revolucionário. Pode-se perceber também um tom paternalista e condescendente

com o homem do campo, de onde se infere que ele não tinha acesso direto à produção do jornal.

Para termos um exemplo da visão pejorativa do camponês, mais um artigo retirado da primeira edição do jornal. Não está assinado, mas ou foi escrito por Julião ou contou com sua anuência e aprovação. O nome é “O camponês é camponês” e defende a importância da aliança operária-camponesa-estudantil como uma necessidade histórica para a hegemonia política da classe operária. O texto coloca a importância de se conhecer as especificidades de classe do campesinato, reforçando que “são duas ideologias: a camponesa e a proletária”.

No entanto, em contraposição à crítica de Giocondo, a camponesa é apresentada assim: “Tais características são, em geral, o personalismo, o individualismo pequeno-burgueses”. O camponês é colocado com um possível entrave à economia socialista, pois defenderia a propriedade de sua terra, cabendo ao “proletariado conduzir os destinos da reforma agrária”. Ao trazer para o momento atual e para a necessidade da luta, reforça: “tem-se de ver o camponês como de fato o é: o camponês é um camponês é um camponês (*está repetido no original, não fica claro se é um erro de digitação ou um reforço de linguagem*). É místico, é individualista e paciente” (JORNAL LIGA, outubro de 1962).

Essas características, no entanto, não diminuem o impacto que as Ligas Camponesas tiveram no momento em que o Nordeste passava a ocupar a atenção dos políticos e intelectuais. As Ligas representaram uma radicalidade do processo de luta camponesa e entraram para o imaginário popular como exemplo de organização.²⁷

2.7 Golpe militar e estatuto da terra

O governo de João Goulart, que assumiu a presidência em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros, estava sob pressão das mobilizações populares, inclusive no campo, e previa uma série de reformas de base, entre elas a reforma agrária. Em 1964, foi instaurado um golpe militar, que tinha forte apelo no discurso de conter o “comunismo”. (STEDILE, 1996).

Sob a batuta dos militares, as organizações do campo foram reprimidas, sedes de ligas e sindicatos fechadas, lideranças perseguidas presas e assassinadas, jornais fechados, despejos

²⁷ O próprio MST, em diversos pronunciamentos públicos, se considera herdeiro das Ligas Camponesas: “Mesmo assim nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas” (STEDILE, João Pedro,; FERNANDES, Bernardo Mançano, 2005, p.18).

e desapropriações em favor dos fazendeiros levados a cabo.²⁸

Uma das primeiras medidas do governo militar foi a revogação do decreto do Goulart que previa a desapropriação de terras às margens de rodovias. Mas, ao mesmo tempo, foi instituído um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar uma proposta de reforma agrária, que pudesse modernizar a estrutura agrária e resolver os conflitos no campo.

Já em 1964, foi promulgada a primeira lei de reforma agrária do país, o Estatuto da Terra. Prova de seu caráter controverso, os latifundiários, representados na Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade Rural Brasileira, fizeram campanha ferrenha contra sua implementação. (MENDONÇA, 2010).

A lei trouxe a caracterização do que seriam os latifúndios e, pela primeira vez na história do Brasil, previa a desapropriação de terras que não cumpriam suas funções produtivas, apresentando o conceito de “função social” da terra. Institui ainda o imposto territorial. A grande intenção por trás do Estatuto era resolver dois problemas: a reforma agrária e o desenvolvimento agrícola.

A novidade jurídica do termo “função social” relativizou o caráter sagrado da propriedade. Diversos países se inspiraram nessa teoria para a elaboração de suas cartas constitucionais. No Brasil, entrou pela primeira vez como emenda constitucional em abril de 1964. A Constituição de 1967-1969 já a previa explicitamente e em 1988 passou a ser indissociável do conceito de propriedade.

Apesar do caráter, por um lado, progressista da medida, os militares pretendiam conter os ânimos dos trabalhadores rurais e promover a modernização do campo. No entanto, as entidades patronais e os latifundiários conseguiram superar o binômio reforma/desenvolvimento e colocar na prática apenas a parte da modernização – que não foi feita de forma homogênea, visto que alcançou apenas algumas culturas e alguns territórios – significando a capitalização da agricultura brasileira, sem alterações na estrutura fundiária.

Assim, o processo de modernização da agricultura – isto é, a construção da empresa agropecuária –, para além de seu caráter conservador, produtivista e concentracionista, contaria, em sua própria tessitura, com esse novo protagonista, igualmente em construção no decorrer das décadas de 1960 e 1970: o moderno empresário rural (MENDONÇA, 2010, p. 53).

²⁸ A repressão no campo brasileiro durante o período da ditadura está expressa em detalhes no livro: **“Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos”**, organizado por CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Brasília, MDA, 2010.

Martins (1981) defende que o Estatuto da Terra significou a efetivação do projeto da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros para o campo, que já vinham se reunindo mesmo antes do golpe. O autor sustenta que o Estatuto distinguiu as propriedades “não apenas pelo tamanho” – a batalha anterior contra o latifúndio – mas pela intensidade de utilização. Os minifúndios (evidentemente com mais dificuldades) e latifúndios deveriam transformar-se em empresas rurais. A forma de desapropriação – motivo de debate e luta política no período anterior – deixa de ser importante, pois passaria a ocorrer “nos casos e nas áreas de tensão social” (MARTINS, 1981, p. 96). Segundo Morissawa (2001) de 1965 a 1981, foram realizadas apenas oito desapropriações em média por ano, apesar do número de conflitos de terras ultrapassarem 70 anualmente.

Concordando Martins (1981), o Estatuto da Terra atuou no sentido de retirar a dimensão nacional da questão agrária, realizando mudanças tópicas – como a colonização de áreas novas, principalmente no Norte e no Centro-Oeste, e assentamento de lavradores despejados - e promovendo a intensificação da concentração fundiária.

A burguesia com o Estatuto e o concentracionismo fundiário definiu a questão agrária não como questão política, mas como questão acessória do desenvolvimento econômico. Ao fazê-lo e ao fazer-se beneficiária da política de concentração fundiária e de formação de empresas no campo, não resolveu, mas simplesmente mudou os termos do problema dos agricultores sem terra (MARTINS, 1981, p. 98).

Esses “novos termos” estão assentados na forma de modernização do campo, que deixou à margem a mesma imensa gama de camponeses expropriados, que, apesar da repressão a que estavam submetidos, não deixaram de se organizar nos mais de 20 anos de regime militar.

Nas décadas de 1960 e 1970, o governo patrocinou a “a modernização da agricultura”, conforme exigido pela Sociedade Rural Brasileira e Sociedade Nacional de Agricultura²⁹, que defendiam o desenvolvimento da indústria no campo para que a “agricultura seja o principal elemento da segurança dos povos contra a fome” (jornal *A Lavoura*, citado por Mendonça, 2010). Esse processo – que ficou conhecido como “Revolução Verde”³⁰ – dependia da abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro e farta concessão de créditos e subsídios do Estado à agricultura. Também é chamado de “modernização dolorosa”, conforme termo

²⁹ As principais propostas dessas entidades foram depois incorporadas, na década de 1980, pela União Democrática Ruralista (UDR).

³⁰ Além da mecanização do campo, incentivou-se a compra de pacotes agroquímicos, na origem do processo que faz do Brasil, desde 2009, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

cunhado por José Graziano da Silva, citado por Stédile (2005).

Começa nesse período a implementação do modelo de agronegócio, mudando o perfil dos latifundiários para “modernas” empresas capitalistas, muitas vezes estrangeiras, expulsando trabalhadores rurais para as cidades. Junto ao pacote de mecanização, vem a transformação de alimentos em *commodities*, a larga utilização de venenos, a monocultura extensiva, o êxodo rural, a violência contra camponeses e a recolocação do país como exportador de produtos primários, em um processo ainda mais agudizado no século XXI.

2.8 Mobilizações, ainda que clandestinas e a CPT

O governo militar, além de buscar resolver os conflitos no campo por meio da repressão e assentamentos em áreas de fronteira, também atuou no sentido de tentar mudar o papel e o caráter do sindicalismo rural. Enquanto algumas entidades de classe tiveram sua carta de reconhecimento cassada ou sofreram intervenções diretas, outras mantiveram suas diretorias.

Medeiros (1989) cita que os sindicatos vinculados à Igreja tiveram um papel importante no período, ainda que também sofressem intervenções e tivessem dificuldade para recuperar a confiança dos trabalhadores. Segundo a autora, os sindicatos nessa época – enfraquecidos porque desvinculados da federação – buscavam garantir os direitos conquistados no período anterior.

Essas práticas, no entanto, eram extremamente pulverizadas, localizadas e estavam longe de constituir um padrão de ação sindical. A maior parte dos sindicatos existentes no país na segunda metade dos anos 60 não se constituía em um referencial para as demandas dos trabalhadores (MEDEIROS, 1989, p. 90).

A Contag tentou pautar no período a necessidade de defesa dos direitos, e chegou a editar um boletim - *O Trabalhador Rural* - a partir de 1969, para divulgar suas lutas, amparadas no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra. A forma de ação mais comum era o recurso à justiça. No entanto, a diversidade das posturas das direções e da própria categoria reunida sob o mesmo sindicato – por força de lei, grupos diversos foram incluídos no rótulo 'trabalhador rural' e obrigados a se referenciar na mesma entidade – fez com que o sindicalismo tivesse grandes dificuldades em transformar em unidade política a unidade forjada pelo Estado.

Nesse contexto de dispersão e desmobilização, foi realizado o II Congresso Nacional

dos Trabalhadores Rurais, convocado pela Contag. A ênfase do encontro foi a necessidade de formação de dirigentes e de fazer valer o Estatuto da Terra, aceito então como lei, desde que se cumprisse a questão da função social. Após esse congresso, a Contag passou a privilegiar ainda mais os mecanismos legais e jurídicos para pautar as necessidades dos trabalhadores rurais. “Tornava-se, antes de mais nada, um canal de apelo às autoridades”, resume Medeiros (1989, p. 102).

Carter (2010, p. 38) ressalta que “com o apoio do governo, a Contag criou uma ampla rede de sindicatos de trabalhadores rurais. Até 1984, ela representava 2.626 sindicatos com mais de nove milhões de filiados”. Para o autor, apesar das limitações, a confederação foi fundamental para a “construção de uma identidade de classe entre os camponeses e para a difusão de direitos de cidadania” (idem, p. 38).

Mas ao mesmo tempo em que a prática sindical se resignava aos limites da conjuntura, trabalhadores seguiram se mobilizando em diversos estados brasileiros, seja por meio de greves, seja através de enfrentamentos diretos de posseiros contra os jagunços dos grileiros³¹.

Apesar de iniciativas fragmentadas, muitas vezes de pequenos grupos contra grandes empresas de colonização, especialmente na Amazônia, e de não aparecerem para o público urbano devido à censura sobre a imprensa, Medeiros (1989, p. 110) constata que “não houve, na década de 70, um único estado da federação onde a luta pela terra não estivesse presente, de forma mais ou menos aguda”.

É nessa década que se articula um ator essencial no campo brasileiro: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, em Goiânia (GO). Setores progressistas da Igreja Católica, influenciados pela nova concepção de prática eclesial após os encontros de Medellín e Puebla³², passaram a defender ações que apoiassem as lutas dos trabalhadores, e nesse contexto articularam a pastoral que teria por objetivo “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais” (MEDEIROS, 1989, p. 112).

Apesar de vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)³³ – o que

³¹ “Grilagem é o ato pelo qual os fazendeiros falsificam documentos para se apossar e legalizar extensões de terras públicas. O nome tem origem na prática de colocar os papéis falsificados em gavetas com grilos, para que eles ‘envelheçam’ os documentos” (FERNANDES, 2005: 27).

³² Em 1968, foi realizada a II Conferência Episcopal Latino-americana, em Medellín, Colômbia, em que se firmou o “casamento” da Igreja com a causa dos pobres, conforme expressão de Boff (1996). Em 1979, foi realizada a III Conferência, em Puebla, no México, que “sacramentou” a maturidade da Teologia da Libertação.

³³ Por ser vinculada diretamente ao órgão máximo nacional, a CNBB, a CPT goza de autonomia local. “Seu funcionamento não depende da estrutura paroquial diocesana. A Comissão implantava-se em uma região, com ou sem colaboração do clero local, quando conta com um certo número de agentes religiosos partidários

lhe dá legitimidade junto ao Estado, ampliando seu poder de ressonância das denúncias de violências no campo – é necessário dizer que a pastoral, assim como outras surgidas no bojo da efervescência das Comunidades Eclesiais de Base, não tinha hegemonia na Igreja, que seguiu tendo em seus quadros bispos e clérigos conservadores e contrários à ideia de distribuição igualitária da renda e da terra³⁴. Sua influência foi crescendo no meio rural, mas não significou o desaparecimento da corrente que defendia um “catolicismo social”, que pregava a necessidade de converter os trabalhadores à fé católica e a partir disso aplicar as orientações da doutrina social da Igreja.

Já para a CPT, o “Plano de Deus” conduz ao “Reino de Justiça”, por isso é necessário transformar a sociedade para garantir a igualdade e a justiça social. Nesse caminho, “é preciso agir em colaboração com os não cristãos e utilizar as ciências humanas como instrumento para conhecer a realidade e escolher as estratégias eficazes” (GAIGER, 1987, p. 35). A pastoral possui sua própria visão política e ideologia, mas se propõe a estimular as lutas dos trabalhadores, definindo-se como uma assessoria externa aos grupos.

Originado na Amazônia, onde explodiam conflitos entre posseiros e representantes das grandes empresas, incentivadas pelo Estado a promover a colonização e exploração da região, o trabalho da CPT convergiu com a ação pastoral de padres e bispos de diversas regiões do país e em 1979 já eram 15 suas regionais.

O trabalho de organização dessa Igreja de base estava mais voltado à reflexão sobre a situação de exploração vivida pelos trabalhadores, o que fomentou a mobilização em diversos pontos do país. Outra característica fundamental da sua atuação era o ecumenismo, que permita que outras agremiações religiosas também fizessem seu trabalho político e evangélico junto às comunidades. Nas palavras da pastoral: “Mas já nos primeiros anos, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB” (CPT, 2013).

Esse tipo de prática favoreceu inúmeras formas de resistência popular, e incluía também os sindicatos como instância de representação. Foram estimulados assim novos sindicatos combativos e oposições sindicais, que questionavam a linha puxada majoritariamente pela Contag.

da sua orientação, ou quando um conflito social estimado importante provoca o deslocamento de agentes de outras regiões” (GAIGER, 1987: 34).

³⁴ Setores conservadores da Igreja foram inclusive participantes das articulações que geraram o golpe militar, dirigindo manifestações como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Nesse contexto, foi realizado o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979, momento de efervescência também das greves urbanas. O encontro reivindicou a efetivação da reforma agrária e o cumprimento da legislação trabalhista no campo, em um período em que 80% dos trabalhadores não tinham carteira assinada (MEDEIROS, 1989).

Outra movimentação no campo brasileiro se dava pelos grupos de esquerda armada, que apostam na guerrilha como alternativa de tomada de poder. Um dos movimentos que pregava a reforma agrária e atuou junto aos camponeses foi a Guerrilha do Araguaia, tocada por um grupo do PCdoB onde hoje é o estado do Tocantins. Esse e outros movimentos guerrilheiros, no entanto, foram fortemente reprimidos pelo regime militar.

No final da década de 1970, abria-se um novo momento político, fortemente marcado pela eclosão de lutas no campo³⁵ e na cidade, colocando no horizonte a necessidade de democratização do país e de unidade da classe trabalhadora.

2.9 Luta pela terra no Rio Grande do Sul

É importante fazer uma contextualização, ainda que breve, da luta pela terra no estado gaúcho, por ter sido ali o palco da ocupação que deu origem ao Boletim Sem Terra, a Encruzilhada Natalino, conforme será discutido no próximo capítulo. Para entender o contexto do final da década de 1970 e início de 1980, é importante recuperar a história do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), fundando no final dos anos de 1950, período de governo de Leonel Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Depois de uma bem-sucedida gestão na prefeitura de Porto Alegre, o trabalhista, herdeiro político de Vargas, levou a cabo um governo classificado como “de um campo de esquerda muito heterodoxo” (Vainfas, 2007, p. 486).

Totalmente afastado do modelo soviético e do ideal de uma revolução socialista, mas próximo dos comunistas no tocante ao nacionalismo com viés antiimperialista, e à defesa da classe operária, bandeiras do trabalhismo na versão mais combativa da carta-testamento de Vargas, sem falar no seu entusiasmo pela reforma agrária (VAINFAS, 2007, p. 486).

³⁵ Um exemplo da força do movimento grevista no campo foi a greve de Pernambuco, que chegou a reunir 240 mil trabalhadores, de 42 sindicatos da Zona da Mata, que passou a ser conhecida como “modelo Pernambuco”, se estendendo para outros estados do país (MEDEIROS, 1989).

Brizola defendia ideias que não se alinhavam ao marxismo clássico, e propunha “soluções nativas” para resolver os problemas do Brasil. No caso do campo, dava “decisivo apoio aos acampamentos de trabalhadores sem terra que começavam a surgir no estado no final dos anos 50” (Medeiros, 1989, p. 61). Dessas ocupações – dentre elas, da fazenda Sarandi, em Ronda Alta – foi constituído do Master, e Brizola o declarou como instituição de utilidade pública. O governo estadual criou ainda o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), com a intenção de criar núcleos de instalação dos agricultores.

Essa proximidade com o governo estadual, contudo, é identificada por Stedile (2005) como uma das causas da derrota política do movimento, mesmo antes do golpe de 1964:

Até mesmo porque ele foi derrotado politicamente em 1962, não em 1964, quando veio o golpe militar. A decadência do Master começou quando Leonel Brizola saiu do governo, em janeiro de 1963, e porque ele não conseguiu se constituir como um movimento social autônomo. Estava muito vinculado ao antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (STEDILE, 1995, p. 17).

Apesar dessa constatação da derrota do movimento, é importante destacar a vitória na desapropriação de parte da fazenda Sarandi pelo governo estadual. Foi montado um acampamento na beira da estrada, inicialmente com 300 pessoas e, dois dias depois, com mais de 1.300. (TEDESCO, 2007).

A capacidade de mobilização, aliada a algumas figuras mediadoras do PTB na região, bem como a intensa demanda pela terra na região, causou impressão e impacto em todos os setores da comunidade gaúcha, os quais, em geral reconheciam o problema e apelavam para solução na esfera pública (TEDESCO, 2007, p. 4).

O desfecho da ocupação foi a desapropriação de quase 22 mil hectares da fazenda. No entanto, diversas outras ocupações não tiveram o mesmo desfecho e a reforma agrária não foi implementada no Rio Grande do Sul.

Como o problema dos agricultores sem terra não foi resolvido com a desapropriação de parte da fazenda Sarandi, muitas famílias que não foram beneficiadas com um lote se deslocaram mais para o norte do estado, para uma reserva indígena, na cidade de Nanoai. A reserva, de mais de 15 mil hectares, era reconhecida pelo governo desde 1847. No entanto, a própria Funai e outros órgãos públicos estimulavam a ida de posseiros para a região que, no final da década de 1970, já contava com mais de 1.200 famílias não indígenas. (MORISSAWA, 2008).

No final dos anos de 1970, os indígenas caingangue – ou Kaingang – expulsam esses posseiros de suas terras.

Com o processo de conscientização da causa indígena, os Caigangs de todo Sul se organizaram, levaram gente do Paraná e de Santa Catarina e fizeram uma bela ocupação contrária, ou seja, reocuparam a terra que era deles por lei, que estava legalizada, e com isso expulsaram os pequenos agricultores. Expulsaram de uma maneira violenta, claro, pois num dia tiraram todos da área. Eram umas 1.400 famílias de pequenos agricultores, foi um problema social tremendo. [...] O governo acenou com a possibilidade de parte dos agricultores ir para outro lugar. O Incra montou uma grande operação para levá-los para Terra Nova, no Mato Grosso. Mas cerca de 500 famílias se recusaram. A cultura do gaúcho diz: 'Lugar de gaúcho é no Rio Grande... daqui ninguém nos tira' (STEDILE, 1997) ³⁶.

Depois disso, parte dessas 500 famílias que se recusaram a ir para projetos de colonização participou de duas ocupações de terras, das glebas Macali e Brilhante, que pertenciam à antiga fazenda Sarandi, mas que não haviam sido distribuídas e foram posteriormente griladas. Gaiger (1987) acrescenta a esse grupo os desalojados pela construção da barragem de Passo Real. “Em ambos os casos, os camponeses reivindicavam seus direitos legais de recuperar as terras no Rio Grande do Sul, enquanto o Estado lhes propunha o ingresso nos projetos de colonização no centro-norte do país”. (GAIGER, 1987, p. 21).

Carter (2010) descreve o contexto das ocupações e enfatiza o papel da Igreja, na figura do padre Arnildo, na decisão de partir para a ação.

De repente, no meio de suas reflexões, o grupo teve um momento epifânico. Perceberam que seu sofrimento era como o dos israelitas sob a opressão do faraó. Assim como o povo hebreu, também precisariam escapar da servidão, romper as correntes da miséria e marchar rumo à Terra Prometida. Juntos, teriam a força de Moisés. Um clima de empolgação envolveu a austera cozinha da paróquia. Com as esperanças renovadas, os camponeses se comprometeram a organizar os parentes e vizinhos sem-terra e lutar pela sua libertação (CARTER, 2010, p. 200).

Além da forte influência religiosa que sustentou a decisão – o que demonstra a formação de uma consciência de classe mesclada com elementos das ideologias que os cercavam, conforme discutido no capítulo 1 – é relevante destacar a participação de padre Arnildo, figura-chave nos primeiros anos do boletim, e de João Pedro Stedile, um economista que participou deste processo e se tornou uma das principais lideranças do MST.

Depois de um ano de resistência, em 1979, parte das famílias foi assentada pelo governo. Quem não foi contemplado com lotes continuou em peregrinação e ainda participou de outra ocupação, em parte da fazenda Annoni, na mesma região. Foram despejados e algumas lideranças presas. Foi feito ainda um acampamento no centro de Porto Alegre, e

³⁶ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300005

outras famílias acabaram sendo assentadas em Rondinha e Palmeira das Missões (MORISSAWA, 2008).

Apesar de o problema da falta de terra ainda estar longe de ter sido resolvido, essas mobilizações tiveram o mérito de agrupar os trabalhadores antes dispersos, e apontaram para a ferramenta de luta que viria a ser a característica principal do movimento então em gestação: a ocupação de terras. Como observa Gaiger:

Embora essas ações não tenham excedido o objetivo imediato de retomada da terra, elas tiveram efeito exemplar apreciável para os camponeses sem terra dispersos na região e, desta forma, instauraram uma nova relação entre os camponeses e o sistema vigente: a posse da terra deixa de ser uma questão individual, ao léu das forças e das oportunidades econômicas, e torna-se objeto de uma ação coletiva conflitual, demandando estratégias e decisões políticas (GAIGER, 1987, p. 22).

Foram ainda os remanescentes desse processo que protagonizaram outra ocupação de terras: a Encruzilhada Natalino, onde nasceu o Boletim Sem Terra.

Importante ressaltar que as ocupações e pressões citadas acima foram fruto de um cenário de marginalização dos trabalhadores rurais pobres, excluídos da modernização do campo, que significou basicamente a mecanização das lavouras e a produção em larga escala para o mercado externo. Esse processo, que aconteceu em alguma medida em todo o território nacional, teve efeitos agudos no Rio Grande do Sul, principalmente a partir do final dos anos de 1960. Gaiger (1987, p. 10) observa que “uma massa crescente de trabalhadores rurais se viu privada de suas terras e foi obrigada a incorporar-se ao mercado de trabalho assalariado, senão a migrar em direção ao centro-norte do país”. A falência dessas soluções individuais levou esses grupos a alternativas coletivas e organizadas.

Stedile (2005) acrescenta que o fenômeno da soja – tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná – expulsou grandes contingentes populacionais naquele período. “Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas” (STEDILE, 2005, p. 17). A saída coletiva encontrada passa a ser, então, as ocupações de terras vazias.

CAPÍTULO 3: BOLETIM E JORNAL SEM TERRA

3.1. Ocupação Encruzilhada Natalino e Boletim Sem Terra

Este capítulo pretende fazer uma recuperação da história do Boletim Sem Terra, que começou a circular devido à ocupação da Encruzilhada Natalino, considerada uma das ações que deu origem ao MST. Para isso, será feito um resumo dos principais temas tratados no boletim que começou a circular em maio de 1981, como forma de dar visibilidade às demandas das famílias.

Como serão analisadas 43 edições no total – a última é já uma edição do Jornal Sem Terra, de maio de 1985 – recorreremos ao procedimento de organização por fases, divididas a partir de critérios técnicos da produção e de conteúdo e abrangência. Ao final da descrição de cada fase, há um resumo dos principais elementos de cada período.

3.2 Boletim Sem Terra: primeira fase (maio de 81 a abril de 82)

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nessa área (Alto Uruguai) como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer. (BOLETIM SEM TERRA, nº 1)

Assim se apresentam os “colonos acampados em Ronda Alta”, em carta publicada na capa da edição nº 1 do “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”. Com 12 páginas, datilografado e mimeografado³⁷, o boletim, datado de 15 de maio de 1981, é assinado pela Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra. Os responsáveis pela publicação são o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Comissão Pastoral da Terra- RS, que atuam em uma sala em Porto Alegre.

Logo na página 2, há uma breve apresentação do público e objetivos da publicação:

Estamos apresentando o primeiro número deste Boletim Informativo que, dentro de suas atribuições, uma é a de manter constantemente informados todos os colaboradores desta campanha de solidariedade, através de suas entidades

³⁷ O boletim será datilografado e mimeografado até a edição 20.

representativas – sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de base e demais entidades a nível nacional – bem como a opinião pública em geral através dos meios de comunicação – jornal, rádio e televisão. Outra, é a de ampliar ainda mais esta campanha, levando-a a todas as regiões do Estado e do país. O Boletim circulará periodicamente, na intenção de manter 'aceso o fogo que clareia' das reivindicações dos trabalhadores rurais e, também, veicular todas as manifestações de apoio e solidariedade que tem recebido (BOLETIM SEM TERRA, nº1, p. 2).

Assim, depreendemos que o público central da publicação é a população externa ao acampamento – apoiadores e “opinião pública em geral”, através dos meios de comunicação. Apesar dessa escolha, há também a necessidade de incentivar as reivindicações populares, e aí podemos concluir que entra o público interno da ocupação.

Neste número, há basicamente duas seções – História de um povo oprimido e Campanha de Solidariedade. Com narrativa em terceira pessoa e linguagem informativa, apresenta o histórico e condições do novo acampamento. Quase três mil pessoas – 500 famílias – estão acampadas há cerca de dois meses na beira da estrada, pois “perderam a possibilidade de continuar na terra, expulsos pela máquina, pela ganância dos grandes proprietários, pela falta de trabalho, enfim, pela política agrícola do governo”.

Há ainda um tópico - “O que querem os Colonos” - que apresenta as propostas do governo e a visão dos trabalhadores. As principais reivindicações são: “Terra para trabalhar; que se cumpra a lei que assegura aos colonos o direito a um pedaço de terra em que possam viver com suas famílias e que, também, obriga o poder público a promover e criar condições para que todo o agricultor tenha acesso à terra, de preferência no local onde habita” (BOLETIM SEM TERRA, nº1, p. 4).

Já aparecem também as críticas (frequentes, como vamos observar na discussão dos outros números) aos projetos de colonização do Incra em estados ao norte (MT, AC, RO e BA).

Antes de serem listados todos os apoiadores da luta, há um trecho entre aspas com o agradecimento dos colonos. Além da transcrição de algumas cartas, aparecem todas as entidades que manifestaram apoio, como 169 sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, reunidos no encontro estadual de sindicatos, promovido pela Fetag-RS e organizações da Bahia, Paraná, Santa Catarina, Goiás. São listadas as visitas ao acampamento e indicadas formas de contribuir com a campanha de solidariedade. Há ainda a reprodução de matéria do jornal Zero Hora, repercutindo a declaração do presidente do Incra de que não há terras no estado para assentar as famílias.

O segundo boletim, de 28 de maio de 1981, traz um desenho de identidade do nome

“Sem Terra” no título, que vai se manter até o número 6. Já há formato de capa, com chamadas de matérias. Há prosseguimento à seção “História de um povo oprimido”, com a identificação das pessoas e do acampamento como dos “Sem Terra”, sem terra e Sem-Terra, no mesmo texto.

Começa uma editoria que será frequente na publicação: “As terras no estado”. É feito um levantamento dos latifúndios da região, com a intenção de demonstrar ao INCRA que há terras na região “passíveis de desapropriação”. Há também na edição um texto sobre o Estatuto da Terra: “Os agricultores sem terra acampados em Encruzilhada Natalino, Ronda Alta, iniciaram esta semana um estudo da legislação em vigor, que permite a desapropriação de terras” (BOLETIM SEM TERRA, nº2, p. 3). O artigo 17 do Estatuto – que trata sobre a redistribuição de terras para atender os interesses sociais – é reproduzido na íntegra.

A terceira edição, de 4 de junho de 1981 (com erro de digitação na capa, corrigido à caneta), traz uma foto, em preto e branco, reproduzida do jornal Zero Hora, com cortejo fúnebre da menina Loivaci Pinheiro, que “morreu por falta de cuidados médicos e omissão do governo” (conforme legenda, ainda na capa). Na “História de um povo oprimido (parte III)”, há a reprodução de trechos do documento “A Igreja e o problema da terra”, de 1980.

Aparece também referência à cruz que servia de referência para as reuniões, situada no centro do acampamento: “Ali os acampados de Encruzilhada Natalino, rezam, recebem informações e debatem seus problemas”. A cruz, segundo o boletim, simboliza o sofrimento e a esperança. Ela foi arrancada da terra, amparada por escoras, onde foram escritos os nomes das entidades apoiadores. Além disso, foram colocados mantos brancos, que “sinalizam a pureza das crianças que perderam a vida por não resistirem às más condições do acampamento e a falta de cuidados médicos” (BOLETIM SEM TERRA, nº3, p. 6).

Entre as notícias da solidariedade, a informação de que bispos e padres decidiram mover, em todas as paróquias, campanha de coleta de roupas, alimentos não perecíveis e dinheiro.

O quarto boletim, de 11 de junho de 1981, reproduz na capa outra foto em preto e branco do jornal Zero Hora, cobrando providências do governo em relação ao forte inverno que chega, debilitando ainda mais a saúde das famílias que estão em barracos “de armações de bambu, cobertos de plástico, lonas e em grande parte apenas capim” (BOLETIM SEM TERRA, nº4, p. 1).

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE
SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA

" Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivia-
mos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros
da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc..
Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança
e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque
não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isto
que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes
na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano pas-
sado recorremos aos políticos e ao Secretário da Agricultura e nada con-
seguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não te-
mos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se
em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio,
mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos
para trabalhar como colonos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para mui-
tos mais que como nós também precisam, só que estas terras estão na mão
dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram na
cidade, como é o caso de vários que se apossaram de grande parte da Fa-
zenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo en-
tregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só estas ter-
ras dá para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pe-
dacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os
da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso tra-
balho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir o
ferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão
voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gen-
te veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias
igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa
luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com esse seu apoio, pois que
remos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar."

" PREÇO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS "

" TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA "

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

Figura 3 Capa da primeira edição do Boletim Sem Terra

O destaque da edição é uma crítica à denúncia de documento divulgado pelo governo que procura provar o argumento de que o "Movimento dos Sem Terra não se trata de agricultores necessitados, mas de gente mandada". Para isso, o governo divulgou uma pesquisa feita pela Fundação Sul-Riograndense de Assistência que mostra que, das 500 famílias acampadas, 43 agricultores possuem bens e 16 teriam ocorrências policiais. O

boletim responde à denúncia:

Mesmo que fossem verídicos tais dados – não o são – representariam um percentual de pouco mais de dez por cento do número de famílias acampadas. Portanto, não retiraria o direito da ‘esmagadora maioria dos Sem Terra’, como conclue o próprio relatório, de serem assentados em terras do Estado (BOLETIM SEM TERRA, nº4, p. 4.).

Esse trecho é relevante porque traz dois argumentos que estarão presentes com frequência no discurso dos dois lados: o governo alega que não há agricultores “legítimos”, os sem-terra insistem para que sejam assentados no próprio estado. Para provar a identidade camponesa dos acampados, há nesta edição o primeiro texto assinado – por Irmã Maria Izabel, uma das duas freiras da Congregação Jesus Crucificado que estavam morando no acampamento. “Quem são os acampados? Não importa o lugar de onde vieram, os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar e seus assuntos preferidos denunciam: são todos colonos. E para provar que amam a terra existem alguns canteiros de alface, radiche,... ao lado das barracas” (BOLETIM SEM TERRA, nº 4, p. 2).

O texto da irmã conta também da organização do local: “Á tardinha, todos se reúnem diante da cruz para reza do terço, também o violeiro e o gaiteiro lá estão para animar o canto. Depois da reza do terço a Comissão faz as comunicações das cartas que chegaram das notícias que saíram no jornal, se tem algo a resolver, todos são chamados a dar sua opinião.”³⁸ (BOLETIM SEM TERRA, nº 4, p. 3). Por esse trecho, percebe-se a relevância do boletim também para o público interno da ocupação.

Na seção de solidariedade, há a notícia de que dezenas de entidades de todo o país, reunidas em encontro de movimentos populares em Vitória (ES), mandaram carta em pressão ao governador Amaral de Souza, cobrando “uma imediata solução do problema com a desapropriação de latifúndios no Rio Grande do Sul” (BOLETIM SEM TERRA, nº 4, p. 5).

Em 19 de junho de 81, um boletim curto, de quatro páginas, traz na capa o texto “Governo do Estado quer desunir agricultores”, retomando a pesquisa da Fundasul. O boletim apresenta um levantamento, caso por caso, que demonstram que as propriedades citadas são inexpressivas e que as ocorrências policiais foram por “crimes pequenos, como brigas em bailes/ou festas”.

Reforça os apoios recebidos, dá notícia do frio – com temperaturas que chegam a cair para baixo de zero – e de estudo do Estatuto da Terra. A novidade é a seção “A imprensa fala da luta”, que relata que a revista IstoÉ, os jornais Movimento e São Paulo falaram do

³⁸ Foi reproduzida a forma literal como está no boletim.

“movimento dos sem-terra”. No expediente, é incluída a Pastoral Universitária, ao lado do Movimento Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra.

No dia 29 de junho, circula o boletim nº 6, com capa cor-de-rosa, chamada com foto (Bispo reza para 6 mil no acampamento dos agricultores) e quatro chamadas. Na “História de um povo oprimido”, é publicada a letra de “Caminhando para a luta”, considerada o hino oficial dos acampados. Destaque para a forte influência religiosa, como no trecho final: “Tenho certeza que vamos vencer / Jamais perder porque a história não falha / Estamos juntos com Deus nosso Senhor / Não tombaremos no campo de batalha” (BOLETIM SEM TERRA, nº6, p. 2).

Na seção “As terras no estado”, novo levantamento das terras improdutivas da região. A conclusão: “Bastam pouco mais de 7 mil hectares”. Para legitimar a necessidade de desapropriação, novamente o Estatuto da Terra é invocado.

Além de notícias gerais sobre o acampamento - missa rezada por Dom Pedro Casaldáliga, a luz que foi finalmente ligada, coletiva de imprensa realizada (onde foi inclusive entregue o boletim como material) e relato de apoios – há a reprodução da “Declaração sobre os colonos acampados em Ronda Alta”, do clero da diocese de Passo Fundo, onde aparece pela primeira vez o termo “Reforma Agrária”:

“Baseados nisto”, diz o clero, podemos concluir que não bastaria resolver o problema de Encruzilhada Natalino, precisamos promover uma Reforma Agrária justa, que distribua a terra para servir a maior número de brasileiros. Este parece ser o único caminho capaz de evitar trágicos problemas sociais como este (BOLETIM SEM TERRA, nº 6, p.11).

Outra novidade que dá uma dimensão mais geral à luta de Encruzilhada Natalino é a seção “A luta pela terra no país”, que traz informações da ocupação de uma fazenda em Santa Catarina e de uma “invasão” no Mato Grosso do Sul. O termo, apesar de aparecer raras vezes no Boletim Sem Terra, será rechaçado pelo MST, como fica claro na edição 34 (o tema será tratado na descrição da segunda fase do boletim.)

A capa verde da edição 7, de 3 de julho de 1981, chama a atenção para um espetáculo “para sem-terra” que lotou a Assembleia gaúcha. Novo texto – assinado pelos colonos – é publicado, com o título: “Explicação ao povo e ao governo”. Percebe-se novamente a diferença da linguagem:

Quanto a se os que estão aqui são todos colonos e que alguns terra, já foi suficientemente esclarecido pela imprensa a dias atrás, quando uma comissão de nossos companheiros foi a Porto Alegre e provou com documentos as falsidades das acusações feitas pelo governo.

Podemos provar que todos os acampados são gente de bem e que somente quer a TERRA PARA TRABALHAR. Se tem alguém que cria confusão dentro do acampamento são alguns políticos e outros que vem apenas interferir e espicular nossa vida, como é o caso da Polícia secreta (BOLETIM SEM TERRA, nº7, p. 2).

Mais adiante, outro trecho em defesa do assentamento na região, amparado pelo Estatuto da Terra:

A desculpa que não tem terra no Rio Grande, para nos assentar, respondejo, dizemos que, segundo levantamento feito por nós, só aqui em nossa região tem 40 mil hectares que podem ser desapropriados para fins de reforma agrária. Essa desculpa do governo não nos convence.

Nós não entendemos da papelada dos grande mas conhecemos o ESTATUTO DA TERRA, e sabemos que temos direito à terra, e a terra nas nossas mãos, produzirá mais e melhor que nas mãos dos grandes. E assim estaremos contribuindo para um Brasil melhor (BOLETIM SEM TERRA, nº 7, p. 3).

Também se percebe nesse trecho uma linguagem diferente do português formal – 'respondejo', desculpa' - utilizado no restante do informativo. O recurso desse tipo de linguagem pode ser uma forma de reproduzir o discurso do sem-terra, dando assim legitimidade às reivindicações.

A edição nº 8 é de 13 de julho de 1981, de capa verde e volta a criticar a proposta do Incra de assentar os colonos na Bahia ou em Rondônia. Há um novo levantamento de terras no estado e uma notícia curiosa: via imprensa (“inicialmente na Rádio Planalto de Passo Fundo, depois nos jornais da capital”), dois colonos denunciam que as contribuições são apropriadas por 10 ou 12 membros da comissão de acampados. A matéria – de título “Frustrada tentativa de dividir acampados” - traz a íntegra da resposta dos acampados, que desmentem as acusações e apontam um vereador como interessado na manobra de dividir os acampados.

A seção “A luta pela terra no país” traz notícias de Rondônia (aumento de conflito de terras) e Goiás (ameaças a religiosos e lavradores).

O boletim de 22 de julho, também de capa verde, traz a reprodução do cartaz do dia do colono, cuja arte é assinada pelo “Movimento dos Sem Terra”. Há continuidade da notícia da edição anterior, com a informação da saída de quatro famílias, acompanhando os dois colonos que “tentaram dividir os acampados”. Além de mais denúncias de que o INCRA faz propostas de colonização no Mato Grosso sem a participação dos colonos e do levantamento de latifúndios na região, há a notícia da presença da Polícia em Encruzilhada Natalino. O texto faz referência a um sargento da Brigada Militar desmascarado pelos acampados, depois de levantar suspeitas enquanto agia disfarçado³⁹. A denúncia foi feita à imprensa e os sem-terra

³⁹ Matéria do jornal Zero Hora confirma a suspeita dos acampados. O coronel Waldir João Reis Cerutti se fez

deixam um tom de ameaça: “A comissão dos acampados não se responsabiliza mais pelo que pode acontecer com esses elementos” (BOLETIM SEM TERRA, nº 9, p.6).

Enquanto a Campanha de Solidariedade traz relatos de ajuda de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e do próprio Rio Grande do Sul, a coluna “A luta pela terra no país” traz informações de crianças morrendo de fome na Bahia, posseiros ameaçados de expulsão e morte no Mato Grosso.

O boletim nº 10, de 7 de agosto, tem 24 páginas e chamada de capa com foto: “Em Porto Alegre: colonos reafirmam disposição de ficar no Estado. E não aceitam intervenção no acampamento”. O maior número de páginas da edição se justifica pela notícia da chegada do coronel Curió, retratada em detalhes.

“A terra é para os colonos assim como a água é para o peixe. Este é o duro e cruel sofrimento de nossos irmãos, acampados na Encruzilhada Natalino, não ter terra para trabalhar, sabendo e conhecendo que na região existem grandes latifúndios que pouco ou nada produzem”, começa o texto, para em seguida apresentar a rotina e organização do acampamento – com diversas comissões em funcionamento - antes do dia 23 de julho, quando chega o coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, membro do Conselho de Segurança Nacional, junto com o Exército e a Brigada Militar, que “já guardiava o local”. Ele chegou com a mesma proposta do INCRA: terras em outros estados.

Na semana seguinte, dia 30, quinta-feira, enquanto 180 colonos estavam em Porto Alegre, o coronel Curió dizendo-se enviado da Presidência da República e encarregado de ‘resolver o problema social e fundiário de Encruzilhada Natalino’ baixou no acampamento. [...]. O Coronel instalou-se no acampamento, usando sofisticado equipamento de alto-falantes, através do qual transmite mensagens constantes aos colonos, chamando um outro para o seu barraco ou tocando música, não permitindo aos colonos nenhum momento de sossego para se reunirem e discutirem a nova situação do acampamento (BOLETIM SEM TERRA, nº 10, p. 3).

O coronel suspendeu a distribuição de roupas e alimentos, desorganizou as comissões e instalou barreiras policiais nos três acessos ao acampamento. Ainda segundo a publicação, com “tal poder econômico e policial na mão, parecem claros os objetivos do coronel Curió: dissolver o acampamento”.

Na matéria “As manobras do INCRA e do governo”, que volta a usar o Estatuto da Terra como ferramenta para a desapropriação de latifúndios, o jornal cita como exemplo de

bom aproveitamento das terras a Granja Macali⁴⁰, com comparações da produção antes e depois da desapropriação, que beneficiou 100 colonos.

Outra matéria conta da mobilização em Porto Alegre, da qual participou uma comissão de 180 colonos, “incluindo as crianças”. A resposta dos acampados à reunião foi de dar um prazo de 15 dias para que o INCRA assuma a resolução do problema na região, destacando que isso não cabe à Fetag e à Contag, “que podem colaborar, mas não tem responsabilidade de resolvê-lo” (BOLETIM SEM TERRA, nº 10, p.13).

Outra informação interessante deste boletim está em reprodução de matéria veiculada pelo jornal Zero Hora, que frisa que “Encruzilhada Natalino é uma das coisas mais importantes do Rio Grande do Sul nos últimos anos”.

O boletim publica ainda esclarecimentos da campanha de solidariedade, que terá que ser suspensa por um período. É frisado o apoio constante de trabalhadores rurais e da Contag, assim como referências à mensagem bíblica.

Pela primeira vez, é feita uma crítica aberta a “setores da imprensa”, que se recusam a ver a realidade, “as causas geradoras da crescente concentração da propriedade, do êxodo rural, da marginalização de milhares de famílias”. A resposta indicada a esses problemas é a “mudança na estrutura fundiária, a implementação de uma nova ordem política-econômica-social, com perda de muitos privilégios”.

É nessa mesma linha que aparece, também pela primeira vez, a defesa de uma reforma agrária – apesar de não vir com este nome - mais clara:

Deve-se ter presente que, além do fato de existirem latifúndios, passíveis de serem desapropriados, há ainda a questão social do melhor aproveitamento das terras, muitas das quais servem para que uma família explore algumas poucas cabeças de gado (e aí, segundo o Incra, deixa de ser ociosa), para beneficiar milhares de famílias que nessa mesma terra podem fazer lavoura, produzir muito mais e sobretudo viver melhor, em condições de sustentar a família e colaborar na alimentação da população brasileira (BOLETIM SEM TERRA, nº10, p. 6).

A edição seguinte do boletim, datada de 7 de agosto, não é numerada nem consta nos registros digitalizados. É identificada como “Edição especial do Dia do Colono”, e conta com 20 páginas. O Dia do Colono – celebrado em 25 de julho – reuniu mais de 10 mil agricultores gaúchos, com representações de todo país. De acordo com o boletim, o ato foi resultado da mobilização de sindicatos, o que demonstra as relações cordiais, ou melhor, de parceria, com o sindicalismo até aquele momento.

A dimensão nacional da luta é dada pelos próprios acampados: “Esse movimento dos

⁴⁰ Citada no capítulo 2, a Granja Macali foi uma das terras destinadas ao assentamento de famílias na região, após a ocupação de 1979.

sem-terra, não é só das 600 famílias que tamo acampado, é um movimento da nossa classe, dos trabalhadores. Tanto dos colonos como dos operários. Nós não vamos perder essa batalha, nem que chova canivete” e de Dom Tomás Balduino, então bispo de Goiás Velho: “Este movimento só é comparável à grande greve do ABC paulista, tamanha é a sua repercussão” (BOLETIM SEM TERRA, edição especial, agosto de 1981).

Em resposta à ameaça de Curió destacada pela imprensa - “o problema deixará de ser social e passará a ser tratado como de características exclusivamente policial, sujeito, portanto, a todas as consequências daí decorrentes” (BOLETIM SEM TERRA, edição especial, agosto de 1981) - os colonos publicam a terceira carta, desta vez acrescentando um “sem terra” à assinatura.

Nos queria avisar a todo povo gaúcho. A todos nossos companheiros da colônia e da cidade que nos ajudaram enviando comida e roupas. Que nós temos firme. Que só aceitamos terra no Rio Grande do Sul. E que um dia nós ainda vamos produzir feijão pra turma da cidade comprar mais barato (BOLETIM SEM TERRA, agosto de 1981, p. 20).

Um pedido na última página dá o tom da importância do boletim para a divulgação da situação da Encruzilhada:

Solicitamos a todos os colaboradores da campanha de solidariedade aos sem terra, que enviem comunicados acusando o recebimento deste boletim informativo, principalmente as duas últimas edições (números 9 e 10). É importante para sabermos se o material está chegando a seu destino, e dar continuidade ao processo de informação sobre os acontecimentos na Encruzilhada Natalino (Idem).

O boletim seguinte, datado de 18 de setembro, é o de número 11 e comemora na capa a saída do coronel Curió com a poética manchete: “Aqui no sul quem canta ainda é o Quero-quero”. A capa dessa edição simboliza quatro temas fundamentais para a organização dos sem-terra naquele momento: “Bispos gaúchos: solução está no Rio Grande”, “Conclat”, “Recomeça campanha de apoio aos colonos”. As chamadas – assim como outra que informa do telegrama de apoio enviado por 27 bispos do país – dão a dimensão do alcance da campanha de solidariedade, e também da vitória política dos sem-terra contra a ditadura, expressa pela saída de Curió, que não conseguiu seu objetivo: “desmontar o acampamento de Ronda Alta”.

Uma particularidade da edição é a diagramação diferente, com textos em duas colunas. Outra novidade, que depois será mais utilizada no boletim, é a carta de lavradores do Mato Grosso e da CPT do Acre, desaconselhando a ida de gaúchos para essas regiões.

Em 5 de outubro, a chamada principal reflete o fortalecimento da luta com a saída de

Curió: “Acampados estão firmes. Campanha de solidariedade deve ser maior”. É retomada a seção “História de um povo oprimido”, que repercute carta dos colonos aos bispos do estado, protestando contra a retirada de Padre Arnildo e Irmã Aurélia do acampamento, sob ameaças de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Os lavradores questionam a posição da Igreja:

Porque eles não podem continuar nos ajudando? Nós também somos Igreja! Não entendemos porque eles não podem dar mais assistência. Os bispos falam tanto de assumir e apoiar a luta dos pobres. E nós lemos nos documentos de Itaici e o de Passo Fundo. E agora como é que fica nosso caso? A nossa luta é justa ou não? Podemos contar com vocês? De uma coisa nós temo certo. Deus está do nosso lado (BOLETIM SEM TERRA, nº12, p. 2).

Ainda em relação à Igreja, há a notícia de que o Papa João Paulo II telefonou ao presidente da CNBB para saber a situação dos colonos acampados em Encruzilhada Natalino. A CPT, por sua vez, questiona os dados do conflito no campo, e aponta o número de 916, em contraponto aos 59 declarados pelo governo. Continua a seção de lutas no país, desta vez com notícias de Goiás.

A retomada da campanha de solidariedade ocupa seis páginas do informativo, com notas sobre apoio em diversas regiões do país. A edição número 13 traz 58 manifestações de solidariedade, entre elas do prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel. É retomada a análise dos conflitos pela terra elaborada pela CPT, com a publicação de uma tabela, com dados por estado. O discurso da pastoral é mais politizado e destaca: “A Comissão Pastoral da Terra encontra no capitalismo dependente e multinacional e no regime de força e repressão os verdadeiros responsáveis por essa tragédia social” (BOLETIM SEM TERRA, nº 13, p. 8). Defende-se ainda das acusações ao dizer que a concentração de terra é a “verdadeira razão para a existência de tantos conflitos de terra (916) e não a atuação da Igreja, ou de a de supostos agitadores como diz o governo”.

Na edição 14, a luta pela terra no país merece chamada de capa pela primeira vez. Na matéria de dentro, há informação sobre a formação do “Movimento do Agricultor Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO)”, juntando 2 mil famílias.

Também nesta edição há das poucas – até o momento – referências ao contexto ditatorial, em carta enviada pela Assessoria dos Trabalhadores do Cecom: “[...] regime de terror implantado em 64 está queimando seu último cartucho”. Agradecem o envio do boletim e “solicitam informações verídicas, pois são desvirtuadas as que recebem por televisão, rádio ou jornal” (BOLETIM SEM TERRA, nº 14, p. 7).

O boletim nº 15, de 19 de novembro traz reprodução da carta dos colonos enviada a

João Paulo II, em que relatam a situação precária do acampamento e pedem intervenção para a volta de padre Arnildo e irmã Aurélia, proibidos de rezar missa na área a pedido do bispo D. Cláudio Colling, então bispo de Passo Fundo. Na mesma edição, há matéria sobre o II Encontro Inter-ecclesial das CEBs, que firmou diversos compromissos com os sem-terra. Inclusive um padre sugere que os colonos – ou algum de seus representantes – sejam indicados ao prêmio Nobel da Paz.

Outra notícia relevante é da ida de uma comissão de acampados a Brasília, para participar de um Encontro Nacional de Sindicalistas. Há a informação de que seria entregue um documento para “autoridades, deputados e sindicalistas” com algumas sugestões para o governo atender às reivindicações.

São elas: desapropriação pelo Estatuto da Terra; criação do crédito fundiário; assentamento da fazenda Anoni; aquisição de terras e repasse aos agricultores; assentamento em áreas públicas de domínio do exército; e troca das terras do Mato Grosso, isto é, que o governo oportunize aos grandes proprietários do Rio Grande do Sul trocarem suas terras daqui pelas oferecidas no Mato Grosso aos Agricultores, na base de 1 por 10 ha (BOLETIM SEM TERRA, Nº 15, p. 4).

O boletim de 7 de dezembro traz uma foto em melhor qualidade (com colonos carregando a cruz-símbolo do acampamento), retirada do jornal Zero Hora, em reportagem que ganhou o prêmio Esso de jornalismo. É reproduzido o discurso da repórter Ivone Cassol, que reforça o apoio à luta dos acampados. Ela credita à equipe de jornalistas o primeiro esforço de solidariedade: “O inverno iniciava, já em fins de abril, quando não suportando mais se presenciar o desespero dos colonos, os repórteres saíram em busca de agasalhos e alimentos para as famílias” (BOLETIM SEM TERRA, nº 16, p. 4).

Em texto assinado por irmã Lourdes e Izabel, explica-se a eleição de cinco líderes para compor a Comissão Central do Acampamento. A decisão veio da necessidade de aumentar a comissão, pois os outros membros já estavam com várias viagens marcadas. Entre os líderes dos 32 grupos de reflexão, foram eleitos três homens e duas mulheres. Outra matéria resume o projeto de crédito fundiário (solução para o problema das famílias por entidades em carta ao governo).

A primeira edição de 1982, datada de 9 de janeiro, é recheada, com 23 páginas. Traz ainda um encarte com a publicação de um estudo do professor Dinarte Belato sobre a questão da terra e o significado do acampamento, a ser discutido em toda a diocese. Esse material, no entanto, não se encontra disponível para consulta.

Além da seção “As terras no estado”, o jornal traz o relato de uma ida dos colonos em Porto Alegre, onde apresentaram a mesma reivindicação: o assentamento no Rio Grande do

Sul e o crédito fundiário. Na oportunidade, o deputado do PDS Rubi Diehl lançou uma nota em que dizia que a Assembleia Legislativa não era lugar para “fazer acampamento”. O preconceito é claro: “[...] o espetáculo, propositadamente deprimente, tolhe a normalidade dos trabalhos nos gabinetes, comissões técnicas, plenário e restaurantes e até nos sanitários, pelo barulho, choro de crianças, trovas, cantos e espetáculos gaudérios de gaitas” (BOLETIM SEM TERRA, nº17, p. 10).

A relação com a Igreja de novo é pauta central da edição: notícia de visita à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, visita à CNBB (em que o bispo se negou a participar da reunião com o governo ao lado dos colonos), oração comunitária promovida pelas CEBs.

O boletim reproduz declaração do governador Amaral de Souza, em inauguração de uma agência bancária em Ronda Alta. Ele criticou agentes de pastoral – sem citar nomes – acusando-os de pregar o falso Evangelho. Ameaçou também retirar essas pessoas do acampamento. O boletim faz referência à declaração de Curió de que os agentes de Pastoral eram os “arquitetos do caos”, ao que o texto responde:

O governo volta a usar de uma velha arma: transferir o problema de Encruzilhada Natalino e de terra em geral para a Igreja e sua atuação ao lado dos pobres e oprimidos. [...] A ameaça do governador é mais uma tentativa de querer responsabilizar a Igreja pelos problemas da terra existentes do estado e mostra que o governo não quer reconhecer a necessidade urgente de uma transformação na estrutura fundiária do país (BOLETIM SEM TERRA, nº17, p. 13).

Outra matéria interessante é a notícia de cinco colonos que voltaram do projeto de colonização em Lucas do Rio Verde, denunciando “as péssimas condições dos lotes destinados a eles e má qualidade da terra, além da falta de água e de recursos” (BOLETIM SEM TERRA, nº17, p. 15).

Entre as manifestações de solidariedade, sindicatos de trabalhadores rurais da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Santarém (Pará), Espírito Santo e da própria Contag.

O boletim 18, de 9 de fevereiro, relata na seção “História de um povo oprimido” as pressões sofridas com a presença de membros da Brigada Militar e da presença “ostensiva e cada vez mais numerosa de funcionários do Governo”, que incentivam os agricultores a migrarem para outro estado. Em outra matéria, há inclusive a denúncia de que ex-acampados são armados para pressionar os remanescentes a sair e que o governo oferece dinheiro para os agricultores. Mas são ainda 300 famílias acampadas, que garantem: “O que era pra sair, já saiu. Agora não sai mais ninguém” (BOLETIM SEM TERRA, nº 18, p. 2). Como em outras citações de falas de acampados, não há referência a ninguém em especial, mas há o recurso

das aspas como forma de sinalizar a voz de alguém que não o autor do texto.

Outra denúncia de violência é a repressão da Brigada Militar a um protesto dos colonos contra a mudança de um ponto de ônibus na região. Mulheres e crianças foram agredidas com bombas de gás lacrimogêneo e golpes de cassetetes.

A matéria principal do boletim é sobre a Vª Romaria da Terra, com um texto assinado pelo irmão Antônio Cechin sobre a origem da peregrinação – feita por negros, índios e colonos europeus reprimidos. “A 5ª [Romaria], a deste ano, será na Encruzilhada Natalino. É a encruzilhada santa das lutas no ano que findou”, informa.

Uma manifestação de solidariedade pouco usual é a publicação da carta de um presidiário de Charqueadas, no RS, em que ele afirma que tem dificuldade de acompanhar a luta, mas admira a união e consciência dos acampados: “[...] mesmo assim posso sentir esse drama, porque não fica distante de milhares que sobrevivem soterrados nos escombros gerados pelas classes dominadoras” (BOLETIM SEM TERRA, n° 18, p. 14).

Em 23 de fevereiro de 1982, circula uma edição especial sobre a Romaria da Terra, em formato de cartilha, com 20 páginas. Na capa, a apresentação:

Os primeiros dias de abril (1981). São cerca de 80 barracas erguidas à beira da estrada, a 17 quilômetros de Ronda Alta. O acampamento de Encruzilhada Natalino está começando. Já é quase uma vila, com mais de 500 pessoas habitando precariamente em barracos de armação de bambu, cobertos de plásticos, lonas e, grande parte, apenas de capim. A notícia do mais novo acampamento de colonos sem-terra do Rio Grande do Sul espalha-se rapidamente e, nos dias seguintes, de toda a região, chegam diariamente, novas famílias de sem-terras. Encruzilhada Natalino é notícia diária nos jornais, rádio e televisão. E o Rio Grande do Sul volta seus olhos para Ronda Alta. Um lugar escolhido, há 20 anos, para um projeto de reforma agrária. Hoje, terra dos sem terras. Daqui há um mês apenas, o acampamento de Encruzilhada Natalino completa um ano, e sem solução. E, lá, ainda resistem quase 300 famílias que não têm pra onde ir. (BOLETIM SEM TERRA, fevereiro de 1982, edição especial)

As dez páginas seguintes são dedicadas a uma retrospectiva do acampamento, com as informações organizadas por datas. Os principais personagens do resgate são o padre Arnildo e o coronel Curió.

O outro 'caderno' do boletim leva o título: “É justa a luta dos colonos?” e apresenta seis tópicos: 1- Nas mãos de quem está a terra (dados do censo de 1975); 2 – Concentração; 3 – A terra que podia ser dividida e produzir bem mais; 4 – Êxodo rural; 5 – Mato Grosso, é solução?; 6 – A luta pela Reforma Agrária; 7 – O exemplo da Granja Macali e 8 – O Assentamento dos colonos no Rio Grande: Importância social.

Pela primeira vez no boletim Sem Terra, aparece referência à história do Master, das fazendas Anoni, Macali e outras. Cita ainda as Igrejas cristãs e os sindicatos: “Não é de hoje

que se luta pela Reforma Agrária. Muitas entidades e todo povo trabalhador vem exigindo há anos uma profunda reforma agrária como forma de resolver os problemas da agricultura e acabar com o êxodo rural e a marginalização na cidade” (BOLETIM SEM TERRA, fevereiro de 1982, edição especial).

Na defesa do assentamento das famílias no próprio RS, há uma proposta de reforma agrária de forma mais ampla: “O assentamento dos colonos no Rio Grande significa a garantia de aumento da produção de alimentos pra mesa do trabalhador. Garantia de maior bem estar social para essas famílias. Garantia de emprego. Menos desemprego e marginalidade social na cidade” (idem).

As páginas 9 a 12 são manuscritas e ilustradas com desenhos, que dizem que “agora mesmo é que a luta continua”, solicitando apoio para a compra da terra em Nova Ronda Alta, além de deixar clara a necessidade de continuidade da luta.

Essa é a grande novidade do boletim 19, o último desta fase, datado de 2 de abril: o acampamento Encruzilhada Natalino foi transferido para outro local, batizado pelos sem-terra de Nova Ronda Alta”, em um terreno comprado pela CNBB, para que os agricultores pudessem sair “da beira da estrada”. Ainda na capa, o pedido para depósito na conta do “Movimento de Apoio aos Colonos de Nova Ronda Alta”.

A matéria informa que as 207 famílias remanescentes no acampamento foram para a nova área, comprada pela CNBB. E ressalta: “A médio prazo a dívida deverá ser saldada pelos recursos arrecadados em campanha que envolverá inúmeras entidades, coordenada pela própria CNBB”. A gleba, de 100 hectares, foi comprada pela entidade, que explica que não “pretende substituir ou suprir a ação do governo, mas sim, em caráter supletivo, dar o impulso a uma solução que, legal e viável, atenda às aspirações dos próprios acampados” (BOLETIM SEM TERRA, nº19, p. 3).

Os bispos reunidos na 20ª Assembleia Geral da CNBB reafirmaram seu apoio aos colonos. Enquanto isso, o boletim noticia também que cerca de 8 mil pessoas – praticamente toda a população do município de Ronda Alta – entregaram um documento e fizeram manifestação em solidariedade ao padre Arnildo e Hilário Fritzen, repudiando os boatos de que eles estariam “infiltrados” entre os sem-terra.

Depois da sua realização [*da Romaria, que reuniu mais de 20 mil pessoas*] todos concordavam que seria mais difícil para o governo desmanchar o acampamento pela força, ou enquadrar o padre Arnildo e a Irmã Aurélia na Lei de Segurança Nacional, como vinham ameaçando. A Encruzilhada Natalino não está isolada e não é fruto de alguns agitadores como o governo e seus seguidores dizem, para justificar a omissão no problema dos sem terra. Qualquer tentativa de repressão aos acampados e aos

religiosos que dão assistência ao acampamento não ficará sem resposta (BOLETIM SEM TERRA, nº 19, p. 7).

Além da seção “A luta pela terra no país” e das cartas de apoio, o boletim traz, pela primeira vez, uma carta de Ronda Alta para os posseiros presos no Pará.

No expediente, desta vez, não aparece o nome das entidades, apenas o “Comitê de apoio aos agricultores sem terra”, sem endereço, apenas uma caixa postal.

3.2.1 Observações sobre a primeira fase do Boletim Sem Terra

Nessas 19 edições regulares e duas edições especiais do boletim, em quase um ano de publicação (15 de maio de 1981 a 2 de abril de 1982), podemos perceber algumas características que permeiam todo o período: o apoio de diversas entidades – não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o país, incluindo dezenas de sindicatos rurais e a relação ambígua com a Igreja Católica. A tônica principal é a fé dos acampados e o apoio da CNBB e de alguns padres, com destaque para Padre Arnildo, mas uma relação tensa com o bispo de Porto Alegre D. Cláudio Colling, que proibiu o pároco de seguir com seu trabalho pastoral no acampamento.

Outro elemento interessante em relação à Igreja – importante frisar também o apoio da Igreja Luterana e do Conselho de Igrejas Cristãs (Conic) - é a disputa feita pelo governo. Enquanto o coronel Curió chama os agentes de pastoral de “arquitetos do caos” e há a ameaça de enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional, o governador do estado advoga para si a defesa do verdadeiro Evangelho. Os acampados percebem essa diferença nos discursos e proclamam que Deus está com eles. O símbolo do acampamento nesse período é a enorme cruz que fica na praça central, onde são feitas reuniões e rezadas missas. A decisão da CNBB de comprar um terreno para que os acampados possam sair da beira da estrada reflete a posição dominante de apoio da Igreja Católica aos sem-terra.

A demanda principal dos sem-terra nesse período é o assentamento no próprio estado. A briga é contra a intenção do INCRA e do governo do Estado em mandá-los para projetos de colonização no Norte, especialmente no Mato Grosso. Como resposta, há a editoria “As terras no estado”, com constantes levantamentos de latifúndios na região, que poderiam ser desapropriados. A alegação se sustenta majoritariamente no Estatuto da Terra, considerado, até aqui, uma lei que pode beneficiar os trabalhadores, se for corretamente aplicada. Outra solução apontada é o crédito fundiário, também negado pelo governo.

Outra estratégia do boletim para se contrapor aos projetos de colonização do norte é a série de matérias sobre a situação no Mato Grosso, Acre, Bahia e outros locais, com relatos de agricultores que saíram desses projetos.

Quem assina quase todos os boletins é a Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, representada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra do RS e, a partir do número 5, pela Pastoral Universitária.

Não há nesse período sinalizações de articulação regional, muito menos nacional. Mas a preocupação com a questão fundiária do país aparece a partir da edição 6, com notícias sobre a situação agrária em diversos estados. A notícia, na edição 14, da formação do Movimento do Agricultor Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), com 2 mil famílias, também demonstra que já havia outras experiências organizativas em curso, posteriormente articuladas em torno do MST.

O boletim frequentemente se contrapõe à “grande imprensa”, e pretende mostrar o que não se vê nos “jornais, rádio e TV”, mas também reproduz algumas matérias dos jornais comerciais, especialmente do gaúcho Zero Hora. Ele chegou a ganhar um prêmio Esso com reportagens sobre a Encruzilhada. Pelos textos publicados e pelo discurso da repórter Ivone Cassol, podemos concluir que nesse período a imprensa tinha uma postura mais favorável ao movimento.

3.3 Boletim Sem Terra: segunda fase (abril de 82 a fevereiro de 83)

Consideramos que com a edição número 20 se inicia uma nova fase do boletim, que passa a circular com novo formato, não mais mimeografado, já diagramado, em formato mais jornalístico. Todos os números têm quatro páginas, em tamanho ofício. A edição de 26 de abril traz como matéria principal a organização dos colonos em Nova Ronda Alta, com texto em quatro colunas e até infográfico para explicar a organicidade das equipes de trabalho dos sete núcleos, de 30 famílias cada.

Em uma seção de notas, há a notícia de que os colonos produzem seu próprio jornal, de nome “Nova Ronda Alta, Terra Prometida”:

[...] já está no seu quarto número e veicula notícias de interesse da comunidade de Nova Ronda Alta, como os resultados das discussões nos grupos de famílias, as leis do acampamento, feitas pelos agricultores depois das discussões; e tem um espaço reservado para os informes da comissão central, além de incentivar a criatividade cultural dos acampados publicando poesias, versos e músicas criadas no

acampamento, como este que saiu na 2ª edição: 'Derrotamos o Curió, e também o curiozedo, prá ganhar a terra, de ninguém temo medo' (BOLETIM SEM TERRA, nº 20, p. 2).

As notícias são boas, como a melhoria das condições de saúde, o início da produção – uma parte será doada em retorno à solidariedade recebida – o apoio do movimento sindical e o incentivo à sindicalização dos colonos. Além da seção sobre o país, um box traz uma notícia interessante: uma réplica da cruz carregada pelos colonos de Encruzilhada Natalino foi carregada durante uma caminhada em Nova Iguaçu (RJ), em ato que terminou com ato ecumênico. “Segundo os organizadores, a cruz dos sem terra gaúchos, representando luta e sofrimento, ao ser colocada em praça pública, torna-se um justo símbolo da luta pela terra no Brasil” (BOLETIM SEM TERRA, nº20, p. 4). O trecho demonstra a visibilidade e importância nacionais que Encruzilhada Natalino adquire no país.

A edição 21 inaugura uma identidade visual para algumas seções, como a “Nova Ronda Alta”, de notas sobre a vida no novo acampamento. Há um desenho identificando a seção – um homem com uma enxada, cuja sombra remete a uma cruz – assim como para a seção “Solidariedade”, que vem acompanhada de desenho de três pessoas se abraçando, de punhos erguidos, dois homens e uma mulher. O expediente também passa a vir acompanhado de um casal de agricultores, com seus instrumentos de trabalho, e uma criança ao fundo.

Uma das chamadas de capa é sobre o 1º de Maio, considerado “dia de luta dos sem-terra”. Outra é a denúncia de que a construção de barragens no rio Uruguai pode desalojar milhares de agricultores e que já existe uma “Comissão das Barragens”. Outro movimento que se articula é o “Movimento dos Sem Terra” do Mato Grosso do Sul, após reunião entre dirigentes sindicais e lavradores de 11 cidades do estado.

O boletim 22, que passa a vir caracterizado com a quinzena a que se refere – no caso, a segunda de maio – traz uma novidade que vai permanecer até a edição 33: na capa, ao lado da logo do Sem Terra, aparece um quadro com a cruz e seus quatro panos, o ano e número da publicação. Uma foto na capa ilustra o novo nome do acampamento: Nova Ronda Alta, rumo à terra prometida. A sugestão de acrescentar o 'rumo a', segundo texto da capa, veio de uma acampada, que esteve no Mato Grosso, e reforça a necessidade de mostrar que o problema não está resolvido.

Uma matéria ilustrada com foto informa da necessidade alimentar das famílias, e justifica que nos 108 hectares seria possível assentar apenas seis famílias, segundo o módulo rural da região. Através da solidariedade, o acampamento provisório estará pago até o mês de junho.

Nas notas sobre o acampamento, a notícia do apoio do cantor Chico Buarque, que prometeu se empenhar para doar parte da renda de um show para os colonos. Em nota sobre expulsão de posseiros em Santa Catarina, o boletim explica: “Assim é que surgem os sem-terra: expulsos pelo capital nacional e estrangeiro para dar lugar aos grandes grupos econômicos” (BOLETIM SEM TERRA, n°22, p. 3).

O boletim da primeira quinzena de junho, n° 23, relembra um ano da luta de Encruzilhada Natalino, já transformada em exemplo pelo próprio jornal, que diz a respeito dos “afogados” (atingidos pela barragem de Passo Real): “Vislumbra-se uma nova Encruzilhada Natalino”. Além de notícia dos “retornados” de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, há a informação de que assessores de Paulo Freire estiveram no acampamento, uma vez que 50% dos colonos são analfabetos.

Em parágrafo da última página, notícia de que “Sem Terra do país marcam encontro”, que será em setembro, em Goiânia. Há somente essa informação: “Os participantes serão três delegados por regional, dois trabalhadores rurais e um agente de pastoral que tenha experiência em movimentos de luta pela terra” (BOLETIM SEM TERRA, n°23,p. 4).

A edição 24 noticia do Encontro Regional dos Sem Terra no Paraná, reunindo agricultores do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, em preparação ao encontro nacional. Outra notícia referente à articulação é a divulgação de um documento pelo “Movimento dos Sem Terra” do Paraná, em que citam o movimento de Ronda Alta e a necessidade da Reforma Agrária. É criado também um Comitê de Apoio aos Sem Terra do MS.

Mas a matéria principal é repercussão de denúncia da CPT sobre a situação no Mato Grosso, em repúdio à situação de vida das 170 famílias assentadas pelo INCRA em Lucas do Rio Verde.

A edição seguinte, da “primeira e segunda quinzena de julho de 1982”, traz, pela primeira vez, um editorial, na capa. E seu título é: “Boletim Sem Terra será regional”. O texto explica que o boletim foi indicado pelos colonos presentes no encontro da regional sul como o “órgão de divulgação de suas lutas em cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esta decisão revela a importância do boletim e aumenta a responsabilidade de seus responsáveis na contribuição às lutas populares no meio rural” (BOLETIM SEM TERRA, n° 25,p. 1).

A matéria das páginas centrais - “Agricultores sem terra realizam balanço das lutas durante encontro em Medianeira” - apresenta uma avaliação mais profunda da questão

agrária:

A expansão acelerada do capital no campo – que traz como consequência a mecanização das lavouras e a monocultura; penetração desenfreada da agropecuária nas regiões agrícolas, concentração da terra e agricultura voltada para a exportação – é a principal causa pela situação de miséria de milhões de trabalhadores rurais sem terra no país (BOLETIM SEM TERRA, n° 25, p. 2-3).

E, também pela primeira vez, uma crítica aos sindicatos e federações “pelegas”, “descomprometidos com os trabalhadores”:

Os Sem Terra reafirmaram, ainda, o trabalho desenvolvido até agora e manifestaram a intenção de ampliá-lo; no plano da ação, decidiram formar delegacias sindicais e comissões de sem terra nos sindicatos de trabalhadores rurais. (BOLETIM SEM TERRA, n° 25, p. 2-3).

Há notícias do Paraná (“Posseiros querem suas terras no sul do Paraná”, “Em 1980, colonos viveram dias de terror no Paraná”, “MASTRO faz levantamento para encaminhar lutas”) e do Mato Grosso do Sul (“Índios x Posseiros/ Polícia x Posseiros”, “Acampados de Itaquiraí vítimas de nova traição”), além da seção “Nova Ronda Alta” e da “Solidariedade”.

Apesar de o boletim 26 já ser regional, julgamos que a segunda fase do Boletim Sem Terra vai até a edição 28, pois até então aparece, ao lado da logo Sem Terra a tarja com a referência “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, que só deixa de ser usada a partir da edição 29.

As duas principais chamadas da edição – da primeira e segunda quinzena de agosto – dizem respeito a Ronda Alta: “Acampados recebem visita do governo” (como foto) e “Dia do agricultor leva três mil pessoas a Nova Ronda Alta”.

O editorial, em coluna na página 2 (onde vai aparecer daí em diante), destaca posição do governo, que não consegue resolver os problemas fundiários e transforma os “conflitos existentes em guerra interna”; além de garantir a ocupação da Amazônia por grandes grupos econômicos. Abaixo dele, um box informa a circulação do boletim: “Regional Sul de Agricultores Sem Terra (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul)”. Outra informação inédita é a tiragem: 2.500 exemplares.

ENCONTRO

Sem Terra realizaram encontro em Medianeira

A arrojada marcha para o Nordeste

O Governo não desiste de tentar convencer as famílias de Nova Ronda Alta a se fixarem nos projetos de colonização no Norte do país. Dia 13, último, um Volkswagen branco, sem placas, "derramou" no acampamento dos sem terra vários exemplares da revista ao lado. Trata-se de um "Informe do Polonoroeste", projeto de colonização mantido pelo Governo Federal na área de influência da Rodovia Cuiabá-Porto Velho, nos Estados do Mato Grosso e Rondonia. Os colonos identificaram o carro e seus ocupantes, como sendo a "polícia secreta" que circula, já há algum tempo, na região de Ronda Alta. Sempre fazendo provocações.

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

SEM TERRA

ANO II Nº 25

Porto Alegre - primeira e segunda quinzena de julho de 1982

EDITORIAL

BOLETIM SEM TERRA SERÁ REGIONAL

O boletim "Sem Terra", feito pelo Comitê de Apoio-RS foi indicado pelos colonos presentes ao encontro da Regional Sul de agricultores sem terra como o órgão de divulgação de suas lutas em cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esta decisão revela a importância do boletim e aumenta a responsabilidade de seus responsáveis na contribuição às lutas populares no meio rural.

O "Sem Terra" nasceu do movimento de Encruzilhada Natalino, no início de 1981, com a finalidade de articular a solidariedade do povo brasileiro daquelas famílias. Em suas páginas, desde os primeiros números, se procurou mostrar o dia-a-dia do movimento dos colonos, suas reivindicações, as promessas não cumpridas do Governo e denunciar sistematicamente as investidas da repressão desde a atuação da PM e da Polícia Federal até a presença do major Curió no acampamento, tornando o pacato lugarejo de Encruzilhada Natalino num verdadeiro campo de concentração.

Além disso, o "Sem Terra", com pouco mais de 700 exemplares semanais - mais tarde quinzenais -, teve a preocupação de levar aos pontos mais distantes do país, informações sobre outras lutas de lavradores, como os "afogados" de Passo Real, que há dez anos aguardam uma solução para seu problema.

Mas nunca deixamos de informar sobre Ronda Alta, mesmo após a transferência das famílias que não aceitaram deixar o Estado para o acampamento de Nova Ronda Alta. Afinal, foi dali que nasceu esta ideia.

A decisão dos colonos de indicar o "Sem Terra" como seu órgão informativo dá um novo impulso ao boletim, mas os recursos materiais disponíveis e as condições continuam precários. Portanto, o leitor não espere dos próximos números, mudanças profundas em nosso informativo. Elas virão com o tempo e serão fruto da sempre regada com o esforço e o sacrifício de quem deseja melhorar cada vez mais esta contribuição à luta dos trabalhadores rurais. Consideramos que a boa qualidade não deve ser privilégio das classes dominantes, embora estas tenham mais acesso à informação e às técnicas de comunicação, por isso o desejo de aperfeiçoar.

Nesta edição, damos destaque aos movimentos representados no encontro dos sem terra em Medianeira. Algumas notícias estão ultrapassadas no tempo, mas de qualquer forma possuem importância histórica para o movimento camponês. E, nos próximos números, prosseguiremos divulgando informações de luta pela terra, colhidas no encontro regional. Também voltaremos com a seção "O que aconteceu na Encruzilhada Natalino há um ano".

Aos companheiros da regional Sul que colaboraram conosco, só nos resta agradecer e esperar pelo encontro nacional, em setembro, para um bom trabalho de avaliação do que será feito até lá.

Figura 4- Capa da edição 25, de julho de 1982, que anuncia que o Boletim será regional

Na página 4, é reproduzida uma matéria da Folha de S. Paulo com declarações do presidente do INCRA, Paulo Yokota, em que ele critica os agentes de pastoral e cita o comitê de apoio: "Imaginem que no Rio Grande do Sul já foi criada uma entidade para defender os trabalhadores sem terra. Enfim, como é que pode haver entendimento?". Ele também defende o sindicalismo e a ideia de que o governo fez reforma agrária (BOLETIM SEM TERRA, nº

26, p. 4).

A CNA⁴¹, outra ouvida na matéria, surpreendentemente defende os posseiros: “Afinal de contas, não podemos deixar de admitir que a terra é de quem está trabalhando nela. Devemos respeito ao trabalho do homem”, diz o presidente Flávio de Brito, acrescentando que é necessário criar outra comissão, com a presença da Contag, “para estudar caso por caso” (idem).

O boletim da primeira e segunda quinzena de setembro anuncia a organização dos sem terra, com a realização de encontros regionais em preparação para o nacional. O editorial, que desta vez vem com título - “A que serve a colonização?” - ressalta:

Portanto, a resposta ao chamamento do Governo para a 'ocupação de fronteira agrícola' deve ser a luta por uma reforma agrária ampla e massiva, que assegure os direitos fundamentais dos trabalhadores rurais. No encontro nacional dos sem terra, nos próximos dias, esta questão deverá ser profundamente debatida e, a articulação, a nível nacional, fortalecerá o movimento dos sem terra, dando-lhe condições de ser mais eficaz, amplo e capaz de lutar para mudar a atual situação (BOLETIM SEM TERRA, nº 27, p. 2).

Há notícias sobre a situação no Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, com a memória da presença de Curió na Encruzilhada Natalino.

Em outubro, há chamada na capa para edição especial sobre o encontro nacional. No entanto, essa edição não está disponível para a consulta. Outra chamada relata a prisão de jornalista colaborador da CPT, preso pela Lei de Segurança Nacional por publicar matérias no *Nosso Tempo* com críticas ao governo em relação aos desapropriados pela construção da barragem de Itaipu. O editorial “Violência: governo é o responsável” retoma o caso e diz que “nós e outros continuaremos o trabalho de Juvencio” (BOLETIM SEM TERRA, nº 28, p. 2).

Há uma matéria repercutindo crítica da CPT à criação do Ministério da Terra, que “dificultará o trabalho da igreja”. O presidente da entidade afirma que o novo ministério foi criado para “militarizar a questão fundiária no país e tem como objetivo esvaziar os movimentos sindicais e tentar desmoralizar o trabalho da Igreja e o apoio das entidades civis à questão dos camponeses” (BOLETIM SEM TERRA, nº 28, p. 3).

⁴¹ Na matéria, a sigla não é explicada. A entidade é apresentada assim: “[...] representa os proprietários de terras agrícolas do país”. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) foi fundada em 1964.

3.3.1 Observações sobre a segunda fase do Boletim Sem Terra

Nesta fase, o boletim se estrutura mais como jornal, com organização e diagramação das matérias, não mais datilografadas. Há seções fixas, com identidade visual, como “Nova Ronda Alta” e “Solidariedade”. São sempre quatro páginas, e começa a aparecer a informação da tiragem: 2.500 exemplares.

A decisão do encontro regional dos agricultores do Sul – que reuniu lavradores de cinco estados – de transformar o boletim em órgão regional, conforme anunciado na edição 25, no primeiro editorial, demonstra claramente a relevância que o boletim havia atingido, especialmente nessa região.

A contínua publicação de notas e notícias sobre a luta pela terra em outros estados – de todas as regiões do país – certamente foi um dos elementos que levaram a essa decisão, além do exemplo vitorioso de resistência das famílias de Encruzilhada Natalino.

Nessa fase, o boletim noticia com mais detalhes a luta dos “afogados” da barragem de Passo Real e de outros projetos de barragem, além de dar mais destaque à violência contra os posseiros e sem-terra.

O discurso em relação à reforma agrária se amplia, incluindo análises sobre o avanço do capital no campo. A relação com os sindicatos parece dar sinais de estremecimento, e pela primeira vez aparecem críticas a sindicatos e federações pelegas, com o incentivo para que a base se organize e participe da luta sindical.

3.4 Boletim Sem Terra: terceira fase (fevereiro de 83 a abril de 1984)

O boletim 29, de fevereiro de 1983, é o primeiro desta fase por não apresentar mais a faixa que identificava a publicação como “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”. Logo na capa, é anunciado o 2º encontro regional dos Sem Terra do Sul, que cita uma reunião da “Comissão Nacional Provisória dos Sem Terras” (no plural mesmo).

O boletim, ainda com quatro páginas, relata a desaprovação à construção de barragens, onde aparece o lema do futuro Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): “Águas para a vida, não para a morte”.

O editorial trata da violência e do êxodo rural, apresentados como “dois males da

mesma ferida”: a concentração de terra. É apresentado também um quadro com conflitos em regiões do Pará. Outro box contesta a propaganda oficial do Incra, e destaca que “nesse ritmo, fazendo uma projeção, o Incra precisaria de 240 anos para assentar os 12 milhões de trabalhadores rurais sem terras ou com pouca terra existentes no Brasil, conforme dados recentes da Contag” (BOLETIM SEM TERRA, nº 29, p. 4).

Em março, há foto e desenho sobre a VI Romaria da Terra, que reuniu 40 mil pessoas em Carlos Gomes (RS) e teve como crítica principal a construção de 25 barragens. Na capa e no editorial, há informações sobre uma campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN). A edição vem ainda com um encarte especial, em uma folha, que apresenta os artigos da lei com comentários explicativos e espirituosos ao lado. Por exemplo:

Atenção, pessoal: ninguém faz mais nada, porque quem sabe, talvez, porventura, quiçá, o sr. Ministro da Justiça poderá decidir que isso é um crime. Olha, tchê, dizem que ainda dá pra pensar, desde que seja à noite, em casa. E bem baixinho. Mas te cuida que os aparelhos de escuta andam cada vez menores (BOLETIM SEM TERRA, nº 30, encarte especial).

O encarte, o selo na capa (que aparece até a edição 32) e o editorial sinalizam o interesse do movimento por pautas mais amplas, conforme demonstra esse trecho: “Entendemos que, por tudo isso, o fim da LSN não é só uma exigência da Nação, como passa a ser um compromisso de todo cidadão brasileiro consciente, no sentido de organizar a luta pela sua extinção completa – e não a reformulação como querem alguns” (BOLETIM SEM TERRA, nº 30, encarte especial).

Outra novidade da edição é a publicação de um calendário das “principais atividades e lutas dos trabalhadores rurais do Brasil”. No calendário, está uma agenda até dezembro de 83, para quando estava previsto o 2º Encontro Nacional dos sem-terra. Enquanto isso foi eleita a primeira comissão regional provisória, composta de duas pessoas de cada estado. Dois agricultores, um do RS e outro do PR, representam a regional Sul na Comissão Nacional provisória.

A edição de abril/maio já vem com oito páginas, com matéria na capa de fora da região Sul (“Violência na Transamazônica: Polícia joga bombas e prende o bispo do Xingu). O editorial - “Entre a promessa e a mentira” - critica a campanha do INCRA e do Ministério da Terra, que tentam convencer que o Brasil está realizando uma das maiores reformas agrárias do mundo. Critica ainda setores da Igreja que deram apoio a esta tática, assim como a “grande imprensa”.

Nas páginas 4 e 5, há a reprodução do documento “O Brasil e a questão agrária”,

entregue pelo vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Mario Garnero, ao papa. Ele apresenta, em nome da classe empresarial, algumas sugestões para resolver o problema agrário. O texto do boletim critica a exclusão dos trabalhadores rurais e suas entidades do entendimento de interlocutores, que seriam, na visão do empresário, a Igreja e o Estado. A proposta apresentada é a realização de uma reforma agrária nos marcos do Estatuto da Terra. “Ou seja, 'lenta, gradual e segura' que teria como resultado a formação de uma classe (média) rural estável e próspera” (BOLETIM SEM TERRA, nº 31, pgs. 4-5).

Na página 6, o título é “Ministério da terra e sua nova tática”, em que se faz uma retrospectiva dos passos do governo para se aproximar da Igreja. Garnero, identificado como “conhecido homem das multinacionais”, teria a missão de manter contato com bispos de várias regiões do país para discutir o problema agrário brasileiro. A matéria critica ainda a nomeação do General Danilo Venturini, que também é secretário do Conselho de Segurança Nacional.

Há também a notícia do lançamento da Campanha Nacional em Favor da Reforma Agrária, com a presença de representantes de governadores do RJ, SP, PR, onde ganharam candidatos de oposição. Quem vai coordenar a secretaria da campanha, no Ibase do Rio de Janeiro, é o sociólogo Hebert de Souza, o Betinho.

O editorial da edição 32 - “Diálogo não é tudo” - faz uma avaliação da atuação dos governadores, seis meses após a eleição direta. Conclui-se que houve aumento o diálogo – o mínimo – mas há pouca ação. Matéria de duas páginas, com o título “Lavradores frustrados”, faz uma análise do desempenho dos novos governadores do RS, SC, PR, SP e MS e mostra iniciativas muito tímidas quanto aos problemas de terras.

Há uma matéria sobre comemoração do “Dia da vitória”, 31 de agosto, quando Curió deixou a Encruzilhada Natalino. Um box no fim do jornal anuncia que, depois três anos, a solução para o acampamento pode se dar em 24 horas. Trecho da matéria sobre Ronda Alta ilustra a politização que ocorreu com a luta no município:

Depois de relembrar todos esses detalhes, a celebração deste ano em Ronda Alta passou a tratar da situação geral dos trabalhadores brasileiros. O avanço da organização dos trabalhadores do campo e da cidade, na luta por seus direitos, contra a situação de injustiça e opressão, foi o fato mais significativo lembrado por todos os presentes. Um grande exemplo comentado em Ronda Alta foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que ganha cada vez mais força em todas as regiões do país (BOLETIM SEM TERRA, nº32, p. 5).

Em ato na Assembleia Legislativa Gaúcha, lavradores dos cinco estados do sul lançaram cartaz do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul. Na ocasião,

Plínio Kirsch fez o seguinte discurso, em nome dos sem-terra:

Companheiros, os problemas que atingem o trabalhador são muitos e todo mundo conhece. Nós agricultores sem terra trabalhamos de sol a sol produzindo alimentos e no final da safra temos que deixar 30, 40, e até 70 por cento de nossa produção para o patrão, que é o dono das terras. Só porque ele tem um papel que nós não temos, que se chama 'escritura'.

A maioria de nossos companheiros moram em galpões, casinha de tapera e até mesmo nas estrebarias das fazendas. Mas muitos nem isso tem, e ficam debaixo de barracos, acampados à beira das estradas e fazendas, sem ter muitas vezes o que comer

[..]

Sabemos que nosso problema e de todos os trabalhadores rurais só será resolvido com uma reforma agrária radical e maciva, distribuindo terra para todos os trabalhadores deste país. Mas se a gente não se organizar e ficar esperando pelos outros essa reforma agrária não vai sair do papel.

E nós resolvemos começar a tirá-la do papel. Chega de conversa bonita e promessas.

Queremos terra e justiça (BOLETIM SEM TERRA, nº 32, p. 10).

A edição 33, de novembro de 1983, vem com uma tarja sobre o nome: “edição histórica”. Sóbria e bonita, a capa traz uma foto da cruz carregada pelos colonos da Encruzilhada e a chamada: “A porteira se abre!!!”. Outra chamada é sobre uma entrevista exclusiva realizada com o coronel Curió.

Desde o editorial - “A vitória de muitos” - o tema principal da edição é a conquista das famílias acampadas em Ronda Alta do assentamento no próprio Rio Grande do Sul, como reivindicaram por três anos. O Estado adquiriu quatro áreas, que serão pagas em 15 anos, com três de carência. Todas são na região requisitada, e vão atender as 200 famílias que resistiram no período.

Para comemorar a conquista, o boletim entrevistou Antonio Campigotto, “considerado um dos líderes forte do Movimento dos Sem Terra”, e padre Arnildo Fritzen. Reproduz ainda depoimentos da Fetag, da repórter do Zero Hora, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), da Igreja Luterana, de parlamentares.

Figura 5 Capa da edição 33, de novembro de 1983, que comemora a vitória de Ronda Alta

Esses relatos dão a dimensão nacional que adquiriu a luta da Encruzilhada, conforme demonstra esse trecho da carta da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), delegacia do RS:

A luta vitoriosa dos acampados de Ronda Alta ensina que as formas de conquista da terra ou de resistência ao avanço do grande capital no campo devem nascer da própria mobilização e organização dos interessados. Mostra também que a atuação

não pode se limitar à atual estrutura sindical. O acampamento foi uma arma eficaz frente à política de concentração da terra (BOLETIM SEM TERRA, nº 33, p. 11).

A crítica à atuação sindical aparece logo no título do box dedicado ao tema: “Fetag se explica”. O presidente da entidade elogia a decisão do governador e justifica que a Federação sempre apoiou o movimento “na medida do possível”. A entidade foi criticada após ter acompanhado o coronel Curió em uma visita a um projeto de colonização na Bahia. Ezidio Pinheiro defende ainda que o Estatuto da Terra seja aplicado em todo país.

Em curto depoimento de Julieta Balestro, no qual afirma que os operários sempre defenderam os acampados, é noticiada a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na entrevista com padre Arnildo - “Fui apenas uma escora da cruz de Natalino” - é feita uma distinção entre a Igreja Povo de Deus e a outra Igreja (sem explicar qual seria) e ressaltada a “atuação espetacular” dos pobres, do povo de Deus, na Encruzilhada.

Já Dom Claudio Colling, bispo de Passo Fundo na época do acampamento, não quis dar seu depoimento, indicando o bispo auxiliar de Porto Alegre para falar em seu lugar. Este, por sua vez, faz uma defesa da Igreja atuante ao lado dos “mais necessitados”.

A Igreja Luterana também tem seu espaço, e o pastor Anildo Wilbert afirma que nem toda a Igreja apoiava os sem-terra. Ainda assim, eles enviaram remédios, fizeram coleta de dinheiro e outras formas de solidariedade. O pastor lembra ainda que o problema não acabou e cita os afogados de Passo Real e da barragem do rio Uruguai.

A repórter Ivone Cassol, do jornal Zero Hora, volta a ter um texto no boletim e começa com um questionamento:

Qual teria sido o destino das famílias que se postaram na beira da estrada, formando o acampamento da Encruzilhada Natalino, se os meios de comunicação não as tivessem descoberto e divulgado o movimento? Certamente, teriam desaparecido da mesma forma que surgiram. (BOLETIM SEM TERRA, nº 33, p. 13).

Apesar dessa relevância dada ao trabalho jornalístico, a repórter coloca que a criação do acampamento foi fruto do esforço e até desespero dos agricultores, e que os jornalistas “compreenderam a importância e a perspectiva histórica da trajetória iniciada por Natalino”.

A entrevista com o coronel Curió ocupa duas páginas do jornal e tem o título: “Curió expulsava. Agora é expulso”. Na apresentação, a ressalva: “no início da conversa com Curió, alertamos que a entrevista seria publicada no SEM TERRA, jornal de seus inimigos” (BOLETIM SEM TERRA, nº 33, p. 13).

O militar defende os garimpeiros de Serra Pelada (PA) e afirma que fez um bom trabalho na Encruzilhada, sem usar a força.

Portanto, acho que não fui um derrotado. Eu fui um homem que jogou uma ducha de água fria num braseiro muito forte e a coisa está solucionada hoje. Porque naquele momento, se fosse empregar a força, teria tido consequência muito séria. Não é o que eu costumo fazer. Portanto, foi uma experiência muito válida (BOLETIM SEM TERRA, nº33,p. 14).

A edição tem ainda matéria sobre os colonos e os 'afogados' de Passo Fundo e quatro páginas sobre o fracasso de projetos de colonização no Acre. Há notícias de ocupações de terras ociosas no Paraná e em São Paulo.

Em box, informa ainda que os sem-terra da região Sul se reuniram em preparação para o encontro nacional: “O encontro deve marcar uma unificação maior do movimento a nível nacional e servir, ainda, para a troca de experiência entre os Sem-Terra. Devem participar mais de 100 lavradores, além de entidades sindicais e religiosas” (BOLETIM SEM TERRA, nº33,p. 15).

Em fevereiro de 84 circula a edição 34, com 12 páginas e capa em formato cartaz - uma grande foto, de miséria em acampamento na beira da estrada, em Cascavel (PR), onde uma criança dorme em um carro-de-mão. Há ainda três chamadas, e a manchete é “Tirem as mãos de Santarém”. Apesar de já ter sido realizado o encontro nacional, um box indica que a próxima edição conterà uma cobertura completa.

Sobe o tom da crítica contra a Fetag-RS, que se propôs a “coordenar as lutas dos Sem Terra”: “O que a FETAG esquece é que o Movimento dos Sem Terra existe e possui vida própria. Foi organizado na luta pela terra e não necessita ser absorvido pela FETAG ou pelos sindicatos, conforme quer a proposta aprovada” (BOLETIM SEM TERRA, nº 34, p. 3).

Há duas páginas com artigo assinado por Celso Luiz F. Geiger, advogado da CPT, sobre o ABC da Terra. Outro tema que será sempre pautado a partir daí – a violência no campo – aparece sob chamada forte - “Massacre! A terra regada a sangue” - em que a reportagem do “Sem Terra” cruzou dados da CPT, da Contag e de notícias de jornal para chegar ao dado que mais de 100 lavradores foram vítimas de violência em 1983.

Há notícias sobre a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, lançada em 1983 em 10 estados – e da concentração da terra, a partir do gancho dos 19 anos do Estatuto da Terra. Outro tema recorrente no final dessa fase – a denúncia dos projetos de colonização – merece matéria na página 12, com o título: “Ficar aqui ou virar peão barato de multinacional”.

O último boletim desta fase, de abril de 84, traz três fotos na capa e a manchete: “Diretas e Reforma Agrária Já”. O editorial - “O Brasil traído” - traz uma relação de todos os parlamentares que votaram contra a emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para presidente.

A matéria “Cresce organização na base” explica a forma prioritária de articulação do movimento no período: realização de assembleias municipais. Outra notícia positiva é a libertação do jornalista Juvencio Mazzarollo, que havia sido preso pela LSN por denunciar abusos durante a construção de Itaipu.

A primeira matéria assinada no boletim é de Mário Luis Milano, e trata sobre o trabalho dos boias-frias no Paraná. Outro texto assinado, por Liliana Lavoratti, fala sobre o exemplo da fazenda Anoni, também no PR, e destaca a produção da fazenda nas mãos dos agricultores. São Paulo aparece em matéria sobre o Pontal do Paranapanema, com a desapropriação de 15 mil hectares, depois de cinco anos de lutas. No Mato Grosso do Sul – com referência ao “Movimento dos Sem Terra daquele estado” - há uma ocupação de terras e os trabalhadores são cercados. Ocupação também no Rio de Janeiro, essa com parceria entre lavradores e operários desempregados.

Além do anúncio do jornal Mundo Jovem, aparece também o desenho de duas camisetas à venda, com motivos da cruz de Ronda Alta e outro do MS.

Das páginas 10 a 14, o grande destaque é a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (ainda não aparece a sigla MST). “Conquistar a terra e uma nova sociedade” é o título do texto que informa que representantes de 12 estados se reuniram no Paraná, em janeiro, e tiraram quatro objetivos gerais - “Reforma Agrária, uma sociedade justa e fraterna; integração da categoria de sem terra (trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários) e terra para quem nela trabalha precisa pra viver” - e oito objetivos práticos, que incluem envolver os sindicatos na luta e estar solidários com a luta dos índios.

A ocupação de terras é tida como a grande ferramenta da luta: “o avanço obtido até agora fica claro nas palavras de um participante: 'em outros encontros se falava em invasão de terra e hoje se fala em ocupação de terra'” (BOLETIM SEM TERRA, n°35,p. 9).

Há ainda uma entrevista com cinco lideranças da regional Sul, que falam das dificuldades e perspectivas do movimento. Darci Maschio, pelo Rio Grande do Sul, declara que “em nossa região, o Movimento Sindical é mais inimigo do que amigo”. Adelmo Escher, do Paraná, em outra página de entrevistas com outros líderes da regional Sul, aponta que “O Movimento Sem Terra não quer tomar os sindicatos. Mas o apoio dos sindicatos nos dá muito mais força. E temos sentido falta desse apoio. Por isso, nas nossas discussões sempre entra a questão sindical. Queremos conquistar os sindicatos para nosso lado” (BOLETIM SEM TERRA, n°35, p. 10-11).

Em relação à Reforma Agrária, fica mais nítido o discurso de que não basta a terra,

mas é preciso ter condições de produzir e comercializar. Ela aparece como pauta de uma luta mais ampla, que inclui mudanças no ensino. A CUT também é citada como um caminho para o enfrentamento mais geral, assim como o recém-fundado Partido dos Trabalhadores.

3.4.1 Observações sobre a terceira fase do Boletim Sem Terra

Esta fase marca o amadurecimento tanto da publicação como do Movimento Sem Terra da Regional Sul. Começa na edição 29, de fevereiro de 1983, e vai até a 35, de abril de 1984. São apenas sete números, mas refletem o salto organizativo e de discurso dos agricultores. A reforma agrária passa a ser pautada de forma mais complexa e mostra sua abrangência nacional, como o lançamento da Campanha Nacional em Favor da Reforma Agrária.

As críticas aos governadores eleitos também é aprofundada, assim como a política do INCRA e do Ministério da Terra. Várias matérias buscam desmentir a propaganda oficial de que o Brasil estaria realizando uma das “maiores reformas agrárias do mundo”.

Os embates com o sindicalismo “pelego” ficam mais abertos e é demarcada a distância entre a Fetag-RS e o Movimento Sem Terra. Nesse período, são noticiadas articulações regionais e estaduais – Movimento dos Sem Terra de Mato Grosso do Sul, por exemplo – e indicadas formas de organização prioritárias, como as comissões municipais de sem-terra. Ao mesmo tempo, incentiva-se a sindicalização e a necessidade de “conquistar os sindicatos para nosso lado” (BOLETIM SEM TERRA 35,p. 11).

Há também nesta fase matérias mais profundas sobre os projetos de colonização e críticas veementes à violência no campo. A vitória da Encruzilhada Natalino – com a garantia de assentamento no RS – merece edição especial, que demonstra a concepção de que aquela experiência se insere em um contexto mais amplo de disputa pela terra.

A preocupação com a conjuntura nacional também é perceptível nesta fase, com o exemplo da campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional. Outro exemplo da preocupação para além da regional Sul é a publicação, em todas as edições, de um calendário das “principais atividades e lutas dos trabalhadores rurais do Brasil” (BOLETIM SEM TERRA, n°30, p. 2).

Esta fase se encerra com a cobertura do Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em janeiro de 1984, e com o anúncio de que o boletim se transformaria no Jornal dos

Trabalhadores Sem Terra.

3.5 Jornal Sem Terra: quarta fase (julho de 84 a março/maio de 85)

Circula em julho de 84 a primeira edição do Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, de número 36. Com capa colorida, duas fotos grandes com chamadas e box com foto, o jornal ainda é feito em Porto Alegre. A partir desta edição, a página 2 é reservada ao editorial, charge no alto da página sobre temas da conjuntura, expediente e algum texto, geralmente de opinião.

O editorial – de título “Maturidade política” - fala sobre a concentração da terra, com exemplos dos estados do sul, da pobreza no campo (com dados do Censo), da demora na garantia de direitos (cita o atraso para a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural), mas comete uma grande injustiça histórica: “É verdade que o trabalhador rural brasileiro não tem grande tradição de luta. Salvo raras exceções, faltam organismos e movimentos sindicais fortes, para resistir aos períodos mais fortes do autoritarismo político e da exploração econômica” (JORNAL SEM TERRA, nº 36, p. 2).

Continua explicando que é nesse contexto que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É a primeira vez que o nome do movimento aparece completo e por extenso. A sigla MST não é ainda usada para identificar a organização, e só passa a sê-lo em 1985.

Cabe à Comissão dos Sem Terra da Regional Sul esclarecer que o “Movimento é uma organização própria dos lavradores que conta com apoio dos sindicatos, das Igrejas, e da própria Sociedade”. Essa mesma preocupação aparece em matéria sobre encontro de sem-terra da regional sul, onde se destaca que “o movimento deve firmar-se na opinião pública como uma organização própria, autônoma, que tem o apoio da Igreja, do sindicalismo e amplos setores da sociedade, mas que é controlado, e dirigido por nós, trabalhadores sem terra” (JORNAL SEM TERRA, nº36, p. 16).

As notícias da edição refletem a luta pela terra em diversos estados do país. Apesar de já ser um movimento, há referências a outras organizações que fazem parte do próprio MST, como o Mastro (PR) e o Masten, no mesmo estado. Já em matéria sobre Santa Catarina há referência ao “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina”.

Além de textos de mais fôlego – como a entrevista com Dom José Gomes e reportagem sobre Ivinhema (destaque da capa) – há também um artigo assinado por Frei Sérgio Görden, de título “Reforma Agrária é nosso objetivo”, em que há a primeira referência

às Ligas Camponesas no Nordeste, ao contexto pré-golpe de Estado e uma análise do Estatuto da Terra, que muito se assemelha à leitura de Martins (1981),.

Na verdade, o Estatuto da Terra só foi aplicado aos pontos em que favoreceu as grandes empresas, e os artigos que obrigam o poder público a desapropriar latifúndios para distribuir aos sem terra só saem do papel em caso de graves conflitos entre agricultores e fazendeiros, quando o governo é obrigado a desapropriar para evitar consequências mais graves (JORNAL SEM TERRA, nº 36, p. 11).

O texto ainda defende que a Reforma Agrária não é apenas a distribuição de terras, mas inclui uma nova política agrícola e melhoria das condições de vida no campo. Em reprodução de panfleto sobre o dia 25 de julho – dia do Trabalhador Rural – há um chamando à participação na luta política, em que a reforma agrária é uma das pautas. O título do cartaz é “Caminhar juntos para conquistar terra e justiça”.

Na página 15, o texto “Sindicatos - Uma ferramenta para exigir nossos direitos”, em linguagem simples e didática, explica o que é o sindicato e o que é a CUT, com a conclusão de que essas ferramentas “têm que estar nas mãos de nós trabalhadores”. Um box explica ainda como a novo plano da Previdência “piora a situação” (Idem)..

O tema constante dessa nova fase – a colonização – merece matéria na página 16, com o título “Projetos fracassam. Mas o INCRA insiste”. Há ainda um box sobre o crescimento do Movimento, sem deixar claro que é no Rio Grande do Sul, como se depreende na leitura. “Este é um movimento que visa *organizar* os trabalhadores sem terra para a luta pela terra. E essa luta consiste basicamente em pressionar e exigir do governo aquilo que é um direito de todos garantido por lei: um pedaço de terra” (JORNAL SEM TERRA, nº 36: 16).

A edição de agosto de 84 traz uma advertência ao INCRA na capa: “Não brinquem com nosso problema”. O editorial reproduz o manifesto nacional entregue ao instituto, chamando-o jocosamente de “Instituto Nacional Contra a Reforma Agrária”.

Pela primeira vez, aparece a seção de cartas, e a primeira é de José Dirceu, secretário do PT, que cumprimenta o novo formato do jornal. Há notícias de SP, GO, SC, PR, MS, RJ, RS e PA. Na seção notas, há a primeira denúncia de envenenamento por agrotóxicos.

Um dos artigos da edição é de José Vicente Tavares, “Quem ganha com a colonização”, e outro de Frei Arthur Agostini, “Os donos da terra no Brasil”, com dados do projeto de colonização no Brasil de 1930 a 1981.

A edição 38, de setembro, traz um documento especial sobre os pistoleiros no Pará e reportagem especial sobre a luta em Santo Augusto, no RS.

Um artigo na página 2, assinado pela Comissão Regional Sul do Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra, merece ser destacado - “Movimento dos Sem Terra não faz paralelismo sindical”. É uma resposta às críticas de “sindicalistas pelegos ou do Partido Comunista Brasileiro, que acham que todo movimento só é válido se as diretorias de sindicatos estiverem na cabeça” (JORNAL SEM TERRA, nº38, p. 2). A orientação do texto é que todo sem-terra se associe ao sindicato de sua região. “O nosso Movimento dos Sem Terra é um movimento de trabalhadores dentro do movimento sindical, organizado pelos próprios sem terra para, através da luta sindical, conquistar um pedaço de terra”, defende (idem: 2).

Outra matéria - “CUT deve atuar mais no campo” - também trata do sindicalismo. Traz as notícias do congresso da entidade, que pautou a campanha das Diretas-Já, greve geral e o não pagamento da dívida externa. Colocou a necessidade de “Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores e apuração dos assassinatos de líderes sindicais no campo” (JORNAL SEM TERRA, nº38:,p.15). O vice-presidente presidente da central, informa um box, “é um rural”.

Um tema que ganha mais relevância é a participação das mulheres. É entrevistada Divina Francisca de Oliveira que defende que “A participação da mulher dá mais força. Tira o medo”.

Em outubro circula a edição 39, com a primeira chamada de capa de um tema internacional: a Reforma Agrária da Nicarágua.

Na página 2, de novo aparece uma “Opinião da comissão”, desta vez precedida da explicação de que aquele espaço estava reservado para a Comissão Regional Sul manifestar sua opinião sobre “alguns assuntos polêmicos que envolver o Movimento dos Sem Terra” (JORNAL SEM TERRA, nº39, p. 2). Desta vez, o título é “A Igreja apóia, mas não decide pelo Movimento”. É feita uma distinção entre a fé religiosa - “que a maioria de nós brasileiros temos” - e a Igreja instituição.

No jornal, há críticas aos candidatos à presidência, que ainda não se manifestaram sobre a questão fundiária. Tancredo Neves, o candidato de oposição, é acusado de estar “em cima do muro” e ter como vice um homem identificado como “um dos maiores latifundiários e grileiro de terras no Maranhão”, José Sarney (JORNAL SEM TERRA, nº39, p. 11).

Ainda nessa edição, há uma nota sobre a realização do I Congresso Nacional dos Sem Terra, previsto para janeiro de 85. O evento será coordenado pela Regional Sul dos Sem Terra e tem como um dos objetivos “a unificação do movimento a nível nacional” .

Em novembro temos a edição número 40, que traz como chamada principal os 20 anos do Estatuto da Terra – a matéria e o editorial reforçam que a lei até agora não serviu aos trabalhadores, e um selo-denúncia da violência no campo. Na página 2, não há mais notas

explicativas sobre a posição do movimento sobre temas polêmicos, mas um texto dos bispos do Brasil que indica que a “causa da miséria é o modelo econômico”.

Um artigo de Octavio Ianni relembra a história das lutas camponesas, e há ainda uma entrevista de duas páginas com o sindicalista Avelino Gazner, sob o título “Sindicalista autêntico que defende posseiro é tratado como criminoso”.

A edição 41 se refere aos meses de dezembro de 84 e janeiro de 85, e traz na capa a reprodução do cartaz do Congresso nacional dos sem-terra. Nesse jornal, é publicada a primeira de uma série de reportagens sobre os assentamentos, com um relato de visita a oito áreas do Rio Grande do Sul. A ênfase dessas matérias é que não basta apenas a terra, como demonstra este trecho: “Assim como qualquer pequeno agricultor, o antigo sem terra sofre na carne os efeitos negativos da política agrícola, que só beneficia os grandes” (JORNAL SEM TERRA, nº 41, p. 8).

Como preparação para o congresso, o jornal reuniu lideranças de Rondônia, Minas Gerais e Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso, para falar sobre o evento. A grande conclusão é que a reunião servirá para “integrar e unificar a luta pela terra” no país. Todos os estados confirmaram presença, inclusive delegações internacionais, e a Central Única dos Trabalhadores vai organizar manifestações de apoio.

O entrevistado da vez é o sindicalista Luiz Inácio, o Lula, que fala que “a luta pela Reforma Agrária interessa a toda sociedade” e que o Estatuto da Terra é uma lei “contra os trabalhadores”.

É reproduzido o discurso de Madre Cristina, em que ela afirma que a “luta de classes não é uma categoria marxista. É fruto exclusivo de uma exploradora classe dominante que, tudo tendo, mata ainda para poder ter mais” (JORNAL SEM TERRA, nº 41, p.16).

Figura 6 Capa da edição 41 do Jornal Sem Terra, de dez. 84 e jan. de 85, que anuncia o I Congresso do MST

Em fevereiro, a capa traz uma foto do congresso e a manchete: “Sem terra, não há democracia”. Participaram 1.500 lavradores, cinco delegações internacionais, e a grande ausência sentida foi do candidato Tancredo Neves. O editorial já se refere ao Movimento como organização consolidada. Nesta edição, pela primeira vez, o jornal deixa de ser da Regional Sul e é identificado como uma publicação mensal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A Executiva Nacional do Movimento assina texto de opinião, em que defende que os “objetivos foram alcançados”. É retomada a ideia das Ligas Camponesas de reforma agrária “na lei ou na marra” (o termo também aparece na fala de Formiga, um sem-terra, na abertura

do congresso) e feito um apelo para a necessidade de conquistar os sindicatos, “para transformá-los em ferramentas de luta”. “O Movimento saiu consciente de Curitiba que não quer fazer paralelismo sindical. Paralelismo sindical é o peleguismo, que anda paralelo aos interesses dos trabalhadores, seja do campo ou da cidade” (JORNAL SEM TERRA, nº 42, p. 2).

A cobertura – que aumentou o jornal para 20 páginas – conta com detalhes bem humorados, notas sobre jogos de futebol, detalhes da comissão de segurança e outras curiosidades. Há espaço sobre a organização das mulheres (cinco são entrevistadas), sobre a luta nas regiões, crítica à falta de assistência técnica nos assentamentos, e sobre a eleição da coordenação nacional. A nova Direção Nacional tem representantes dos estados que “oficialmente fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”: RS, SC, PR, SP, MS, RJ, ES, MG, BA, RO⁴².

Em abertura a uma reportagem fotográfica, um texto resume a importância do momento:

O 1º Congresso, no Paraná, é dessas coisas que marcam, entram pra história. Para a nossa história! É o palco do nosso despertar coletivo. A primeira vez, vindos de todos os cantos do país, trocamos ideias de nossas lutas, em grandes plenárias, em reuniões de grupos, em salas ou sob as árvores, e traçamos os planos de nossa caminhada, daqui pra frente (JORNAL SEM TERRA, nº 42: 9).

É apresentado ainda o documento “Assassinatos no campo – Crimes e Impunidades”, feita homenagem aos lutadores, matéria sobre a vontade dos índios pela união e sobre as manifestações culturais. No documento final, em matéria onde alguns trechos são apresentados, uma das exigências é a extinção do Estatuto da Terra.

O próximo jornal, de número 43, é referente aos meses de março/maio de 1985. Ele é o escolhido como o último dessa fase – e de nossa análise – porque é o primeiro a ser feito em São Paulo, para onde foi transferida a secretaria do Movimento, e onde está até hoje.

Na capa, há uma chamada ousada sobre a violência no campo: “Quem manda matar também pode morrer”. O tema central da edição é a nova situação do governo federal. O editorial “Novos ares em Brasília” avalia a reunião com o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) e com o novo presidente do INCRA, José Gomes da Silva, como “cordial, e até certo ponto informal”. Há ainda matéria de duas páginas, em que os sem-terra declaram que saíram satisfeitos e com uma nova responsabilidade: saber negociar com as

⁴² Foi essa lista divulgada pelo JST número 42 que serviu de inspiração ao jornalista Eduardo Scolese, que escreveu “Os pioneiros do MST”, sobre a história dessas 20 pessoas. O livro foi publicado pela editora Record, em 2008.

autoridades.

Além das matérias sobre ocupações, de violência e relação com os índios, há anúncio do congresso da Contag e levantamento de terras em São Paulo entregue ao governo.

3.5.1 Observações sobre a quarta fase: Jornal Sem Terra

Esta fase, que compreende oito edições do Jornal Sem Terra, marca a consolidação do projeto editorial da publicação. Consideramos a edição 43 como a última, esta fase por noticiar a transferência da redação do Jornal de Porto Alegre – assim como da secretaria nacional do MST – para São Paulo, o que demonstra a consolidação do MST como movimento de âmbito nacional, não mais referenciado no Rio Grande do Sul.

Os jornais desta fase possuem identidade visual e de editorias, com editorial e charge na página 2. A reforma agrária passa a ser pautada de forma mais ampla, não apenas como distribuição de terras, mas como uma necessária mudança política que garanta melhorias das condições de vida no campo. Exemplo disso é a série de matérias sobre a situação dos assentamentos, que sinalizam a importância dada agora à política agrícola. O Estatuto da Terra não é mais reconhecido como a legislação que pode servir aos trabalhadores, e os trabalhadores chegam a pedir sua extinção.

Ainda há uma transição entre uma organização baseada no sul do país – alguns textos de opinião são assinados pela “Comissão Sul” -, em um contexto de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Apenas em fevereiro de 1985, após a realização do I Congresso dos sem-terra, o expediente passa a constar que a publicação é do Movimento Sem Terra, não mais dos cinco estados da região sul. É a partir daí que alguns textos de opinião passam a ser assinados pela Executiva Nacional.

Sinaliza-se também a intenção de se firmar como organização autônoma – tanto da Igreja como dos sindicatos. Ao mesmo tempo, o jornal segue incentivando a sindicalização da base e aposta na CUT e do PT como ferramentas de integração da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO BOLETIM E DA CONSTRUÇÃO DO JORNAL

Neste capítulo, vamos discutir três elementos a partir da descrição feita no capítulo 3. O primeiro, mais detalhado, trata das práticas do Boletim: formas de fazer, linguagem, públicos. Como a divisão em fases foi uma escolha também técnica, vamos seguir essa metodologia no primeiro tópico, exemplificando como cada fase correspondeu a um momento da produção.

Além do conteúdo do Boletim e do Jornal, as entrevistas de campo realizadas são usadas como base para as análises. Foram realizadas seis entrevistas de campo, semiestruturadas, com representantes de todas as esferas de envolvimento com a publicação: três acampados (uma na Encruzilhada Natalino, dois no Mato Grosso), o jornalista responsável desde o primeiro boletim até o Jornal 43), dois dirigentes políticos da secretaria nacional do MST (um deles presente no início do boletim e outro que entrou em contato com o movimento a partir do trabalho da CPT).

Outra análise feita no capítulo é o papel do Boletim na formação do movimento, a partir das articulações regionais e por fim pela construção nacional. Discutimos também a forma como a publicação tratou e ajudou a construir uma identidade para a base social, reunida sob o nome Sem Terra. Fazemos também uma discussão do papel do Boletim para divulgar a luta do movimento para outras regiões do país e a central intermediação da Igreja nesse processo.

4.1. Práticas do Sem Terra (formato, linguagem, públicos)

4.1.1 Boletim mimeografado: publicação como assessoria de imprensa

Na primeira fase do boletim, que compreende 19 edições regulares e duas edições especiais, em quase um ano (15 de maio de 1981 a 2 de abril de 1982), quem assina é a Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, representada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul e, a partir do número 5, pela Pastoral Universitária.

Importante ressaltar que é o período de efervescência da comunicação popular, conforme apresentando por Regina Festa (1988), no primeiro capítulo. O boletim se inclui ainda no contexto de publicações ligadas a organizações, como descreve a autora: “[...] de 70 a 78 marca a existência de processos de comunicação popular atrelada, efetivamente, à

educação e à cultura popular, através de organizações políticas que instrumentalizaram adequadamente a comunicação” (FESTA, 1988. p. 21).

Em todo esse período, o boletim é mimeografado, grampeado, com conteúdo central disposto em forma de texto corrido (em uma edição apenas o texto aparece em duas colunas; na edição especial da Romaria o formato é de cartilha), sem fotos (apenas com algumas exceções na capa).

João Pedro Stedile, um dos principais dirigentes do MST, relata em entrevista à autora, que a intenção do boletim naquele período era divulgar a luta para as entidades que apoiavam, e havia grandes dificuldades materiais para fazê-lo:

No início era pra ser apenas um boletim do acampamento, distribuído nas entidades, o que já não era fácil. Porque tinha que rodar em mimeógrafo e botar no correio, não era para panfletar. Claro que se aproveitava as reuniões e distribuía, mas eu lembro que os primeiros números eram distribuídos para sindicatos, entidades, na base do correio. Então dava muito trabalho, tinha que dobrar, grampear, selar, datilografar os endereços. Não tinha fita adesiva, etiqueta, computador. Tudo era manual. Foi assim que surgiu que o Sem Terra (STEDILE, entrevista à autora, 2012).

Os textos, salvo raras exceções, não são assinados. A linguagem é sóbria e direta, no discurso jornalístico. Quando são apresentadas cartas ou outras manifestações dos colonos, há sempre o título identificando e assinatura. Nesses casos, a linguagem é informal e não segue as normas da língua escrita. As reproduções de cartas dos colonos demonstram que os responsáveis pela redação do boletim não editavam esses textos – ou ao menos mantinham alguns de seus traços peculiares de expressão – o que diferencia a linguagem do restante do informativo. Quando há citações de falas de acampados, não há referência a ninguém em especial, mas há o recurso das aspas como forma de sinalizar a voz de alguém que não o autor do texto.

Podemos observar que a publicação de cartas dos colonos cumpre um papel de uma assessoria de imprensa dos acampados. Da forma como o próprio jornal se apresenta, o público-alvo é a população externa ao acampamento, os apoiadores e formadores de opinião.

O jornalista que acompanhou todo esse período, Vladimir Araújo⁴³, relata em entrevista à autora, que nesta fase o boletim funcionava como um “sistema divulgação das lutas dos trabalhadores da Encruzilhada para a imprensa”:

Nós fazíamos uma espécie de ponte para a imprensa. O que acontecia: eles mandavam as informações pra nós, notas, bilhetes, uma série de coisas. Aqui, na sede do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que era onde funcionava a

⁴³ O nome do jornalista nos boletins e no Jornal Sem Terra aparece como Fladimir Araújo. No entanto, a entrevista foi realizada após a correção do nome para Vladimir.

central dessas entidades que apoiavam. [...] Aí chegavam essas coisas, essas informações, a gente redigia, preparava um boletimzinho, fazia em mimeógrafo, né? E aí toda, não sei quantas vezes mais, toda semana fazia uma coletiva de imprensa e o pessoal entregava aquelas informações, aquele material para a imprensa, e já aproveitava e acrescentava coisas, porque era muito dinâmico na época, né? A cada dia tinha uma enormidade de fatos, a própria imprensa não conseguia acompanhar. Alguns tinham jornalistas lá permanentes. Aí o jornalista ia lá, ficava um período, mas não podia ficar o tempo todo. E o movimento iniciou e não parou mais. Então eles retornavam pra base aqui em Porto Alegre, mas precisavam manter esse contato direto. E aí o contato era nós, essa frente de apoio e em particular alguns jornalistas, eu e outros, com a equipe do movimento de direitos humanos que produzíamos isso (ARAÚJO, entrevista à autora, 2012)..

Há algumas críticas difusas a “setores da imprensa” (edição 14), por não pautarem as causas geradoras da concentração da propriedade e do êxodo rural, o que retoma críticas feitas à imprensa hegemônica no capítulo 1, em especial sobre a descontextualização da cobertura.

Mesmo assim, percebe-se que até este momento a cobertura dos jornais sobre o tema não era tão negativa, como pode se constatar pela reprodução de matérias do jornal Zero Hora⁴⁴. A publicação gaúcha chegou a receber o prêmio “Esso” por reportagens sobre a Encruzilhada, e a repórter Ivone Cassol diz em seu discurso de agradecimento que os jornalistas tiveram inclusive o papel de começar a campanha de solidariedade. Essa mesma ideia é repetida em texto da edição 33.

O jornal não é ainda organizado por editorias, mas algumas seções se repetem com certa frequência e pode-se concluir que cumpriam esse papel. São elas: “História de um povo oprimido”, “Campanha de Solidariedade”, “As terras no estado” e “A luta pela terra no país”.

Apesar de esses temas reforçarem o caráter externo da publicação, há indicativos de que ela também cumpria um papel internamente, como demonstra um texto assinado pela irmã Maria Izabel, uma das duas freiras da Congregação Jesus Crucificado, que estavam morando no acampamento. Ela relata: “Á tardinha, todos se reúnem diante da cruz para reza do terço, também o violeiro e o gaiteiro lá estão para animar o canto. Depois da reza do terço a Comissão faz as comunicações das cartas que chegaram das notícias que saíram no jornal, se tem algo a resolver, todos são chamados a dar sua opinião” (BOLETIM SEM TERRA, n°

⁴⁴ A análise de Berger (2003) sobre a construção discursiva do jornal gaúcho, já na década de 1990, sobre o MST, “como uma construção acerca dos movimentos políticos que se opõem ao sistema/governos” (idem: 128), compreende que: “[...] a construção de sentido se fez pela combinação dos sem-terra que invadem, resistem, degolam; o governo que busca soluções e a Justiça que julga. Como todo movimento social, o Movimento Sem Terra é injusto e violento”. (idem: 189). Não é nosso foco aqui a cobertura específica do jornal Zero Hora, mas podemos perceber uma inflexão da cobertura no sentido de criminalizar as ações do Movimento e de seus militantes. Em maio de 2002, o MST do Rio Grande do Sul decidiu por não mais dar entrevista para nenhum veículo da rede RBS, incluindo o Zero Hora, “em protesto contra as recorrentes distorções e mau uso das declarações feitas por representantes do MST, além da cobertura abertamente hostil de suas atividades” (CARTER, 2010, p. 224).

4: 3) Por esse trecho, percebe-se a relevância do boletim também para o público interno da ocupação.

Maria Salete Campigotto, uma das acampadas na época, lembra, em entrevista à autora, que se fazia a leitura do jornal em grupos “pro pessoal estar informado”. Ela também cita as reuniões perto da cruz, e identifica esses encontros como uma forma potente de comunicação, “quase uma rádio”:

[...] porque outro espaço de comunicação que nós tínhamos era interno no acampamento também, né? Tinha umas caixinhas de som, uma corneta. Todos os finais de tarde, era um espaço muito usado a oração. Não sei se éramos tão cristãos assim, ou se também esse espaço a gente aproveitou pra politizar, né? Mas todos os finais de tarde a gente se reunia, fazia a leitura da Bíblia e ao mesmo tempo todas as cartas que vinham de apoio, alguma notícia importante do jornal, o incentivo a ler o jornal, ali outras notícias, era feito nesse momento. As pessoas que vinham dar apoio tinham a palavra nesse momento, no som, pra todo mundo escutar. Era quase uma rádio, né? Mas nós não chamávamos de rádio (CAMPIGOTTO, entrevista à autora, 2012).

Outra característica importante dessa fase do boletim é a importância da comunicação entre os agricultores, potencializada pelo boletim. São publicadas cartas de lavradores do Norte, relatando suas dificuldades e desencorajando os colonos do sul a irem pra lá. Esse tipo de comunicação – direta, mas mediada – contribuía para reforçar a reivindicação central do movimento nesse período: a necessidade de assentar as famílias no próprio Rio Grande do Sul, e não em projetos de colonização em outros estados.

O trecho abaixo, de carta dos acampados, demonstra o entendimento e a importância desse diálogo:

Depois ofereceram pra nós terras na Bahia. Num tal projeto de Serra do Ramalho e no Lago do Sobradinho. O INCRA disse que lá tinha de tudo. Parecia o paraíso. Mas depois que inventaram o correio e as comunicações não dá mais pra sê enrolado, assim no mais. Pois nós fomo tirar explicação dos sindicatos de lá. Eles nos mandaram uma carta, que é uma tristeza. Disseram que tem vaga naqueles projetos porque nem os baianos agüentaram. Que lá não tem assistência nenhuma, que as terras são fraca, e que recentemente só numa agrovila, parece que a 13, morreu mais de 40 crianças. Mas o INCRA pensa que nós somo colono burro, fácil de enganar... (BOLETIM SEM TERRA, agosto de 82: 9).

Por este exemplo, podemos concluir que o Boletim cumpria também o papel de fazer a ponte entre agricultores em diferentes pontos do país.

4.1.2 Boletim em off set: editorias e ampliação das pautas

A segunda fase do boletim, que vai de abril de 82 a fevereiro de 83, compreende as edições 20 a 28, pois, nessas oito edições, o boletim muda seu formato e passa a ser datilografado, rodado em off set, com matérias diagramadas, textos organizados e com identidade visual. Todas as edições têm quatro páginas, em tamanho ofício. Começam também a ser publicadas fotografias, com mais frequência. Algumas seções se tornam fixas – como: “Nova Ronda Alta” e “Solidariedade” – e possuem inclusive um selo identitário. O expediente também passa a vir acompanhando de desenho de um casal de agricultores, com seus instrumentos de trabalho, e uma criança ao fundo.

Esta fase, apesar de curta, é importante, pois é quando o boletim se consolida como publicação, com formato mais jornalístico, editorias fixas e conteúdo mais amplo que a luta de Encruzilhada Natalino. A primeira edição já se dá no novo local para onde foram transferidas as famílias – batizado de Nova Ronda Alta, nome de uma das seções fixas, com notícias da organização local.

Há inclusive a informação de que nesse período os próprios acampados produziam um jornal próprio, chamado “Nova Ronda Alta, Terra Prometida”. Não há registros para consulta desse informativo, mas pode-se depreender que ele era feito com o antigo mimeógrafo que rodava antes o Boletim Sem Terra. Como lembra João Pedro Stedile, nessa fase um boletim estava em uma “etapa superior”, e foi possível fomentar também formas de comunicação mais direta, como esse jornal dos acampados:

Nós mudamos então para Nova Ronda Alta. Aí também a tecnologia avançou, e foi possível fazer com outro tipo de matriz, não precisava ser mais o mimeógrafo, era em off set. Aí compramos um mimeógrafo, que ficava em Ronda Alta. Então o mimeógrafo manual ficava lá em Ronda Alta. Não esqueço inclusive a marca, porque era famosa, Gstleter, uma fábrica alemã. Ficava então na paróquia de Ronda Alta, justamente para fazer os panfletinhos, e mesmo os comunicados internos, das famílias acampadas. Aí o boletim de Porto Alegre já estava numa etapa superior [...] (STEDILE, entrevista à autora, 2012).

Para Vladimir Araújo, esse período compreende a segunda fase da publicação, quando, para ele, ela passou a ser um boletim mesmo, com divulgação de aspectos mais internos da realidade do acampamento: “O boletim passou a ser uma ferramenta de reflexão, de trabalho pra eles lá também. Coisa que no início, o boletinzinho mimeografado não era tanto” (ARAÚJO, entrevista à autora, 2012).

Já no fim dessa fase, pela primeira vez aparece um editorial, com o título: “Boletim Sem Terra será regional”. O texto explica que o boletim foi indicado pelos colonos presentes

em encontro da regional sul como o “órgão de divulgação de suas lutas em cinco estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esta decisão revela a importância do boletim e aumenta a responsabilidade de seus responsáveis na contribuição às lutas populares no meio rural” (BOLETIM SEM TERRA, nº 25: 1).

O 'Sem Terra' nasceu do movimento de Encruzilhada Natalino, no início de 1981, com a finalidade de articular a solidariedade do povo brasileiro àquelas famílias. [...] Além disso, o “Sem Terra”, com pouco mais de 700 exemplares semanais – mais tarde quinzenais –, teve a preocupação de levar aos pontos mais distantes do país informações sobre outras lutas de lavradores, como os 'afogados' de Passo Real, há dez anos aguardam uma solução para seu problema. [...] Consideramos que a boa qualidade não deve ser privilégio das classes dominantes, embora estas tenham mais acesso à informação e às técnicas de comunicação, por isso o desejo de aperfeiçoar (BOLETIM SEM TERRA, nº 25, p. 1).

Apesar de o boletim 26 já ser regional, julgamos que a segunda fase do Boletim Sem Terra vai até a edição 28, pois até então aparece, ao lado da logo Sem Terra a tarja com a referência “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, que só deixa de ser usada a partir da edição 29. Desde a edição 26, já há informação da tiragem: 2.500 exemplares.

4.1.3 Sem Terra: transição do local para o regional

Vladimir Araújo sugere que a fase seguinte já seria a consolidação do boletim como jornal da organização, mas entendemos que há ainda uma fase transitória, a terceira, em que a publicação se assume como órgão de divulgação da luta dos sem-terra dos cinco estados da regional sul – RS, SC, PR, SP e MS. Essa fase compreende sete números – do 29 ao 35 – e vai de fevereiro de 1983 até abril de 1984.

É a fase em que se articulam os encontros regionais e nacionais de sem-terra, e o jornal passa a noticiar seguidamente essa nova construção. Temas de interesse mais geral, nacionais, também começam a ser pautados, como o exemplo da campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional, que ganha selo na capa e encarte especial, na edição 30. Outra editoria que passa a aparecer mensalmente é o “Calendário”, com as datas das principais mobilizações previstas. A partir da edição 31, o jornal vem com oito páginas e, pela primeira vez, há chamada de capa de temas fora da região Sul. Matérias e artigos de estudo de mais fôlego também passam a ser pautados.

A edição de setembro, de número 32, marca mais uma mudança de formato do

periódico, com nova diagramação e maior uso de fotos (três só na capa). Segundo matéria da edição 36, é aqui que o jornal começa a ser feito por foto-composição e tiragem de 3 mil exemplares. Com 12 páginas, uma tarja indica que foram feitas duas tiragens. As matérias começam a ter título e linha fina, e passa a ser utilizado o recurso do olho.

Em matéria de dentro, há a informação de que foi realizado um encontro de avaliação do boletim e, como resultado, há mudanças gráficas a partir desta edição. Outro informe faz saber que o Comitê de Apoio que faz o boletim assumiu definitivamente a secretaria do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul.

Na edição 33, de novembro de 1983, o expediente, pela primeira vez, cita o nome da equipe, e coloca o jornalista responsável – Flademir Araújo – com a indicação de seu registro profissional. No número seguinte, de fevereiro de 84, o expediente continua registrando a publicação como “Informativo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul”, apesar de já ter sido realizado o encontro nacional. Mantém-se, daí em diante, o nome da equipe e do jornalista responsável.

Vladimir relata que nessa fase havia a colaboração de diversos jornalistas, que enviavam matérias para a redação, em Porto Alegre.

Os movimentos começaram a se organizar e sempre tem no local um jornalista, alguém que sabe escrever, que se solidarizou e aí se interessou. À medida que ia crescendo a gente ia se organizando, conforme a necessidade. A gente estava sempre correndo atrás. Nunca deu pra se preparar, antecipadamente, para fazer face às dificuldades que um projeto desses traria. Mas era tudo no ritmo deles, o ritmo deles naquela época era um ritmo absurdo, acelerado. Quando tu via já tinha congresso não sei do quê. O Movimento estava aqui no Rio Grande do Sul e de repente já tinha congresso.. os congressos começaram a acontecer nessa dimensão, de três estados, e nós fomos tentando dar conta disso. Por isso a necessidade de botar gente, de contar muito com essa rede de apoiadores. Porque às vezes não sabiam escrever muito, mas elas tinham as informações, e mandavam as informações e aqui tinha uma redação justamente pra isso, pra organizar. Não estava claro alguma coisa, ligava pra lá, falava com um assessor, com o próprio jornalista, e assim foi indo (ARAÚJO, entrevista à autora, 2012).

Ele considera ainda que neste momento a publicação cumpria um papel maior internamente, pois ele era enviado para os acampamentos.

Esse jornal tinha dois aspectos, de mobilização, de reflexão, pedagógico, voltado para os próprios acampados e trabalhadores do movimento e outro de divulgação, que seria o porta-voz do movimento. Então todo mundo sabia pelo jornal como estava a lua dos sem-terra, o que eles estavam reivindicando naquele momento. Era um jornal porta-voz deles. Tudo que eles pensavam, reivindicavam, conseguiram, estava retratado ali (ARAÚJO, entrevista à autora, 2012).

Apesar dessa aparente mudança no público-alvo, a linguagem do boletim permaneceu

com uma linguagem jornalística:

Claro que nós tentávamos ser, todos os jornalistas tinham a preocupação de serem o mais legíveis possíveis para esse público, ter um cuidado na linguagem, no raciocínio, para não fazer um jornal que eles não compreendessem. Mas a linguagem era uma linguagem típica de jornalismo, contar uma história. Tinha uns jornalistas que eram muito bons em reportagens, até inclusive faziam umas coisas mais que saía fora do padrão, mas era claro desde o início, quando ele se transformou em jornalzinho, assim, que era um jornal. Era um jornal. Sempre teve esse conflito dos públicos e da linguagem do jornal, mas nunca foi, nesse momento não era discussão, não era pauta (ARAÚJO, entrevista à autora, 2012).

Na edição 35, de abril de 1984, o anúncio: “Vem aí o jornal Sem Terra”. O texto informa que decisão foi tomada no Encontro Nacional em Cascavel, no início do ano, e que a primeira edição do jornal está prevista para junho, em formato tabloide, 12 páginas, tiragem inicial de 10 mil exemplares e com circulação na “Regional Sul e outros estados do país”. “Uma equipe de 10 jornalistas trabalhará na edição do jornal que vai continuar com a colaboração dos próprios lavradores, pessoas ligadas ao trabalho pastoral, sindicalistas e estudiosos da problemática agrária” (JORNAL SEM TERRA, nº35, p. 2). Nessa edição, há duas matérias assinadas.

4.1.4 Jornal Sem Terra: do Sul para o Brasil

Consideramos que a edição 36, de julho de 1984, marca a primeira da quarta fase, pois é quando a publicação passa a se chamar Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, com identidade visual no título e capa colorida. É este jornal que dá notícia da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa fase vai até o número 43, pois é o primeiro número do jornal já sediado em São Paulo, onde está até hoje. A maioria das edições tem 16 páginas – com exceção da 42, que traz uma cobertura especial do Congresso de consolidação do movimento, com 20 páginas.

No expediente da edição 36, o Jornal é identificado como uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul (RS, SC, PR, SP e MS). Desta vez, aparecem dois editores. Além de Fladimir, assina Rafael Guimarães. Outras cinco pessoas, cada uma de um estado, aparecem na Reportagem. A tiragem foi de 10 mil exemplares.

O texto, publicado na página 2, “Depois de três anos, um novo desafio”, contextualiza a decisão de se criar o Jornal. Parte das decisões do encontro de Curitiba, a leitura foi de que o movimento “era reconhecido como organização autônoma e necessitava de um órgão de

divulgação forte, amplo, que atingisse todo o país”. Ainda segundo o texto, a partir de setembro de 83, o boletim passa a refletir discussões internas, e desde a edição 33 – que comemora a vitória de Ronda Alta – demonstra o “amadurecimento político dos lavradores”: “Eles já não estavam apenas preocupados em conseguir um pedaço de terra, mas já falavam em Reforma Agrária e entendiam que a política agrária do país servia apenas aos interesses dos grandes latifundiários e das multinacionais” (JORNAL SEM TERRA, nº 36, p. 2).

Apesar de ficar claro que o jornal será escrito por uma equipe de jornalistas – dez pessoas, contando os colaboradores – destaca que “o êxito do jornal depende fundamentalmente dos próprios lavradores sem terra. Eles é que deverão sugerir matérias, discutir com seus companheiros, sugerir assuntos e avaliar seu conteúdo” (idem, p.2).

Na edição 38, pela primeira vez aparece uma propaganda institucional do Jornal Sem Terra, com a publicação do cupom de assinatura:

O Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA é o órgão de divulgação das lutas dos trabalhadores rurais sem terra do Sul do país. Surgiu como um boletim, há três anos, defendendo a causa dos trabalhadores rurais e a luta por Reforma Agrária. Você pode ajudar a manter viva essa luta fazendo uma assinatura – normal ou de apoio – do SEM TERRA, preenchendo o cupom abaixo (JORNAL SEM TERRA, nº 38p. 15).

Nesta edição 42, de fevereiro de 1985, pela primeira vez, o jornal deixa de ser da Regional Sul e é identificado como uma publicação mensal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O último jornal de nossa análise – referente aos meses de março/maio de 1985 – traz o texto “Aos leitores”, na página 2, que justifica o atraso na edição pela mudança de endereço. Reforça que esta é a oitava edição desde a transformação do boletim. Junto ao agradecimento, um chamando à colaboração. A novidade no expediente é a inclusão de Sérgio C. Canova como editor, ao lado de Fladimir Araújo, que continua como responsável.

Vladimir recorda o período como uma consolidação do movimento nacionalmente:

Daí foi em 84. Não, em 85. Foi no I Congresso Nacional deles. Porque aí o Sul tava consolidado. Foram fazendo assim: Rio Grande do Sul estava consolidado, começou aqui. Atacaram o Sul, Santa Catarina e Paraná. Consolidou. Aí tinha o jornal, as articulações, as reuniões, a comissão, enfim, tudo já em nível regional, região Sul. Consolidou, a coisa começou a crescer pro resto do Brasil. Se proliferou. Foi pro Norte, Nordeste, São Paulo. Bom, em 85 houve o primeiro Congresso Nacional. E aí nós nunca havíamos discutido situação nenhuma em relação ao jornal. Fomos lá cobrir o Congresso, uma equipe enorme de jornalistas, aí contratamos mais gente, fotógrafos, e todos os jornalistas que colaboravam nos outros lugares se encontraram lá também. Nós estávamos com equipe muito grande e nos dividimos durante todo o tempo do Congresso com as tarefas, tal. Tinha uma sala lá nossa, fazíamos entrevista o tempo todo. Foi gente pra filmar. Foi uma dinâmica de cobertura bem grande, bem interessante. Aí fomos lá para cobrir o Congresso, normal. Aí de repente decidem

que o jornal tem que ser o jornal, na hora ali, não sei quantas páginas, tamanho tabloide, não o que, do Brasil inteiro. Se virem. Aí foi uma loucura. Além do que fazer um jornal especial só sobre o Congresso. Aí voltamos pra Porto Alegre e tivemos dois meses para adaptar. Aí saiu o primeiro número do jornal nacional e dentro um encarte só sobre o congresso (ARAÚJO, entrevista à autora, 2012).

Stedile recorda que Vladimir e Sérgio Canova foram para São Paulo, onde participavam da reunião da direção, discutiam os assuntos a serem pautados junto com a secretaria nacional. Ainda de acordo com ele, foram experimentadas diversas formas de acompanhamento, mas havia uma confiança na equipe que tocava a publicação. O dirigente chega a dizer que havia uma “simbiose” entre os jornalistas e a direção, o que garantia uma unidade da linha política e editorial do jornal:

Não eram reuniões que decidiam, o jornal vai ser assim, assado. Ele ia acompanhando a própria evolução do MST, procurando ser fiel a essa identidade que ele sempre zelou. O jornal sempre foi o jornal dos que se aglutinaram ao redor do MST. Nem foi dos jornalistas, nem foi da direção. Ele teve essa simbiose, né? Porque no fundo ele tinha que transmitir nas suas páginas o que acontecia na vida real, com ocupações, com repressão, com assentamento, com cooperativas, enfim, com o que acontecia na vida real do movimento. Não tinha muito o que inventar, correr por fora. Se ele corresse por fora, ele já tinha desaparecido. Ele não teria eco. Assim como em determinadas épocas, claro, sempre vinham discussões de como massificar mais o jornal. Pensando em ir para a sociedade. Mas acho que à medida que fomos tendo mais força para imprimir mais número e pulverizar mais ele no território, também coincidiu com a evolução da tecnologia, das rádios comunitárias, a internet, que acabou então deixando o jornal impresso num outro patamar. E isso acho que contribuiu para o jornal refluir para uma condição de muito mais um jornal para nossa militância interna (STEDILE, entrevista à autora, 2012).

Essa conclusão de mudança de caráter do Jornal feita por Stedile se refere a um momento posterior ao da pesquisa, depois da saída de Vladimir como editor. Mas outras entrevistas reforçam o entendimento que, desde o início, o boletim e o jornal cumpriam um duplo papel: transmitir as ideias e realidade para fora do movimento e divulgar demais lutas e dar coesão interna à organização.

Neuri Rosseto, dirigente do MST que conheceu o movimento em Santa Catarina, acredita que:

Esse debate se o jornal é pra fora ou pra dentro do Movimento, se tinha que definir isso... Isso nunca me coube na cabeça, nunca me entrou essa necessidade. Os especialistas dizem que tem que saber.. pra nós tem funcionado, pô. Nós queremos que quem está fora conheça nosso Movimento, mas nós também sabemos que quem está fora tem muito a ensinar a quem está dentro (ROSSETO, entrevista à autora, 2012).

Apesar de a recepção não ser nosso foco nesta pesquisa, percebe-se que a própria definição do público-alvo define uma escolha de linguagem. Como o jornal operou com essa

dupla intenção – dialogar com o público externo (principalmente nas duas primeiras fases) e também dar coesão internamente (com indicativos que foi assim desde o início, conforme depoimento anterior) – esbarra numa dificuldade concreta que é a dificuldade de leitura de sua base social. Apesar de não considerar a linguagem um problema específico, conforme entrevista citada anteriormente, o jornalista responsável, Vladimir Araújo, escreve que:

Durante longo período, o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (do MST) colocou em prática, nas comunidades rurais, uma espécie de círculo de leitores, em que voluntários liam, em seções coletivas, o jornal para as pessoas iletradas ou analfabetas. Todavia, esse tipo de recurso não resolvia o problema de fundo que era o da imprecisão do público a ser atingido pela principal publicação da organização (ARAÚJO, 2009, p. 74).

Depoimento de Salete Campigotto reforça essa ideia. Ela diz que, como educadora e coordenadora de um grupo dentro do acampamento da Encruzilhada Natalino, fazia leituras em voz alta do boletim e de “coisas da CPT”.

Neuri Rosseto também recorda do incentivo à leitura do jornal, que era usado como motivador dos debates:

Como ele [o Jornal Sem Terra] tinha esse trabalho de dar unidade, as reuniões sempre começavam com alguma leitura do jornal. Ou o editorial, ou uma notícia, ou algo do estado. Sempre teve. No começo, nas reuniões o jornal sempre estava presente. O jornal tinha que chegar nas escolas. Isso era sempre incentivado, fazer a leitura de forma coletiva. Ele já chegava de uma forma coletiva. Ele não ia individualizado, ele ia em pacote. Isso já era por si só um incentivo pra fazer a leitura em grupo e discussão. E era novidade. O jornal sempre chegava com o apelo de algo novo. Não tinha outra comunicação, outro jeito. Ele tinha um apelo de reunir as pessoas para fazer a discussão. Ele chegava num momento apropriado, numa reunião... Às vezes voltava com uma e outra observação dos estados. Tinha um retorno que o jornal foi lido. Isso sempre teve. Isso é do período histórico. Cumpria com o que a gente queria, a unidade. Intencionalidade da leitura coletiva. Ler o editorial foi um processo de educação. Ali estava a posição do Movimento (NEURI ROSSETO, entrevista à autora, 2012).

As entrevistas apontam que houve uma transição, processual, para um caráter mais interno do Jornal Sem Terra, com tratamento diferenciado das pautas e temas, cumprindo mais um papel aglutinador (que pode se aproximar da ideia de jornal partidário de Lênin, apresentada no capítulo 1) do que de difusor para a sociedade.

Acho que aí era um misto, entre divulgar para a sociedade, sobretudo aliados, igreja, sindicatos. Me lembro que teve uma época que nós mandava para praticamente todos os sindicatos de trabalhadores rurais, mandava para todos os bispos, mandava para um grande número de paróquias. Era uma interlocução para fora do Movimento, mas com aliados. E devagarzinho ele começou refluir, na medida que o próprio Movimento começou a crescer, para ser um instrumento de comunicação para a militância, que é o que acho que é hoje. Ele acaba sendo um instrumento muito mais interno (STEDILE, entrevista à autora, 2012).

No entanto, não é essa a característica central do período analisado. Percebemos, pelo conteúdo e linguagem, assim como pelas entrevistas, que a publicação, nesses quatro anos analisados, funcionava tanto como uma ferramenta de divulgação para os apoiadores – prestação de contas da campanha de solidariedade, por exemplo – como para articulação com outras regiões em luta pela reforma agrária. Seu papel também interno, como se pode observar pelas entrevistas, não era o objetivo central.

4.1.5 Jornalismo como ferramenta para a contra-hegemonia

Podemos concluir que a forma de fazer do jornal – desde seu início, como boletim – foi amparada no jornalismo como ferramenta, considerando a preocupação com a linguagem informativa, com a organização das ideias e fontes. Mesmo que não houvesse assinatura dos textos e indicação de jornalista responsável nos primeiros anos, é possível constatar que a publicação refletia um cuidado com a forma de passar a mensagem, com uma voz de fora, deixando claro quando os colonos, os sem-terra ou a direção se pronunciava.

Essa voz externa, narrativa em terceira pessoa, contribui para o caráter de órgão de divulgação das lutas, principalmente no trabalho de diálogo com a imprensa e apoiadores, típico da primeira fase. Corresponde também ao caráter referencial da comunicação jornalística: “É verdade, como diz Nilson Lage, que a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si” (GENRO FILHO, 1987, p. 135).

É importante retomar aqui a discussão proposta por Genro Filho (1987) no capítulo 1. Apesar de o Jornal Sem Terra não corresponder ao tipo ideal focado pelo autor – a imprensa diária, massiva – ele pode se incluir na perspectiva que enxerga o jornalismo como uma forma de apropriação da realidade, que pode ter um caráter desalienante.

Não partimos das premissas da “ideologia da objetividade e imparcialidade do jornalismo”, como explica Genro Filho (1987) ao apresentar a crítica de Nilson Lage para concluir que o jornalismo é uma ferramenta utilizada pelo Jornal Sem Terra. Pelo contrário, concordamos com a posição dos autores que essas duas características supostamente essenciais ao jornalismo são construções ideológicas, com objetivos subjacentes de reprodução da ordem social.

No entanto, o Jornal Sem Terra expressa a potencialidade citada por Genro Filho

(1987) da forma técnica, em consonância com necessidade de informação, ao cumprir um papel reflexivo, a partir da singularidade dos fatos. O autor defende a tese de que o singular leva à expressão das contradições fundamentais da sociedade, e está aí seu potencial revolucionário.

Nesse sentido, a particularidade do fato – embora subordinada formalmente ao singular, pois é ele que dá vida à notícia – estará relativamente explicitada. No entanto, a universalidade desse fato político, em que pese não seja explicitada, estará necessariamente presente enquanto conteúdo. Ou seja, como pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno e como significado mais geral da notícia, teremos uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história (GENRO FILHO, 1987, p.163)

Podemos observar como o jornal faz isso ao, por exemplo, apresentar dados como “As terras no estado”, partindo de uma singularidade e incluindo-a no contexto de disputa pela terra e do discurso. Como o governo usa o argumento de que não há terras para as famílias na região, o jornal busca tratar a notícia com eventos singulares que podem representar o todo em que se insere. Esse mecanismo também é observado quando há cobertura dos projetos de colonização no norte e centro-oeste do país, que parte de casos singulares para expressar a contradição (no caso, da proposta de solução governamental, desmascarando a propaganda oficial).

Apesar de ser um jornal oficial da organização, acreditamos que ele não caia no problema – também apontado por Genro Filho – de se abster da verdade para se amparar numa finalidade política. Isso pode ser observado nos inúmeros exemplos de notícias “negativas” à organização, como a saída de pessoas do acampamento (na primeira fase), noticiadas, mas nem por isso desprovidas do contexto em que se inserem.

Além de não corresponder ao tipo ideal pesquisado por Genro Filho (1987) – nem o boletim, nem o jornal tiveram características comerciais da imprensa de massa – o JST apresenta outras peculiaridades que o aproximam mais do campo da comunicação popular, como apresentado no capítulo 1.

Conforme citado, Peruzzo (1998) dá ênfase à participação dos envolvidos no processo de produção da comunicação. Assim, talvez se encaixasse melhor no seu conceito a produção do informativo “Nova Ronda Alta”, produzido diretamente pelos acampados. No entanto, apesar de ter a mediação técnica dos profissionais do jornalismo, o jornal e Boletim Sem Terra se inserem nesse universo por ser também uma “forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política” (PERUZZO, 2006: 2).

Assim também entende Stedile, quando diz que:

Cada um bota o rótulo que quiser. Mas acho que evidentemente é um jornal popular. É um jornal dum setor da classe trabalhadora, dum setor do povo brasileiro, que tem uma identidade, não só organizativa, mas de linha editorial. Somente com os interesses da classe trabalhadora. Isso independente dos editores, tu pode fazer o estudo que tu quiser, duvido que encontre uma rateada, uma pelegada. 'ah, nesse período o jornal foi puxa-saco do governo'. Desde 81 até hoje, quantos governos passaram, de tudo quanto é natureza ideológica? E o jornal nunca puxou o saco de governo nenhum. Mas também nunca caiu num radicalismo besta de 'agora vamos derrubar o governo'. Ou seja, nem um peleguismo nem um esquerdismo. Porque essa era a natureza do MST. Então o jornal manteve uma coerência popular. Porque ele se sustentou na força dessa organização popular que se chama MST. Tanto é que quando o MST enfrentava crises econômicas, o jornal refluía, diminuía a tiragem, tinha atrasos. Quando o Movimento ia bem, o jornal também ia bem (STEDILE, entrevista à autora, 2012).

Nessa mesma perspectiva, o jornal se encaixa na conceituação de comunicação contra-hegemônica, na medida em que se insere em um contexto mais amplo, de disputa política de um setor da classe trabalhadora em luta. A partir do entendimento que o MST participa ativamente de um processo de luta de classes, que pressupõe a disputa – obviamente desigual, entre dominantes e dominados, detentores e expropriados (como no caso da terra) – pelas condições materiais de reprodução da vida social (meios de produção, terra, etc) e pelo poder, consideramos que ele, como ator político social, passou do momento “econômico-corporativo” da classe, conforme explicado por José Paulo Netto (2008) – a “classe em si” de Marx, para uma constituição de uma “unidade intelectual e moral” - a “classe para si”.

Essa percepção de seu papel de classe, de seu lugar como classe trabalhadora em luta, é perceptível no período analisado de sua publicação oficial, o que coloca o jornal como instrumento de construção de uma nova direção moral e intelectual da classe, ou seja, como ferramenta de construção de outra hegemonia, amparada nos ideais e valores da classe trabalhadora.

Apesar de, no período estudado, não haver referências diretas a categorias marxistas – como classe social – percebe-se essa intencionalidade no discurso desde a primeira fase, como nesta reprodução de carta dos acampados em Ronda Alta, de agosto de 81: “Esse movimento dos sem-terra, não é só das 600 famílias que tamo acampado, é um movimento da nossa classe, dos trabalhadores. Tanto dos colonos como dos operários. Nós não vamos perder essa batalha, nem que chova canivete” (BOLETIM SEM TERRA, agosto de 1981).

Já na edição 34, de fevereiro de 1984, aparecem os objetivos do recém-fundando Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre eles, “uma sociedade justa e fraterna”, o que demonstra a inserção mais ampla da pauta da Reforma Agrária em um novo modelo de

organização social.

Dessa forma, conclui-se que o Boletim e o Jornal Sem Terra atuaram nesse período histórico como um intelectual orgânico, na concepção de Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria pra si, ao mesmo tempo da produção econômica, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] (GRAMSCI, 1968, p. 3).

Gramsci fez uma diferenciação entre os intelectuais tradicionais – “que pertencem a classes e estruturas que são como que resíduos de uma prévia formação social” – e os grupos pensantes formados por todas as classes, os intelectuais orgânicos, “que têm funções firmemente baseadas nos interesses de uma classe fundamental”⁴⁵ (HALL et al, 1983, p. 67) .

Para o autor italiano, os intelectuais “desempenham um papel de liderança na batalha para ganhar apoio espontâneo para uma das classes fundamentais” (idem: 67). Esse papel é desempenhado em órgãos da sociedade civil, como a Igreja, a imprensa e os partidos políticos, e também, no caso do bloco dominante, do Estado. Apesar de o Estado ser a “trincheira avançada” da classe dominante, que continua como detentor da força (polícia e exército), é a sociedade civil que proporciona a garantia “em longo prazo de estabilidade para o bloco dominante”. (idem).

Fazemos aqui uma extensão do conceito para um periódico forjado por uma organização de uma parte da classe de trabalhadores rurais, por considerar que sua consecução dependia estreitamente da visão dos intelectuais forjados para ela, ou em apoio a essa fração de classe.

Gramsci destaca que cabe ao partido político fazer a luta pela hegemonia (ou contra-hegemonia, segundo alguns de seus estudiosos, já citados) a partir do pensamento popular, expressando as contradições do senso comum, permitindo o apelo à espontaneidade e atitudes emocionais, pois, para ele, essa espontaneidade, “quando educada e expurgada de contradições que lhe são estranhas” (Gramsci *apud* Hall et alli: 69), é o motor da revolução.

Entendemos que o comitê responsável pela elaboração do Jornal Sem Terra – que, em dado momento assumiu a secretaria do próprio movimento – cumpre essa papel de intelectual

⁴⁵ Gramsci considera que os camponeses não podem produzir e formar seus próprios intelectuais orgânicos: “A massa dos camponeses, embora desempenhe uma função essencial no mundo da produção, não elabora intelectuais 'orgânicos' próprios e não 'assimila' nenhuma classe de intelectuais 'tradicionais', embora da massa dos camponeses outros grupos sociais tirem muito dos seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais sejam de origem camponesa.” (GRAMSCI *apud* BARATTA, 2010, p 157). Não vamos entrar aqui nessa polêmica, apenas frisar a diferença histórica da formação do movimento social MST.

orgânico e de partido político⁴⁶, na medida em que se ampara no entendimento popular, na religiosidade que lhe sustenta o direito à terra, na solidariedade de classe, para defender um projeto de reforma agrária e de mudanças estruturais mais profundas.

4.2 Do colono ao sem-terra, das articulações ao MST

Neste tópico, pretendemos aprofundar como a publicação – de início situada em um único acampamento no interior do Rio Grande do Sul – atuou e ajudou a articular o Movimento Sem Terra nacionalmente. Na seção anterior, demonstrou-se como o boletim, desde o começo, tratava de lutas em outras regiões do país, como se pode perceber através da editoria “A luta pela terra no país”.

Vimos também como suas fases foram escolhidas não só por mudanças técnicas, mas por mudanças no foco da cobertura: na primeira, localizada; na segunda, com seção específica para o novo local das famílias da Encruzilhada, então alojadas em Nova Ronda Alta e notícias mais amplas; na terceira, já era um órgão da região Sul, que incluía cinco estados, até que, na quarta, se apresenta como publicação nacional.

A notícia – dada com pouco destaque, mas de extrema relevância para nossa análise – de que o Comitê de Apoio que faz o boletim assumiu a secretaria do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul, em setembro de 1983, demonstra que cabia a esse coletivo, composto, como vimos, por jornalistas e dirigentes políticos, articular a luta em outras regiões. O próprio texto do jornal diz isso: “De certa forma, já vínhamos desempenhando parte das funções que agora nos são atribuídas oficialmente pelo Movimento dos Sem Terra: [...] facilitar e promover o intercâmbio entre os lavradores do Sul e/ou com outros estados” (BOLETIM SEM TERRA, edição 32, p. 2).

4.2.1 De colono a Sem Terra

Quem é efetivamente a base do MST é um tema que parece ter preocupado não só pesquisadores, como a própria organização e seus antagonistas, desde o início definidos como

⁴⁶ Gramsci, conforme explicação de Hall et alli., afirma que um partido deve funcionar de modo análogo a um “coletivo-intelectual”, o que sustenta nossa afirmação da posição do Jornal Sem Terra e seu papel intelectual.

o “governo”, o “Estado” e os latifundiários. Posteriormente, entram na lista também as transnacionais do agronegócio e o imperialismo.

Mesmo antes da fundação do movimento como organização nacional, percebe-se essa tensão dos dois lados e é possível analisar como vai sendo forjada uma identidade comum, que reúne diversas categorias sem-terra sob o nome 'Sem Terra'.

Ainda em 1981, na quarta edição do boletim, há a notícia de que o governo encomendou um estudo para provar o argumento de que o “Movimento dos Sem Terra não se trata de agricultores necessitados, mas de gente mandada”. O resultado da pesquisa, feito pela Fundação Sul-Riograndense de Assistência, mostra que, das 500 famílias acampadas, 43 agricultores possuíam bens e 16 teriam ocorrências policiais. O jornal aproveita o resultado da pesquisa para fortalecer a visão de que a ampla maioria das pessoas acampadas eram efetivamente agricultores empobrecidos e sem-terra, que precisam de um espaço para viver e trabalhar no próprio Rio Grande do Sul.

Para isso, além de dados sobre as cerca de 60 pessoas envolvidas nas denúncias, publica textos de irmãs que detalham o cotidiano camponês do acampamento e seguidas cartas assinadas pelos colonos.

Nesse período, apesar de em algumas ocasiões serem citados os “Sem-Terra”, “sem-terra” ou “Sem Terra”, o adjetivo mais usado para caracterizar a base do acampamento é o “colono”. Gaiger (1987) explica que essa designação se remete à “história da ocupação daquela região agrícola”. O autor opta, no entanto, pelo conceito de campesinato para se referir àquela base social:

A expressão “colono sem terra” nos remete, do ponto de vista da sua pertinência a determinadas categorias de trabalhadores rurais e, sobretudo, da origem histórica comum dessas diversas categorias, ao termo mais abrangente de “campesinato”, isto é, ao conjunto de produtores agrícolas que em regime de trabalho familiar produzem para o mercado e para a subsistência do núcleo produtor. O fato de que os camponeses tenham se tornado gradativamente trabalhadores sem terra, por vezes assalariados e em muitos casos sem trabalho, explica-se pela relação de subordinação que a economia camponesa mantém com o capital agro-industrial dominante na região (GAIGER, 1987, p.11).

Outra interpretação possível para o termo 'colonos' é trazida por Tavares dos Santos, citado por Medeiros (1989), que identifica os colonos como aqueles que voltaram dos projetos de colonização no norte, com a consciência modificada. “Assim, ao se reinserirem nos movimentos camponeses meridionais, os retornados passaram a agregar às reivindicações pelo produto e pela terra outro significado que perpassava as várias mobilizações: a negação das propostas oficiais de transferência para a Amazônia” (MEDEIROS, 1989, p. 148).

Falamos anteriormente, no capítulo 2, como a polêmica em torno do conceito de campesinato se deu no debate acadêmico e seus reflexos em projetos políticos, tanto de propostas de reforma agrária como do lugar social do camponês no projeto revolucionário. Não vamos retomar esse debate, mas apresentar como o boletim retratava essa base social, até o momento em que foi construído o consenso em torno da nomenclatura Sem Terra.

O debate conceitual não parece ter sido uma preocupação dos dirigentes que estavam envolvidos na articulação da luta pela terra na região. Stedile (2005, p. 33) relata que o “MST nasceu como movimento camponês, de agricultores acostumados com o trabalho familiar e que revolveram lutar pela terra” .

No entanto, afirma que:

A palavra 'camponês' é meio elitizada. Nunca foi usada pelos próprios camponeses. Não é, digamos, um vocábulo comum. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi o único que usou o termo “camponês”. O homem do campo geralmente se define como agricultor, trabalhador rural ou como meeiro, arrendatário (STEDILE, 2005, p. 31).

Um exemplo disso são as “Cartas dos colonos de Ronda Alta”. Além das quatro identificadas dessa forma – todas da primeira fase do boletim – há inúmeras outras em que os acampados se posicionam sobre os temas em debate. E assim eles se apresentam no primeiro boletim:

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nessa área (Alto Uruguai) como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer (BOLETIM SEM TERRA, nº 1, p. 1).

Em junho do mesmo ano, para responder às críticas do governo, escrevem:

Já escrevemos uma carta para esclarecer a opinião pública. Esta carta pelo que sentimos foi bem aceita. No entanto, ainda há um grupo de elite e Governo, que está contra nós e continua dizendo que entre nós há bandidos e ladrões. Diante desta, queremos provar que esta é uma acusação falsa. Que nós somos trabalhadores rurais. Claro que não somos perfeitos, mas não somos criminosos. Sabemos que esta é uma arma jogada encima de nós para destruir-nos. Isto é uma grande injustiça. Percebemos que todos aqueles que nos querem, estão comprometidos conosco: são os nossos companheiros trabalhadores do campo, da cidade, as igrejas e os pastores que nos apóiam e incentivam. Aqueles que nos chamam de vadios, estão contra nós (BOLETIM SEM TERRA, nº4, p. 12).

Em boletim sem numeração, de agosto de 81, alertam os apoiadores sobre as

investidas de Curió, na terceira carta, em que assinam como “os colonos sem terra de Encruzilhada Natalino”:

Nos queria avisar a todo povo gaúcho. A todos nossos companheiros da colônia e da cidade que nos ajudaram enviando comida e roupas. Que nós temos firme. Que só aceitamos terra no Rio Grande do Sul. E que um dia nós ainda vamos produzir feijão pra turma da cidade comprar mais barato. (BOLETIM SEM TERRA, ago. 81, p. 19)

A “4ª Carta dos Colonos Acampados em Encruzilhada Natalino”, publicada em outubro de 81, reforça o motivo que os levou a acampar:

Porque estamos aqui já falamos em outras cartas, mas afirmamos mais uma vez que nossa profissão é que fez nós vir pra cá. Não foram políticos. Ninguém mandou a gente vir pra cá, e o que segura a gente aqui é a necessidade. Vocês acreditam que nós aguentaríamos sete meses na beira da estrada dos outros? E passando tudo que é necessidade? Nós temos nosso direitos. [...] Somos nascidos e criados nessa região e aqui no Rio Grande está cheio de terra mal ocupada (BOLETIM SEM TERRA, nº 13, p. 3).

Carter (2010, p. 205) identifica que o primeiro período de formação do MST – segundo o autor, de 1979 a 1984 – “as demandas dos sem-terra eram normalmente expressas por meio de '*pedidos suplicantes*' que visavam a ganhar a simpatia do público geral e incentivar atos de caridade por parte da Igreja e autoridades do Estado”. De fato, pode-se observar como – especialmente na primeira fase do boletim Sem Terra – esse era o tom dominante, em que os acampados buscam se apresentar como agricultores pobres, acostumados com o trabalho na terra e necessitados de um pedaço de chão para viver e cultivar. Um exemplo que ilustra essa constatação:

É com o coração cheio de fé e esperança que venho por meio desta simples cartinha para contar o nosso sofrimento que se passa no dia-a-dia aqui desamparados debaixo destas lonas furadas, que quando chove não sabemos aonde socorrer nossos filhinhos. Porque só Deus sabe nosso sofrimento. [...] O senhor Papa pergunta ao governo se ele conhece o problema da Encruzilhada Natalino e por que está deixando as 500 famílias passando miséria sem terra? (BOLETIM SEM TERRA, nº15, p. 2).

Acima, os colonos escrevem ao Papa João Paulo II, pedindo intervenção por sua situação e pela volta do trabalho de Padre Arnildo e Irmã Aurélia. Percebe-se o tom vitimizante da carta, que reforça a pobreza dos acampados e a necessidade de ajuda. Outra ênfase dos agricultores no período é a reivindicação de que se cumpra seus direitos à terra, sempre frisando que não querem nada de graça, mas pretendem pagar: “E queremos dizer que o que nos segura é a nossa necessidade e a nossa união. E a própria lei que diz que todos nós temos direito a um pedaço de terra que habitamos. E nós declaramo que não queremos a terra

de graça, mas com condições de pagar” (BOLETIM SEM TERRA, nº12).

Nesta primeira fase do boletim, mais focada na experiência da Encruzilhada Natalino, mas já com referências à luta pela terra em outras regiões do país, ainda não havia um nome que simbolizasse a organização local. O próprio boletim pode ser considerado uma tentativa de nomear a experiência em curso, e por isso sua assinatura diz muito do período em questão: Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra.

Quando há o anúncio da compra de um terreno pela CNBB e a transferência das famílias para Nova Ronda Alta, uma nova conta é disponibilizada para os apoiadores fazerem suas doações. É sugestivo que não houvesse um único nome de referência no banco, mas logo quatro: Movimento dos Sem Terra; Movimento de Apoio aos Colonos de Ronda Alta; Movimento de Solidariedade aos Agricultores (ou colonos) Sem Terra de Encruzilhada Natalino e Movimento de Apoio aos Agricultores (ou colonos) de Encruzilhada Natalino (BOLETIM SEM TERRA, nº 16, dezembro de 1981).

A segunda fase do boletim já extrapola a luta localizada da Encruzilhada. É sintomático que a publicação não deixe de circular com a transferência das famílias, o que demonstra que a rede de solidariedade gerada em torno dos agricultores, aliada com sua capacidade de denúncia e mobilização, somada ainda à derrota do agente da ditadura encarregado de acabar com o acampamento – o coronel Curió – efetivamente fizeram com que a experiência de Natalino não ficasse circunscrita ao interior do Rio Grande do Sul. Ainda em agosto de 1981, Dom Tomás Balduino já havia dito que “esse movimento só é comparável à grande greve do ABC paulista, tamanha é sua repercussão” (BOLETIM SEM TERRA, 1981).

Em 1981 há menção ao Movimento do Agricultor Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro) e em maio de 1982 é noticiada a formação do Movimento dos Sem Terra no Mato Grosso do Sul. Em nota sobre expulsão de posseiros em Santa Catarina, o boletim explica: “Assim é que surgem os sem-terra: expulsos pelo capital nacional e estrangeiro para dar lugar aos grandes grupos econômicos” (BOLETIM SEM TERRA, nº 22).

Em junho de 1982, há a notícia de que “Sem Terra do país marcam encontro”, previsto para setembro, em Goiânia. No mesmo mês, informa-se do Encontro Regional dos Sem Terra no Paraná, que reuniu agricultores do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Esse encontro define que o boletim passará a ser regional.

Neste embrião da articulação nacional, já se usa com frequência a nomenclatura Sem Terra, em caixa alta e sem hífen. A construção dessa identidade foi sendo construída ao longo

da articulação do movimento em outras regiões e não há um momento exato ou explicação precisa do porquê do nome “Sem Terra”. João Pedro Stedile diz em entrevista à autora:

Acho que se fosse pela turma que estava acampada ou aqueles que já tinham ocupado a Macali e a Brilhante, o nome mais apropriado era agricultores sem-terra, que era a velha tradição do Master, Movimento dos Agricultores Sem Terra, da época do Brizola. Mas a imprensa, o Zero Hora, a RBS, que hegemonizava a comunicação pública, ela começou a apelidar os 'colonos sem-terra'. Colono não é uma categoria de classe, é mais um apelido aos migrantes. Então não tinha também muita referência. A própria imprensa acabou dando o timbre de sem-terra. Depois pegou. Ninguém sabe a origem, mas não tem como alterar. Acabou virando o Sem Terra (STEDILE, entrevista à autora, 2012).

Assim também se recorda Salete:

Assim, ó, na verdade, são opiniões.. me parece que, se tu visse as notícias daquele período, o que a imprensa dizia: colonos sem terra. E aí eles foram... foram colocando a imagem dos sem-terra. E aí como nós fomos construindo o Movimento, ele ficou Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mas os primeiros que eu tenho lembrança, a falar de nós como sem-terra, foi a própria imprensa (CAMPIGOTTO, entrevista à autora, 2012).

É esta também a interpretação de Caldart (2004), que escreve:

Um exemplo disso é a própria designação Sem Terra, hoje tão carregada de sentido. Segundo os registros da história, a escolha dessa expressão para compor o nome do Movimento que estava sendo criado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi quase um acaso. Ninguém se lembra de uma discussão específica sobre isso. Parece que a escolha foi simplesmente a incorporação do nome pelo qual a imprensa da época chamava aqueles trabalhadores rurais que estavam reivindicando terra, no Sul chamados de *colonos sem terra*. Assim ficou, assim se produziu depois como identidade (CALDART, 2004, p. 54).

Parece ser consenso na própria autoimagem do MST⁴⁷ que o nome foi uma construção processual, que começou de fora, mas depois foi incorporada como identidade, tornada positiva. O jornalista responsável pela publicação relata que não se lembra de ter havido uma discussão específica a respeito da flexão da categoria - “Não me lembro de ter havido uma discussão, caixa alta, caixa baixa, o que era o sem-terra, com hífen. Isso aí não” (ARAÚJO, entrevista à autora, 2012). No entanto, o próprio boletim, como vamos exemplificar, passou a adotar a escrita como Sem Terra, subtraindo o hífen. Caldart explica a diferença:

O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o *s*, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, *Sem Terra*, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. O uso social do nome já alterou a norma referente à flexão de número, sendo hoje já consagrada a expressão *os sem-terra*⁴⁸.

⁴⁷ Reforçamos que a sigla só entra para o imaginário do Movimento, como podemos averiguar através da cobertura do jornal, no final de 1985 (a primeira referência é na edição 47, de setembro).

⁴⁸ Caldart (2004) cita o dicionário Luft, que incluiu em sua edição de 1998 o verbete sem-terra, com a seguinte

Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação entre esta identidade coletiva de trabalhadores e trabalhadoras da terra e o Movimento que a transformou em nome próprio, e a projeta para além de si mesma (CALDART, 2004, p. 20, grifos da autora).

O encontro nacional dos sem-terra, realizado em setembro de 1982, gerou como fruto uma Comissão Nacional Provisória dos Sem Terras (no plural no boletim, mas em caixa alta). Em fevereiro de 1983, o boletim – já regional – informa que:

A conclusão dos participantes é de que não há condições de se fazer uma articulação a nível nacional, mas apenas a partir das lutas já concretas e de regiões já unidas e organizadas. A articulação dos sem terras a nível nacional não se constitui, ainda, num 'movimento organizado' desta categoria, justifica a comissão. E surgem dúvidas, inclusive, quanto à forma de se continuar este trabalho (BOLETIM SEM TERRA, nº 29: 4).

Nesse período, a articulação da regional Sul se intensifica e novo encontro é realizado. Na edição 32, de abril/maio de 1983, notícia de que lavradores dos cinco estados lançam, na Assembleia Legislativa do RS, um cartaz do “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul”, o que reforça o traço de identidade do nome.

Apesar da cobertura do boletim estar cada vez mais ampliada, a situação dos acampados da Encruzilhada Natalino segue notícia da publicação. No entanto, a forma de se falar dela demonstra a dimensão mais geral que o conflito tomou e a pertença de classe dos agricultores. Por exemplo, neste trecho em que se comemora a saída do coronel Curió:

Depois de relembrar todos esses detalhes, a celebração deste ano em Ronda Alta passou a tratar da situação geral dos trabalhadores brasileiros. O avanço da organização dos trabalhadores do campo e da cidade, na luta por seus direitos, contra a situação de injustiça e opressão, foi o fato mais significativo lembrado por todos os presentes. Um grande exemplo comentado em Ronda Alta foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que ganha cada vez mais força em todas as regiões do país (BOLETIM SEM TERRA, nº 32: 5).

Antonio Campigotto, “considerado um dos líderes fortes do Movimento dos Sem Terra” no RS, comenta sobre a vitória dos acampados, alguns meses depois:

Eu acho que esta luta de Ronda Alta serviu para um alerta aos trabalhadores do Brasil. O povo trabalhador do país inteiro estava com os voltados ao movimento de Ronda Alta. Eu acho que serviu para despertar na cabeça dos trabalhadores do Brasil, principalmente dos sem terra, que é através da organização e da união do povo que chegamos à vitória e à terra prometida (BOLETIM SEM TERRA, nº 33, p.9).

Esses trechos demonstram que, além de se construir um nome comum que aglutinasse

definição: “substantivo de dois gêneros e dois números, designação sócio-política de indivíduo do meio rural sem propriedade e sem trabalho” (CALDART, 1998, p. 601).

os diferentes tipos de trabalhadores rurais – ora apresentados como lavradores, agricultores, boias-frias, sem-terra e ora mesmo como colonos – também se reforça a leitura de que os trabalhadores do campo e da cidade fazem parte de uma mesma classe social, que precisa se unir para provocar mudanças. Outro exemplo disso é o cartaz do dia 25 de julho, dia do trabalhador rural, cujo título é: “Caminhar juntos para conquistar terra e justiça”. O chamado à luta política, que inclui a luta pela Reforma Agrária, é claro:

A hora é de luta e você não pode ficar de fora. O que vamos dizer no futuro a nossos filhos? Pense sobre esta situação e participe do seu sindicato, do movimento contra as barragens, da luta pela terra, pelo preço justo, por uma Previdência adequada, pela nossa participação nas decisões políticas e econômicas do país e pelo fim desta exploração (JORNAL SEM TERRA, nº 36, p. 12).

A edição 35, de abril de 1984, noticia o Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro, em Cascavel (PR), com a presença de “agricultores, agentes de pastoral, sindicalistas e assessores” (BOLETIM 35, p. 10), de 12 estados, totalizando 92 pessoas. Apesar de relativamente pequeno, o Encontro é considerado o momento de fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Na cobertura, a referência já é aos Sem Terra, sem aspas ou hífen.

Entre os quatro objetivos práticos, está um bastante ilustrativo para nossa análise: “integração da categoria de sem terra (trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários)” (BOLETIM 35, p. 11).

Apesar de formalmente criado um movimento em nível nacional, quem continua como voz oficial da publicação é a Comissão dos Sem Terra da Regional Sul. O editorial da edição 36 explica que o Movimento é mais organizado nos estados do sul “por questões de conjuntura” (JORNAL SEM TERRA, nº 36, p. 2). Em matéria na mesma edição, explica a concentração da terra na região para sublinhar: “Porém, aos poucos começou uma organização própria dos sem terra. Iniciou com lutas e vitórias importantes, como Ronda Alta e outras. Daí surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que hoje está organizado principalmente nos cinco estados da Regional Sul (MS, SP, PR, SC e RS)” (JORNAL SEM TERRA, nº 36, p. 16).

Por algumas edições do jornal – a partir das quais podemos extrapolar para deduzir que o mesmo se dava nas articulações e autorreferências internas – foram citados outros movimentos e organizações que, pelo que se supõe, faziam parte do recém-fundado MST, como o Mastro e Masten, no Paraná, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina.

Na edição 39, de outubro de 1984, há uma nota informando da realização do I Congresso Nacional dos Sem Terra, previsto para janeiro de 1985. Para não deixar dúvidas sobre a hegemonia dos sulinos no comando do jovem movimento, cabe à “Regional Sul dos Sem Terra” a coordenação do Congresso, que tem como um dos objetivos a “unificação do movimento a nível nacional” (JORNAL SEM TERRA, nº 39, p. 6).

Após o Congresso, do qual participaram 1.500 lavradores e cinco delegações internacionais, o editorial já se refere ao movimento como organização unificada, ao lamentar a ausência do candidato a presidente Tancredo Neves:

O que podem esperar os trabalhadores de um governo que desconhece os seus problemas e aspirações? E desconhecer um Movimento organizado a nível nacional, que reúne que 1.500 lavradores de 23 estados brasileiros, é ignorar a realidade política e social do campo. Ou será mesmo puro descaso? (JORNAL SEM TERRA, nº 42, p. 2).

Nesta edição, pela primeira vez, o jornal deixa de ser da Regional Sul e é identificado como uma publicação mensal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Apesar de o editorial se referir a 23 estados, apenas 10 faziam parte “oficialmente” do Movimento, segundo nota sobre a eleição da Direção Nacional. São eles: RS, SC, PR, SP, MS, RJ, ES, MG, BA, RO, cada um com dois representantes.

No último jornal da análise, a edição 43, de março a maio de 1985, a secretaria do Movimento já é em São Paulo, assim como a redação do jornal. A Executiva Nacional se posiciona em editorial e se cacifa como interlocutora do novo governo federal, que não faz grandes promessas, mas ao menos se abre para diálogo.

Uma matéria que demonstra o amadurecimento político e o novo lugar ocupado pelos Sem Terra é “Constituinte – Este assunto interessa?”, a primeira de uma série (conforme anunciado) sobre o tema. Os trabalhadores rurais são colocados no espectro do “movimento popular”, da classe trabalhadora, que precisa ter seus interesses representados na nova Constituinte. Além de explicar a importância do processo na definição de leis para o país, a matéria explica: “Se os trabalhadores esperam mudanças profundas para os próximos anos, terão que se mexer e fazer com que seus interesses sejam ouvidos e respeitados na nova Constituição. Estar consciente da Constituinte é o primeiro passo. Como se organizar e participar dela? Só o debate popular dirá” (JORNAL SEM TERRA, nº 43, p. 3). Um box explica que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “está se integrando na campanha por uma Constituinte democrática e popular”.

Esse tipo posicionamento demonstra como o Boletim e o Jornal foram dois instrumentos fundamentais para consolidar uma não só uma construção discursiva sobre os

Sem Terra e a luta pela terra, mas também de seu papel na disputa política mais ampla.

Rodrigues (2006) sublinha que “a constituição da posição sujeito agricultor que funda um espaço próprio, uma formação discursiva, é um processo heterogêneo em que o agricultor se constitui”.

O movimento marca sua posição histórica englobando-a na posição de povo e de oprimido. A história do agricultor é a história de “todos”, do “povo oprimido”, que possui um lugar e uma posição histórica na luta de classe. O sentido de “povo” está em oposição ao de burguesia. Não é apenas agricultor, mas faz parte de uma categoria maior, a de povo que necessariamente não é somente agricultor. Esse discurso do movimento, já no seu nascedouro, de conceber sua luta como parte da luta dos demais trabalhadores vai permitir aos movimentos transformar suas necessidades particulares e localizadas em necessidades sociais e a dos demais trabalhadores em forma de aliança, em demanda social (RODRIGUES, 2006, p. 306).

Em análise específica sobre a relação com o Estado, Rodrigues descreve que o movimento marca uma posição de proponente para a categoria e para a sociedade. “A questão da reforma agrária transcende a questão do campo. Essa posição é decisiva para o movimento se constituir enquanto liderança política” (idem, p. 305).

Entendemos que a publicação cumpriu o papel de nomear e criar um espaço simbólico para o agricultor sem-terra, conferindo legitimidade em sua participação na arena política. Essa conclusão é feita com a ressalva destacada por Stedile (2012), de que não basta a nomeação, mas efetivamente o que a sustenta: a existência de trabalhadores rurais organizados e em movimento.

Claro que identidade maior é a luta, é a continuidade da luta. Foi um período de ascenso do movimento das massas no campo, muitas lutas. A proliferação das lutas repercute na sociedade, e todo mundo tem que começar a usar uma identidade comum. Quem são eles? 'Ah, são os sem-terra, os sem-terra'. O boletim é o rótulo, mas se não tem o conteúdo.. quem vai chamar de vinho um suco de laranja? O jornal botou rótulo, é vinho. Mas todo mundo olhava pra garrafa e via: é suco mesmo, não é laranja. Então acho que essa unidade entre o ser e a explicação do ser ela sempre existiu (STEDILE, entrevista à autora, 2012).

Além da capacidade de nomear e construir a unidade entre diversas categorias específicas, o jornal e o boletim, no nosso entender, se incluem entre as estratégias de ativismo público levadas a cabo pelo movimento para se colocar no cenário nacional. Segundo Carter (2010), as ações promovidas pelo MST, desde seu início no Rio Grande do Sul, voltam-se para:

(1) atrair a opinião pública; (2) influenciar as políticas do Estado por meio de pressão, do *lobby* e das negociações; e (3) configurar as ideias, os valores e as ações da sociedade em geral. Normalmente, as mobilizações desse tipo empregam uma

série de repertórios modernos de ação coletiva, como demonstrações, marchas, petições, reuniões de discussão, greves de fome, acampamentos de protesto e campanhas eleitorais, além de atos de desobediência civil, como piquetes, bloqueios de estradas e ocupações organizadas de terra e de prédios públicos. Diferentemente de outras abordagens ao conflito social, a orientação não violenta do ativismo público faz com que ele seja compatível com a sociedade civil e proporcione um instrumento democrático legítimo para fomentar a mudança social (CARTER, 2010, p. 203).

Concordando com a análise da Carter, achamos fundamental incluir entre as ações para “configurar as ideias, os valores e ações” a edição do boletim e jornal informativo, que contribuíram para forjar não só uma leitura interna sobre a conjuntura e formas de ação, mas para criar uma visão social sobre os Sem Terra como sujeitos políticos e portadores de direitos.

4.3 O Boletim chega antes que o Movimento (e pelas mãos da Igreja)

Entrevistas com militantes de outros estados demonstram como a “palavra” do Movimento Sem Terra chegou mesmo antes do movimento em si. Dois militantes do Mato Grosso, da região de Cáceres, relatam que recebiam o boletim via o bispo da diocese, e que ele era usado desde o início da década de 1980 para o trabalho de base junto aos trabalhadores rurais.

Segundo o relato de Miraci Pereira da Silva e de Nério Gomes⁴⁹, os dois hoje assentados, o então bispo da diocese, dom Máximo Biennès, falecido em 2007, assinava o boletim e o repassava para os agentes de pastoral responsáveis pelo trabalho de base.

Quando eu conheci esse jornalzinho, que a gente ganhava do bispo, eu imagina que era coisa só do Rio Grande do Sul pra lá, e eu achava bonita aquela luta, mas não imaginava que um dia a gente ia fazer parte dessa luta, desse trabalho, aqui na nossa região, aqui no Mato Grosso. E aí foi (SILVA, entrevista a Bernardo Vaz, 2013).

Os dois lembram que um dos primeiros trabalhos do grupo foi a retomada do sindicato, que estava nas mãos de uma mesma pessoa há anos, “um pelego”. Depois de conseguirem eleger seu Nério Gomes presidente, continuou a necessidade da luta pela terra. Eles relatam que o exemplo da ocupação de terras, vindo das leituras e discussões do boletim, os incentivou a entrar em contato com lideranças do já constituído MST para irem até a região, para ajudar a organizar os trabalhadores por lá.

⁴⁹ As duas entrevistas foram feitas por parceria com Bernardo Vaz, em oficina de comunicação no Mato Grosso, em 2013. Fica registrado novamente meu agradecimento por essa ajuda inestimável.

Como a gente já conhecia a luta desse povo, lá no Rio Grande do Sul, e ficamos sabendo que aqui, mais próximo de nós, no Sul do estado, tinha tido uma ocupação de terra. Várias famílias já estavam acampadas lá numa fazenda. E aí seu Nério e mais alguns companheiros pensaram em entrar em contato com o pessoal e trazer eles pra cá. Foi assim que conseguimos entrar em contato com algumas lideranças do MST. Tiveram um encontro em Cuiabá e lá eles se conheceram e perguntaram se tinha possibilidade deles virem pra Cáceres (SILVA, entrevista a Bernardo Vaz, 2013).

Seu Nério Gomes destaca que foi mais fácil fazer o trabalho de base com as famílias que viriam a protagonizar a primeira ocupação na região devido às discussões feitas nos anos anteriores, com a ajuda do boletim:

Quando o Movimento chegou, o Movimento já tinha chegado muito antes. O jornal já tinha chegado, né? É por isso que nós fala, o Movimento não teve dificuldade de fazer a primeira ocupação porque era tudo gente que já tinha conhecimento, ligado a esse movimento. Por isso que não teve tanta dificuldade, e saiu rápido o assentamento, porque o pessoal era de garra (GOMES, entrevista a Bernardo Vaz, 2013).

Além do papel da formação política e do exemplo cumpridos pelo jornal, outra característica que parece coincidir nos demais estados é a central intermediação da Igreja. Não só o bispo da diocese de Cáceres era o grande incentivador da “Boa Nova” - nome do movimento dentro das CEBs do qual participavam Nério e Miraci – como a própria interpretação dos fatos se dava sob iluminação dos preceitos bíblicos.

Muita gente perguntava, por que não ler a Bíblia e ler o jornal? E a gente falava ‘mas aqui é o Evangelho da vida, o jornal é o Evangelho da vida’. Porque a Bíblia é o caminho pra essa luta, né? A Bíblia ensina a gente, lá a gente viu a luta de Abraão, de Moisés, pela terra prometida, e aqui a gente está fazendo na prática. Por isso que nós mostrava pras famílias (GOMES, entrevista a Bernardo Vaz, 2013)

Como vimos nos capítulos anteriores, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram papel fundamental na formação dos trabalhadores, no trabalho de base e também na divulgação de sua luta. Agnor Bicalho, hoje assentado em Santa Catarina, relata⁵⁰ que era integrante da coordenação nacional da CPT em 1981 e recebia informações do movimento do Rio Grande do Sul via boletim:

⁵⁰ A entrevista foi concedida ao Jornal Sem Terra, edição 314, de agosto de 2011, em encarte especial sobre os 30 anos do Jornal Sem Terra. A entrevista foi concedida à autora, que na ocasião era colaboradora do setor de comunicação do MST, e pode ser lida no link: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=15877>

Em 1981, a gente discutia a necessidade de ter um movimento. A gente via naquele momento o êxodo em vários estados, muitos conflitos de terra, muitos acampamentos. Naquele momento da história, a gente levantou a ideia de criar uma organização independente dessa ordem instituída. Quando o pessoal do Rio Grande do Sul criou o boletim a gente passou a estudar aquilo, a ficar por dentro das pressões e da repressão. Aí foram dois anos e meio para gente articular com outros estados e em janeiro de 1984 organizamos nossos princípios e fundamos verdadeiramente o MST. É uma história muito bonita. (BICALHO, entrevista ao Jornal Sem Terra, 2011)

Mesmo a acampada na Encruzilhada Natalino, Maria Salete Campigotto, em entrevista à autora, relata que a intermediação da Igreja era fundamental para a chegada dos materiais:

Dentro do acampamento, toda pequena notícia, podia ser também uma grande notícia, chegava pra nós. O Padre Arnildo também era uma das pessoas que levava o jornal lá pra dentro. Porque a paróquia de Ronda Alta, no acampamento da Encruzilhada Natalino, era quase que um QG, não só de informação, mas de estadia pra quem tinha que ir a Porto Alegre e voltar, pousava ali. Era um espaço central pra nós, fora do acampamento, a paróquia. Era um espaço de reuniões. Então muito material vinha através do Padre Arnildo, inclusive material da CPT. Ele era uma pessoa chave para levar. A irmã Aurélia, irmã Carminha, irmã Vitória. (CAMPIGOTTO, entrevista à autora, 2012).

Neuri Rosseto, hoje um dos responsáveis políticos pela Secretaria Nacional do MST, era seminarista em Santa Catarina quando conheceu a luta dos sem-terra no Rio Grande do Sul. Ele avalia que o boletim cumpriu o papel de levar o “Movimento a ser conhecido”:

A novidade veio certamente da repercussão das lutas, que causou muito impacto. Mas ser conhecido, o que pensa, quem levou foi o jornal. Porque ele chegava lá. Era um período em que a mensagem escrita tem um [poder] muito maior que hoje. Mas chegava, pela Igreja, pela distribuição. [...] Mas o jornal servia realmente para dar unidade ao Movimento em nível nacional. Tinha uma importância, ela valorizado como nosso instrumento de comunicação (ROSSETO, entrevista à autora, 2012).

4.3.1 A cruz da Encruzilhada

Como já foi destacada no capítulo 2, a atuação da Igreja, em especial de setores progressistas da Católica, a partir das CEBs, foi essencial inclusive para a primeira ocupação de terras, que daria origem à luta da Encruzilhada Natalino e tudo que dela se seguiu. Ainda durante o acampamento, a rede progressista da Igreja – aí incluída também a Luterana – foi essencial para arrecadação de recursos para a sustentação do acampamento. Além do apoio material, o trabalho organizativo e de conscientização política do Padre Arnildo, de um grupo de freiras e outros agentes da CPT e de outras pastorais na região lançou as bases do modelo participativo do movimento (CARTER, 2010).

Não teremos condições de aprofundar em demasia neste tema, então tomaremos um exemplo para ilustrar a importância da religião para a organização dos agricultores: a cruz do acampamento da Encruzilhada Natalino.

[...] no acampamento, antes que se passem dois meses, os camponeses substituem uma pequena cruz com a inscrição 'salta tua alma' por uma cruz grande e pesada, que eles erguem no centro do acampamento. A cruz significava a grandeza do sofrimento dos sem-terra e a necessidade de união. Ao redor da cruz se fazem as celebrações, as assembleias, a acolhida dos visitantes, as reuniões de equipes. Durante as romarias a cruz é carregada por uma vintena de camponeses para mostrar que Deus está com eles na sua marcha sofrida em direção à libertação. As escoras que sustentam o tronco principal simbolizam o apoio recebido de várias organizações. Panos brancos presos aos braços da cruz representam as mortes sobrevividas no acampamento. Por fim, a cruz em si mesma simboliza a ressurreição, a nova vida que significa, para os camponeses, a conquista da terra (GAIGER, 1987: 41)

Quando a polícia volta ao terreno onde as famílias estavam acampadas – já haviam sido transferidas para Nova Ronda Alta - destrói a réplica da cruz deixada pelos sem-terra (BOLETIM SEM TERRA, nº 20). Um desenho desta cruz, com seus quatro panos brancos, ilustra a capa do boletim por 11 edições. Em maio de 82, ela se torna símbolo da luta pela terra no Brasil, em encontro no Rio de Janeiro (BOLETIM SEM TERRA, nº 22). Informalmente, a cruz com os panos será o símbolo do MST⁵¹ até a constituição da bandeira vermelha, em 1987, no 3º Encontro Nacional.

Após o Encontro Nacional, a Comissão Sem Terra da Regional Sul passa a publicar textos para explicar que o “Movimento é uma organização própria dos lavradores que conta com apoio dos sindicatos, das Igrejas, e da própria Sociedade” (JORNAL SEM TERRA, nº 36: 5). Nessa mesma edição, de julho de 1984, um texto assinado pela mesma comissão tem o título: “A Igreja apóia, mas não decide pelo Movimento”.

Esses recados sinalizam uma mudança de postura do movimento, no processo de se consolidar como organização independente. Neuri Rosseto lembra esse momento:

Foi toda a discussão que envolvia a natureza do MST em si. Que organização vamos criar? Está lá no livro *Brava Gente*. Vai ser um movimento autônomo? Você lembra que nesse período tinha a luta do sindicalismo combativo, a luta do PT, a Igreja, com a CPT. Essas três forças, para onde canaliza essa luta do Movimento? Havia uma tendência a ir para a linha do sindicalismo combativo. É uma luta dos trabalhadores

⁵¹ “Enquanto o ‘logo’ do MST (o casal empunhando um facão desenhado sobre o mapa do Brasil) onipresente hoje em dia em todos os bonés, camisetas, documentos da organização aparece pela primeira vez na edição de dezembro de 1985 do Jornal Sem Terra, sua bandeira vermelha só surge e é oficialmente apresentada na capa e contracapa de edição de fevereiro/março de 1987, que tem como manchete ‘o 3o Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Ter’a’. Até então, as mobilizações do MST, sobretudo no Sul do país, ostentavam a bandeira do Brasil, cartazes e faixas com palavras de ordem em torno da luta pela reforma agrária e uma cruz, coberta com panos brancos, símbolo utilizado pela primeira vez em Encruzilhada Natalino” (LERRER: 2008, p. 77).

do campo, então vai pra dentro do sindicato. O que foi determinante para essa ampliação foi a questão do José de Souza Martins. Ele era assessor da CPT nacional e teria dito no início, 'olha, se o Movimento quiser sobreviver, não pode ficar ao sul do país, trata de se espalhar, ser um movimento nacional, se não vai ser sufocado'. Quando vim pra São Paulo, em 87, já estava consolidado. Consolidado no sentido de não ter volta (ROSSETO, entrevista à autora, 2012).

No livro citado (Brava Gente), João Pedro Stedile, que à época era agente da CPT, reproduz a fala de Martins: “A luta pela terra no Brasil só terá futuro e somente se transformará em um agente político importante para mudar a sociedade se conseguir adquirir um caráter nacional e se conseguir organizar os nordestinos” (STEDILE, 2005, p. 21).

Apesar do argumento creditado a Martins se referir principalmente à necessidade de abrangência nacional do movimento, o sociólogo também apontava para os riscos de a luta pela no Brasil se “sacralizar”. Para Poletto (2010, p. 149), no entanto, a ressalva de Martins se referia mais ao problema da “dispersão e fragmentação dessas lutas sociais”. Na visão de Poletto, a CPT rompeu esse desafio ao se posicionar ao lado dos pobres e não do pacto conservador entre detentores de capital e de terra. Ele defende também que a pastoral foi fundamental para a articulação nacional do MST e que isso seria precisamente seu papel:

A existência do MST tem sido uma rica experiência para a CPT, de modo especial quando ele se firmou, tornando-se uma das referências das lutas por transformações profundas da realidade brasileira e mundial. Antes de seu nascimento, foi muito desejado, pois a CPT sempre afirmou não ser um movimento nem desejar substituir as organizações dos trabalhadores e das trabalhadoras (POLETO, 2010, p.153).

O próprio autor destaca que houve tensões nesse caminho, das duas partes, e reforça que hoje “tanto o MST como a CPT continuam presentes na realidade atual, somando forças e iniciativas conjuntas”.

Como não aprofundaremos mais nessa questão, cabe apenas sublinhar que não só a CPT e o MST continuam em seu trabalho de organização dos pobres do campo, como diversos outros movimentos, partidos e sindicatos. Também não é o caso de detalhar aqui as mudanças na leitura de Martins⁵², pois nosso foco de pesquisa se dá até a transferência da secretaria do MST e da redação do JST para São Paulo.

⁵²Para ilustrar algumas dessas mudanças, em julho de 1996, em entrevista à edição 160 do Jornal Sem Terra, Martins afirmou que: “O MST é um agente de modernização em vários sentidos. Não é mais um movimento social. É uma organização. [...] Se não se resolve, a tendência é institucionalizar o movimento. É o caso do MST. Ele é uma organização poderosa. É o único grupo que conseguiu dar estatura política a uma luta popular no Brasil” (JORNAL SEM TERRA, nº 160, p. 5). Em 2005, escreveu em artigo da Folha de S. Paulo que o MST é um movimento que se apegua à tradição do pensamento conversador, em relação a valores e práticas vindas da Igreja, e não tem autonomia ou “compreensão objetiva de seu lugar na história”. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/1659>, acessado em maio de 2013.

Apesar de ter havido esse distanciamento formal entre a Igreja e o MST quando o movimento se consolida como organização autônoma, a influência dessa primeira fase ainda se faz ver a partir, por exemplo, da prática da mística.

Coelho (2010) explica que para as pastorais do campo, em especial a CPT, as místicas cumpriam um papel de desenvolver a espiritualidade dos sujeitos. “Desta forma, as encenações, simbologias, os cantos e poesias expressos na prática da mística estavam mais ligados à espiritualidade, no mistério em que se refere o próprio conceito de mística” (COELHO, 2010, p. 108).

Essas celebrações – que geralmente precedem as reuniões – reúnem práticas advindas da religiosidade com elementos da luta popular, buscando criar um clima de união e solidariedade entre os presentes, como forma de dar ânimo às mobilizações e ao cotidiano. Coelho observa que o conceito de mística foi secularizado, ou seja, “saiu dos domínios do campo religioso”. “Mística no MST deixa de ser algo apenas abstrato para se transformar em prática que, por sua vez, carrega muitas intencionalidades” (Idem, p. 119).

A partir de levantamento de publicações do movimento, o autor demonstra que a mística passa a ter também um caráter sócio-político, aliado aos efeitos esperados de ânimo, força e entusiasmo para a luta, para a ação.

Mançano (2010) destaca que a mística faz parte de uma dimensão da importância para o MST da linguagem simbólica e de sua força emocional.

As palavras de ordem, a bandeira, o hino, a cruz, as ferramentas de trabalho, os alimentos, os livros, os lutadores históricos de causas populares e outros símbolos do MST constituem a linguagem de uma prática política de resistência e contraposição aos discursos oficiais do Estado. No cotidiano das famílias vinculadas ao MST, esses símbolos fazem parte de sua cultura e identidade camponesa, cultura que é reproduzida pela participação em mobilizações, comissões, setores e núcleos do Movimento (MANÇANO, 2010, p. 185).

O autor cita que o movimento atualmente tem um “Coletivo de Mística”, “que tem a missão de cuidar dessa dimensão da luta e promover os valores do Movimento”.

Além deste coletivo, é importante citar aqui também a criação de um setor de comunicação, com a articulação de outros instrumentos, além da continuidade da edição do Jornal Sem Terra. Desde a década de 1990, o MST conta com uma assessoria de imprensa. Em 1998, entrou no ar a página oficial do movimento na internet (www.mst.org.br). Há ainda uma revista – a Revista Sem Terra –, realização de programas de rádio, envio de boletins (Letra Viva/MST Informa) e apoio a iniciativas de comunicação, em conjunto com outras organizações, como do jornal Brasil de Fato. (Cunha, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não importa o tempo transcorrido. A memória coletiva de um povo é o determinante de sua identidade, e, por consequência, do seu futuro. Não se trata de um simples acesso a uma narrativa do passado. É, principalmente, o caminho que nos explica o presente e determina nossas possibilidades de futuro. (Ricardo Gebrim, 2012) ⁵³

A experiência descrita por essa pesquisa se deu há mais de 25 anos. Mas os acontecimentos do primeiro semestre de 2013 nos demonstram não só sua atualidade, mas sua importância. Foi uma experiência difícil, mas ao mesmo tempo emocionante, finalizar esta escrita enquanto milhares de pessoas voltavam a ocupar as ruas para defender seus direitos. As pautas colocadas eram de alguma forma amplas, difusas, mas de algum modo sinalizaram o desejo de mudanças e a inexorável verdade da luta de classes: apenas a mobilização social conquista direitos.

Dois elementos me chamaram a atenção nas mobilizações de 2013 e que dizem respeito direto a esta pesquisa. O primeiro foi o grau de revolta popular contra a mídia hegemônica, organizado na palavra de ordem “Fora Globo”, inclusive com a realização de atos em frente às sedes da emissora em todo o país. Foi retomada a leitura gramsciana do papel dos meios de comunicação na construção de hegemonia e sua conclusão de que eles operam como “a parte mais considerável e dinâmica da estrutura ideológica dominante” (COUTINHO, 2008), conforme discutimos no capítulo 1. O contraponto a essa crítica também veio das ruas: inúmeras estruturas de comunicação não vinculadas aos projetos hegemônicos atuaram para divulgar as pautas, realizar coberturas alternativas, para apresentar não só para os manifestantes, mas para a sociedade o que acontecia.

Essas duas questões – a crítica aos meios de comunicação hegemônicos e a iniciativa de construir outros instrumentos – são também a história do Boletim e do Jornal Sem Terra. No quarto capítulo, discutimos como o Boletim atuou para divulgar as ações daquele grupo de agricultores para fora de seu campo de influência direta.

Uma das conclusões desta pesquisa é que a publicação, em seus quatro anos iniciais – de 1981 a 1985 – cumpriu efetivamente um papel de divulgar a visão de mundo da organização, que estava então se construindo, principalmente para seus apoiadores. A Campanha de Solidariedade gerada a partir do acampamento da Encruzilhada Natalino não

⁵³ Consultado em

<<http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=2716:mem%C3%B3ria-e-futuro&Itemid=125>, acessado em 13 de maio de 2013.

teria sido a mesma sem a edição do Boletim. Ele reforçou os laços entre os parceiros, prestou conta dos apoios recebidos, incentivou a continuidade da ajuda durante todo o período de necessidade das famílias.

Esse já seria um papel de muita relevância para um órgão informativo. Mas não foi o único. Depois de praticamente um ano de peleja na beira da estrada, as famílias da Encruzilhada foram transferidas para um terreno comprado pela Igreja, onde ficaram por mais dois até terem finalmente seu assentamento conquistado em terras no próprio Rio Grande do Sul, como exigiam desde o início.

Mas o Boletim não parou de rodar depois disso. Pelo contrário, desde a transferência das famílias da Encruzilhada para Nova Ronda Alta, a publicação mudou seu formato e incluiu nas pautas a cobertura de outras regiões. Virou órgão de divulgação da Regional Sul, que incluía cinco estados. Por fim, transformou-se no jornal de divulgação do recém-fundado MST, de abrangência nacional. Esse foi outro papel do Boletim: ao divulgar as lutas, atuou também como um articulador, como um portador do exemplo de que era possível a organização.

Repetimos aqui o depoimento de Nério Gomes, hoje um assentado na região de Cáceres (MT), que fez trabalho de base na região usando o jornal:

Quando o Movimento chegou, o Movimento já tinha chegado muito antes. O jornal já tinha chegado, né? É por isso que nós fala, o Movimento não teve dificuldade de fazer a primeira ocupação porque era tudo gente que já tinha conhecimento, ligado a esse movimento (GOMES, entrevista a Bernardo Vaz, 2013).

É evidente que o trabalho de base e a ocupação que se seguiu a ele só foram possíveis pela realidade concreta da questão agrária no Mato Grosso e não apenas pela força do exemplo que o jornal levava, do Rio Grande do Sul. Mas na interação entre a realidade concreta, imediata e o potencial reflexivo que leva à ação a partir dela, o jornal cumpriu e cumpre uma função essencial. Ele atuou nesse sentido como um intelectual orgânico, de novo seguindo conceituação gramsciana, ou mesmo como um partido político, na concepção ampliada do termo. Organizou ideias e uma visão de mundo, forneceu saídas para situações comuns, apresentou dados que amparavam a defesa do direito à terra.

O jornal, como ferramenta de construção coletiva – elaborado em conjunto por dirigentes políticos e jornalistas, divulgado por agentes de pastoral, lido por lideranças locais para os companheiros analfabetos – atuou ainda para forjar uma identidade comum para essa

ampla e diferenciada base de agricultores pobres do país.

Se no começo ele se referenciava mais na ideia de “colonos sem-terra”, em terminologia específica da realidade sulina, conseguiu ampliar não só sua cobertura factual, mas sua dimensão simbólica, ao se tornar porta-voz de uma categoria então em construção: os Sem Terra.

Desde a formação do MST, em janeiro de 1984, um dos desafios era a “integração da categoria de sem terra (trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários)” (BOLETIM SEM TERRA, 35), e o jornal foi uma das iniciativas que garantiram essa integração, essa construção de uma identidade comum na luta pela terra, apesar das diferenças regionais.

Para além do nome criado, fez isso ao pautar a realidade de diversos estados, ao analisar a estrutura fundiária do país e ao propor formas concretas de mudanças, depois reunidas em um projeto de reforma agrária.

Talvez esta seja uma das grandes novidades do MST. Ele não foi e não é o único movimento de luta pela terra no país. Antes dele, houve, como discutimos no capítulo 2, inúmeras outras organizações que levantaram essa demanda e inclusive editaram jornais. Mas o MST, além das mudanças conjunturais que permitiram isso, desde o início se preocupou com a dimensão nacional da questão, como podemos concluir pela existência da editoria “A luta pela terra no país”, desde a primeira fase do Boletim.

Como sinalizamos ao longo da dissertação, a articulação do movimento só foi possível devido ao trabalho de outros agentes, especialmente daqueles ligados à rede da Igreja progressista. Reforçamos essa constatação para esclarecer que outras organizações foram criadas nesse período – como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e outras – e mesmo que a própria Igreja segue em seu trabalho de luta pela terra, como é possível perceber pela atuação ainda constante da Comissão Pastoral da Terra.

Isso não diminuiu – pelo contrário, reforça – o caráter de rede e integração popular da formação específica do MST. Inclusive, desde o início houve a percepção de pertencimento a uma classe comum, os “oprimidos” ou a classe trabalhadora.

Para voltar aos acontecimentos recentes destacados no início deste texto, outro elemento que demonstrou a atualidade desta pesquisa, além da questão da comunicação, foi justamente a necessidade de integração das diferentes pautas e demandas das classes subalternas. Podemos apontar como os sem-terra perceberam que a questão específica da terra

se inseria em um contexto maior quando fazem a crítica à Lei de Segurança Nacional e à ditadura, quando se engajam na campanha das Diretas-Já e da Constituinte, quando se articulam na fundação da Central Única dos Trabalhadores, nos anos de 1980, para dar alguns exemplos retirados do período analisado da cobertura do Boletim.

Não deixa de ser sintomático que, entre as pautas defendidas no dia 11 de julho de 2013, apresentando como “Dia Nacional de Lutas da classe trabalhadora”, ao lado de demandas urbanas de setores sindicais e estudantis, estivesse a reforma agrária. Isso quer dizer que, 32 anos depois da edição do primeiro boletim informativo, ainda não foi efetivada a reivindicação central dos agricultores. Enquanto o país assistiu a transformações relevantes em sua estrutura econômica e política, mantém-se o monopólio da terra nas mãos de uma pequena parcela de proprietários. É inegável o papel do MST como ator social para garantir o assentamento de mais de 500 mil famílias em todo o Brasil, mas é lamentável que não tenha havido ainda uma efetiva desconcentração da propriedade fundiária. Pelo contrário, percebe-se o avanço do capital no campo, transformado em nova fronteira de acumulação capitalista, atraindo ainda mais investidores internacionais.

Assim como a mídia hegemônica segue como aparato poderoso de dominação por parte de grupos privados, a terra também não foi democratizada e ainda existem 150 mil famílias acampadas, em luta pela reforma agrária. Cumpre destacar também que mesmo o acesso ao crédito fundiário, a garantia de comercialização e beneficiamento da produção, a ampliação do direito à educação do campo, em todos os níveis, e outros processos, como a banda larga no meio rural, ainda são demandas, mesmo para as famílias já assentadas.

Essa constatação atualiza a pesquisa na medida em que, como afirma Ricardo Gebrim na epígrafe a essas considerações, é necessário conhecer a narrativa do passado para entender o presente. Conhecer a história da ocupação da Encruzilhada Natalino, da edição de um boletim informativo, das suas mudanças até se tornar um jornal de um movimento social nacional e seu papel na constituição dessa organização reforça a ideia de que a comunicação pode atuar para transformar uma realidade, mas não é suficiente. Ela é uma das trincheiras de um processo constante. Construir um futuro melhor nos exige pesquisar o que nos precedeu e não perder do horizonte a possibilidade de transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADORNO, Theodor. **A indústria cultural**. Conferências radiofônicas proferidas em 1962. Texto mimeografado. Arquivo pessoal.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p.23-40.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. **Francisco Julião e as Ligas Camponesas: uma análise das narrativas e usos do passado**. / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural com o Observatório Fundiário Fluminense / Universidade Federal Fluminense, 2011.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BOFF, Leonardo. As bodas de prata da Igreja com os pobres: a Teologia da Libertação. In: BOFF, Leonardo (org.). **A teologia da libertação: balanços e perspectivas**. Editora Ática: São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRIGG, Ana; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, Miguel. (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de

Janeiro, nº 18 , p. 337-359, 1996.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

_____. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Editora Brasilense, 1986.

_____. **Simulacro e poder**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Fabiano. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. Tese de doutorado, Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Departamento de comunicação social. **Comunicação: missão e desafios**. Manual de pastoral de comunicação social. São Paulo: Paulinas, 1988.

COSTA, Cláudia. **Comunicação sindical no Brasil: breve resgate e desafios**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Eduardo Granja. Gramsci: a comunicação como política. In: COUTINHO, E.G.; PAIVA R.; FREIRE, João. (orgs.) **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

COUTINHO, Eduardo Granja. (Org.) **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CUNHA, Joana Tavares Pinto da. **O papel da imprensa na construção da hegemonia - Uma análise da cobertura das ações do MST nas páginas dos grandes jornais brasileiros. 2008**. Monografia do curso de Especialização em Estudos latino-americanos, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando?. IN: MATO, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DOWNING, John D.H. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP/Editora Boitempo, 1997.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FENATI, Maria Carolina; DE PAULA, Delsy Gonçalves. Utopia libertária – uma experiência anarquista no campo brasileiro. In: DE PAULA, Delsy Gonçalves; STARLING, Heloisa; GUIMARÃES, Juarez (orgs). **Sentimento de reforma agrária, sentimento de república**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1986.

FILHO, Adelmo Genro. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Tchê!. Porto Alegre: Editora Ltda, 1987.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica ontem e hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no Sul do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIANNOTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio – 1963. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HALL, Stuart et alli. Política e Ideologia: Gramsci. In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, Birmingham University (org). **Da ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

HOLSTON, James. **Legalizando o Ilegal: Propriedade e Usurpação no Brasil**. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 21, 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm>. Acesso em: 01 de abril de 2013.

IGLÉSIAS, Francisco. Momentos democráticos na trajetória brasileira. In: JAGUARIBE, Helio, et al. **Brasil, sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

KONDER, Leandro. **História das idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?** Santos: Editora Hucitec, 1988.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luíza e LUCA, Tania Regina (orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Prefácio da **Contribuição à crítica da economia política**. In: Obras escolhidas, volume 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, sem data.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas: tradição e modernidade do MST**. Tese de doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker editores, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, Leonildo Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. Rio de Janeiro, **Estudos Sociedade e**

Agricultura, v. 4, julho 1995, p. 50-65.

MENDONÇA, Sonia Regina; STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969. In: STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1965**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. **História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NETTO, José Paulo. Universidade, caldo de cultura pós-moderno e a categoria de hegemonia. IN: COUTINHO, Eduardo Granja. (org.) **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. **Politeia: História e sociedade**. Vitória da Conquista, nº 1, p.111-139, 2001.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling Peruzzo. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Intercom –XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

POLETO, Ivo. A igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel. (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária brasileira – 1960. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

RANGEL, M. do S. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas**. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) –Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Marlon Leon. **Alguns aspectos das condições de um acontecimento discursivo**. IN: RODRIGUES, Marlon Leon. **Discurso de Reforma Agrária Pela Ocupação: acontecimento discursivo**. 2006. Dissertação (Mestrado em linguagem) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST.** São Paulo: Annablume, 2004.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997.

_____, FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente - a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

TEDESCO, João Carlos. **Governador Brizola, o Master o e conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962.** IN: Simpósio Nacional de História, 24, 2007, Anais, São Leopoldo, Unisinos, 2007. Disponível em <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Jo%E3o%20Carlos%20Tedesco.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2013.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2010.

Periódicos consultados:

JORNAL SEM TERRA. São Paulo, 1981 -.

LIGA. Rio de Janeiro. 1962 -1964.

TERRA LIVRE. São Paulo. 1949-1964.